

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PPG/MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



ESCREVER, GUARDAR, LEMBRAR:
Os Copiadores de Cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello

Cristiéle Santos de Souza

Orientadora: Prof^a. Dra. Carla Rodrigues Gastaud

Pelotas, 2014.

Cristiéle Santos de Souza

ESCREVER, GUARDAR, LEMBRAR:
Os Copiadores de Cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello

Dissertação apresentada pela aluna Cristiéle Santos de Souza ao Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carla Rodrigues Gastaud

Pelotas, 2014.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S729e Souza, Cristiéle Santos de

Escrever, guardar, lembrar: : os copiadore de cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello / Cristiéle Santos de Souza ; Carla Rodrigues Gastaud, orientadora. — Pelotas, 2014.

129 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Memória. 2. Escrita epistolar. 3. Cartas. 4. Acervo. I. Gastaud, Carla Rodrigues, orient. II. Título.

CDD : 981.657

Banca Examinadora

Dra. Carla Rodrigues Gastaud - UFPel (orientadora)

Dra. Marcia Janete Espig - UFPel

Dra. Tatiana Bolivar Lebedeff - UFPel

Ao Giovane,
amor para uma vida inteira.

Agradeço ao Seminário São Francisco de Paula por permitir tão prontamente o acesso ao acervo pesquisado e por ter preservado esses documentos por tanto tempo. Agradeço aos meus professores e colegas do PPG pelos comentários e contribuições para a pesquisa. Agradeço ao meu companheiro de todas as horas, Giovane, por entender as ausências necessárias e por compartilhar comigo os acertos e desacertos desta pesquisa. Agradeço, ainda, a minha família pelo apoio de sempre e, em especial a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Carla Gastaud, por acreditar no projeto e por orientar cada passo deste caminho.

“Por que escrevo? Escrevo para não morrer.”

José Saramago

RESUMO

Joaquim Ferreira de Mello, Bispo de Pelotas entre os anos de 1921 e 1940, copiou e organizou sua correspondência expedida em livros copiadores de cartas, por mais de vinte anos, reunindo o acervo epistolar que compõe o objeto deste estudo. Na análise do acervo busquei compreender, por meio das evidências deixadas nos processos de escrita e arquivamento de cartas, o lugar que o texto epistolar ocupou no ambiente clerical vivido por Dom Joaquim na primeira metade do século XX, e sua relação com a apropriação desses textos como suporte para discursos memoriais, ora relativos ao indivíduo que os produziu, como um “arquivamento de si”, ora relativos à instituição que os preservou, como um “dever de memória”. Para isso, analisei o acervo em três momentos distintos e complementares, referentes aos processos de arquivamento, escrita e preservação do conjunto de cartas. Objetos narrativos, discursivos e confessionais, as cartas de Dom Joaquim são indícios do uso e do lugar ocupado pela escrita epistolar no ambiente clerical. Lugar, este, que extrapolou os limites da comunicação à distância e passou a representar, também, um instrumento administrativo e um espaço de divulgação e afirmação da doutrina cristã. De outro modo, com o passar do tempo e por sua natureza dúbia - documento e testemunho - a carta passou a representar, também, um lugar de preservação e evocação da memória.

Palavras-chave: Memória, Cartas, Acervo, Escrita Epistolar.

ABSTRACT

Joaquim Ferreira de Mello, the Bishop of Pelotas from 1921 to 1940, copied and arranged his correspondences in books of letters for over twenty years. Thus, he constructed an epistolary collection, which is investigated in this research. More specifically, I intended to understand, through evidence in writing and filing letters, the role played by epistolary text in the clerical environment in which Dom Joaquim lived, in the first half of the 20th century. Moreover, I aimed at analyzing its relation to the appropriation of these texts as support for speeches, memorials for the individual who produced them, or as an archive, regarding the institution that preserved them as a "duty of memory". Therefore, I analyzed this collection in three distinct and complementary moments, relating to archiving processes, writing and preservation of the letters. Dom Joaquim's letters that consist in narrative, discursive and confessional objects serve as an evidence of the use and role occupied by the epistolary writing in the clerical environment. This role went beyond the limits of distance communication and represented an administrative instrument and an area of disclosure and affirmation of Christian doctrine. In the other side, with the passage of time and by their dubious nature (document and testimony) the letters represented a place of preservation and evocation of memory.

Keywords: Memory, Letters, Collection, Epistolary Writing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Dom Joaquim Ferreira de Mello, 1934.....	30
Figura 2. Índice do livro copiador de cartas.....	35
Figura 3. Carta com numeração manuscrita.....	36
Figura 4. Carta com a inscrição “Não foi enviada J.B. de Mello”.....	37
Figura 5. Carta onde é possível perceber o aproveitamento do espaço no livro copiador de cartas.....	39
Figura 6. Mapa do Ceará em 1920 demonstrando a distribuição geográfica das cartas enviadas por Dom Joaquim ao estado entre janeiro de 1920 e outubro de 1921.....	46
Figura 7. Mapa do Rio Grande do Sul demonstrando a distribuição geográfica das cartas enviadas por Dom Joaquim ao estado entre novembro de 1921 e dezembro de 1922.....	62
Figura 8. Folha do livro copiador de cartas utilizada para testar a prensa copiadora.....	79
Figura 9. Termo de abertura do Museu Dom Joaquim.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tabela contendo o número de folhas correspondentes a cada livro copiador, bem como o período de escrita das cartas arquivadas em cada um deles.....	33
Tabela 2. Tabela com o número de cartas contabilizadas ao longo do processo de arquivamento e organização do epistolário.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DA SINGULARIDADE DAS CARTAS AO TODO INDISSOCIÁVEL DO ACERVO	16
1.1. AS CARTAS E SEUS CAMINHOS NA HISTÓRIA.....	17
1.1.1. A escrita epistolar como documento no ambiente clerical.....	20
1.2. UM COPIADOR DE CARTAS.....	25
1.3. JOAQUIM FERREIRA DE MELLO: O COPIADOR DE CARTAS.....	29
2. DE CARTAS, DIÁLOGOS E CAMINHOS	41
2.1. AS CARTAS DO VIGÁRIO GERAL.....	44
2.2. AS CARTAS DO BISPO.....	56
3. ENTRE O ESCREVER E O LEMBRAR	71
3.1. A DIMENSÃO DISCURSIVA DA CARTA	73
3.2. GUARDAR PARA LEMBRAR.....	78
3.3. CARTAS: SUPORTES PARA UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu podemos fazer emergir vozes incontroladas.

Carlo Ginzburg, O fio e os rastros

Durante mais de dois mil anos a carta foi a principal forma de comunicação a distância. Por meio da escrita de cartas, as vozes silenciadas pela ausência manifestavam-se, linha a linha tendo por limite apenas o papel. Escrever cartas era fazer-se presente, mostrar-se ao outro e fazer-se ouvir. Destinada a estabelecer vínculos e pactos de reciprocidade, a carta fixava na escrita a complexa relação de confiança estabelecida entre remetente e destinatário. Com o passar do tempo, a escrita epistolar foi ocupando espaços e assumindo funções nos mais diversos setores de uma sociedade da cultura escrita, desde a organização de instituições até os recantos da vida privada. No entanto, a permanência da carta diante da efemeridade das vidas e ações humanas fez com que o texto epistolar deixasse de ser apenas um elemento presentificador, e passasse a representar, também, um fragmento do passado.

Como um “testemunho involuntário” (GINZBURG, 2007, p.10) de um diálogo por escrito, a carta preservada da ação do tempo e exposta a múltiplos olhares configura uma espécie de intimidade pública, cuja leitura acontece sempre contra as intenções do autor, uma vez que o destinatário implícito em suas intenções de escrita deixou de ser o único leitor. Pensar a carta como um objeto de pesquisa implica compreendê-la na dinamicidade das relações que ela envolve, seja como “fio” no sentido de constituir e/ou compor uma narrativa dos acontecimentos vividos, ou como “rastro”, por meio dos vestígios preservados em sua materialidade. A leitura extemporânea de uma carta pode, assim, como afirma Ginzburg “fazer emergir vozes incontroladas”.

Diante dessas premissas e ciente de que o estudo de cartas só é possível quando suas características fundamentais formam o fio condutor de qualquer análise preliminar, dei início à busca por um conjunto epistolar que me permitisse pensar a escrita de cartas como uma prática socialmente estabelecida e, assim, pensar a prática da escrita e seu contexto de escritura, entendido aqui como um “[...] lugar de possibilidades historicamente determinadas” (GINZBURG, 2007, p.316).

A oportunidade de encontrar um conjunto expressivo de correspondências reunidas em um único acervo, não demorou a acontecer. No ano de 2010 a Diocese de Pelotas anunciou as festividades alusivas ao centenário de sua fundação. Como parte de um esforço comemorativo, ela organizou uma série de eventos relativos à memória da instituição e dos seus membros. Dentre os eventos previstos estava a comemoração dos setenta anos de fundação do Seminário Diocesano São Francisco de Paula, cujo fundador, Dom Joaquim Ferreira de Mello, Bispo de Pelotas entre os anos de 1921 e 1940, havia sido homenageado vinte anos antes, com a criação de um museu dedicado à sua memória. Durante as comemorações, excertos de cartas escritas por Dom Joaquim foram mencionados como testemunhos dos esforços empreendidos pelo Bispo para a construção do Seminário. Ao buscar conhecer o conjunto de cartas mencionado, deparei-me com um acervo diverso composto por fotografias, paramentos litúrgicos, objetos de uso pessoal e documentos que pertenceram a Dom Joaquim. Dentre esses documentos, estavam os livros de cartas, ou seja, o conjunto de treze livros copiadores de cartas que constituem o objeto deste estudo.

Tamanha foi a minha surpresa quando observei que os livros copiadores de cartas – encadernações utilizadas para copiar e organizar correspondências e notas do comércio – compunham, ali, o suporte para o arquivamento de cartas particulares. Fui, então, envolvida por uma série de perguntas: As cartas tinham um único remetente? Quantas cartas faziam parte do acervo? Quem as havia copiado e organizado? Para quem foram destinadas? Por que não estavam arquivadas na Cúria Diocesana? Por quanto tempo foram arquivadas? Há quanto tempo estavam preservadas? Somada a essas questões, havia, ainda, outra questão premente: expostas junto a outros objetos, cuja posse era atribuída a Dom Joaquim, as cartas davam suporte a um gesto de homenagem do Seminário à memória do seu fundador. Outrora indispensáveis para a comunicação e integração entre as diferentes regiões da diocese, as cartas eram agora expostas como fragmentos do passado, cuja imagem entrecortada pela vitrine dispensava a necessidade da leitura. A importância da carta para a memória da instituição parecia estar mais relacionada à sua existência do que ao seu conteúdo. Naquele espaço, as cartas de Dom Joaquim, assim como suas fotografias e objetos pessoais, representavam fragmentos de um passado digno de lembrança e homenagem.

Joaquim Ferreira de Mello foi o segundo Bispo de Pelotas. Nasceu no Ceará em 1873, onde atuou como pároco e como Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza durante os primeiros vinte e três anos de sua vida sacerdotal. Homem de letras, formação clássica e sensibilidade pastoral, ele atuou na imprensa e em instituições escolares, até que em 1921 foi nomeado Bispo para a Diocese de Pelotas, onde permaneceu até a sua morte em 1940. Seus copiadores de cartas reúnem, de forma ininterrupta, sua correspondência expedida entre 1915 e 1940.

As cartas oferecem muitas possibilidades de leitura para aqueles que se aventuram por entre fragmentos de histórias, revelações pela metade e códigos firmados na intimidade. Mas, também, exigem um esforço de seleção e hierarquização dos documentos para que não sejam todos envolvidos nas “malhas do feitiço”, como define Angela de Castro Gomes (1998) ao tratar do encanto que os acervos privados exercem sobre os pesquisadores. Ciente dos riscos que envolvem o estudo desses acervos, empreendi um esforço de análise e classificação do conjunto de cartas, buscando identificar as regularidades e as mudanças na forma de organização do acervo e na redação das cartas. No entanto, o esforço inicial em separar as cartas escritas para o serviço da diocese, das cartas escritas como parte da intimidade do missivista tornou-se inútil e desnecessário, pois a leitura das cartas revelou que esta separação não era clara nem mesmo para o próprio missivista. Este dado, somado a outras evidências, foi de suma importância para a delimitação do tema e para o problema motivador da pesquisa, pois, esta correspondência situada entre o gênero institucional e o privado, demonstrou a possibilidade de pensar a função, a circulação e o arquivamento de cartas para além das categorias estabelecidas para tais gêneros.

Nesse sentido, busquei compreender, por meio dos rastros deixados nos processos de escrita e arquivamento de cartas, o lugar que a escrita epistolar ocupou no ambiente clerical vivido por Dom Joaquim na primeira metade do século XX, e sua relação com a apropriação desses textos como suportes para discursos memoriais, ora relativos ao indivíduo que os produziu, como um “arquivamento de si” (ARTIÈRES, 1998), ora relativos à instituição que os preservou, como um “dever de memória” (LEDOUX, 2009). Nesta busca, fez-se necessário pensar o acervo analisado no âmbito da cultura escrita, e, para isso, propus traçar um viés metodológico narrativo para este delineamento a partir de seis hipóteses específicas, a saber: a escrita epistolar é um fenômeno socialmente construído e historicamente observável, logo, pode trazer consigo traços de uma ou mais

tradições epistolográficas relativas ao seu uso e à sua forma; a carta é um elemento integrado à história e à tradição escrita no ambiente clerical católico, assim, sua preservação ou seu descarte estão, de alguma forma, relacionados à política de gestão dos arquivos eclesiais; os copiadores de cartas possuem uma lógica de organização que pode revelar indícios acerca da importância e da função desempenhada pela escrita e circulação de cartas no seu ambiente de produção; a leitura do texto epistolar considerando as continuidades e descontinuidades na prática da escrita decorrentes das mudanças nas condições de enunciação do escrevente, pode indiciar relações de hierarquia, confiança, responsabilidade e autoridade entre o remetente e seus destinatários; a carta configura-se como um documento, a um só tempo discursivo, narrativo e confessional, podendo dizer tanto daquele que a escreve, como do lugar onde ele vive; por sua natureza perene e confessional, a carta pode dar suporte a discursos memoriais relativos à filiação de um indivíduo com seu passado e, relativos à existência de uma memória socialmente compartilhada.

Organizado em torno das três primeiras hipóteses, o primeiro capítulo apresenta uma abordagem cronológica da tradição epistolográfica no ocidente, buscando suas origens e adaptações diante das transformações recorrentes da passagem do tempo e da ampliação do acesso à leitura e à escrita. No mesmo sentido, aborda a inserção da escrita epistolar no cotidiano administrativo das instituições recorrentes da organização do Estado e a sua afirmação como uma prática difundida no seio da Igreja Católica. Em complemento, o tópico dedicado à carta como um documento no ambiente clerical busca compreender a política de gestão do patrimônio documental da Igreja Católica e a abordagem que essa política faz acerca da salvaguarda de escritos autorreferenciais, em especial das cartas escritas por membros do clero. No mesmo capítulo, o copiador de cartas é apresentado como um modelo para esta compreensão, ou seja, como uma prática de arquivamento alternativa à política institucional da Igreja para a gestão do seu patrimônio documental. O tópico *Dom Joaquim Ferreira de Mello: o copiador de cartas* finaliza o capítulo com a apresentação do missivista e dos seus copiadores de cartas, por meio de uma descrição detalhada do processo de arquivamento e do resultado desse processo, o epistolário de Dom Joaquim.

No segundo capítulo o foco de análise é transferido do processo de arquivamento das cartas para o texto epistolar. Organizado em torno da quarta e da quinta hipóteses, este capítulo analisa três anos da produção epistolográfica de Dom Joaquim – 1920,1921,1922 – com o propósito de identificar e compreender as

continuidades e descontinuidades da sua prática de escrita no decorrer de mudanças nas suas condições de enunciação e, de ampliação do seu universo de correspondentes. O período selecionado para a análise compreende o último ano em que o missivista atuou como Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza, o ano de sua nomeação episcopal e o seu primeiro ano como Bispo de Pelotas. *As cartas do Vigário Geral* e as *Cartas do Bispo* compõem os tópicos subsequentes, os quais expõem o ambiente de escrita e de circulação das cartas de Dom Joaquim, apontando para a diversidade de funcionalidades atribuídas à escrita epistolar e para a sua função como espaço de diálogo e confissões. Este capítulo aborda, ainda, questões pertinentes para o entendimento do que seria o lugar ocupado pela escrita epistolar nos diferentes contextos de escritura vivenciados por Dom Joaquim, pois apresenta uma abordagem descritiva dos correspondentes e da circulação das cartas, bem como expõe as temáticas e as relações de hierarquia institucional presentes no texto epistolar.

O terceiro e último capítulo desta dissertação busca compreender o lugar da escrita epistolar na construção de discursos e “lugares de memória” (NORA, 1993). Organizado em torno das duas últimas hipóteses, este capítulo expõe a dimensão discursiva da carta e os desdobramentos decorrentes dessa característica, bem como a leitura da carta como um testemunho do passado, ou mesmo, a “ilusão de verdade” (GOMES, 1998, 126) decorrente da cotidianidade da carta como um documento proveniente da intimidade. Este capítulo retoma algumas das questões abordadas nos capítulos anteriores, pois propõe pensar o lugar ocupado pela escrita epistolar no ambiente clerical, pela ótica da memória, ou seja, pensar o ato de arquivar a própria correspondência como uma forma de arquivamento de si, ou ainda, pensar a preservação dos copiadores de cartas de Dom Joaquim como um movimento em prol de uma memória institucional. Da mesma forma, propõe pensar a utilização do texto epistolar como suporte para discursos formadores de uma memória compartilhada.

O fio que entrelaça estes capítulos parte do princípio de que a busca por compreender a relevância de um documento como parte de um tempo e lugar específicos, depende de elementos textuais e extratextuais, como afirma Ginzburg (2007, p.18) ao tratar da sensação de verdade presente nas narrativas históricas. Nesse sentido, este estudo busca pensar a carta como um documento multifacetado, que reúne texto, sujeito, diálogo, representação e memória, sendo assim um exercício de trilhar os caminhos textuais e extratextuais que envolvem o estudo de cartas.

1. DA SINGULARIDADE DAS CARTAS AO TODO INDISSOCIÁVEL DO ACERVO

“A correspondência organiza os vestígios de histórias em migalhas. Convém primeiramente indagar sobre o próprio processo da conservação e da construção desse objeto inserido no tempo e no espaço social, desde o nascimento, uma a uma, das cartas singulares, até sua comunicação aos historiadores pela família, como um todo indissociável.”

Cécile Dauphin

As cartas preservadas são, como afirma o texto em epígrafe, partes singulares de um todo indissociável. Partes que, a um só tempo, organizam e compõem histórias em migalhas, revelam sujeitos, descrevem situações e indiciam relacionamentos. As cartas são, assim, objetos passíveis de compreensão apenas quando pensadas em sua dinâmica e pluralidade, ou seja, pensadas como uma prática de escrita socialmente estabelecida e integrada às permanências e rupturas resultantes de uma vida em sociedade. Quando preservadas, por famílias, indivíduos ou instituições, as cartas passam a integrar narrativas memoriais apoiadas em uma lógica específica de organização que, assim como o exercício de lembrar, seleciona e organiza as informações, compondo um todo indissociável.

Com o propósito de compreender o acervo epistolar de Dom Joaquim como um todo indissociável, sem desconsiderar as singularidades de suas partes, este capítulo propõe pensar a carta como um documento historicamente observável, integrado às transformações da sociedade e às demandas impostas por instituições e por políticas de gestão documental. Da mesma forma, aborda a constituição do acervo como parte de contextos limitados pelo exercício do sacerdócio e, pelas transformações ocorridas na vida do missivista. Cabe ressaltar, contudo, que os diferentes contextos analisados não pretendem assumir um discurso retórico com o intuito de produzir um efeito de realidade à narrativa construída, tampouco justificar com características gerais um fenômeno específico (REVEL, 1996). A finalidade desta análise é demonstrar que o processo de produção e organização de conjuntos epistolares acontece como parte da ação de diferentes atores sociais que constroem e desconstroem os sentidos atribuídos a ele. Da mesma forma, demonstrar que os usos e formatos assumidos pela escrita epistolar em diferentes tempos e lugares permite pensar possíveis causas para a sua produção e arquivamento, compreendendo assim a circularidade em que “[...] o texto deixa ver o contexto e o contexto dá sentido ao texto” (LEPETIT, 1996, p.86).

1.1. AS CARTAS E SEUS CAMINHOS NA HISTÓRIA

O hábito de guardar as cartas recebidas, ou mesmo de fazer cópias das cartas enviadas é quase tão antigo quanto à própria escrita epistolar. Muito do que é conhecido acerca da escrita de cartas provém de conjuntos reunidos e organizados em diferentes épocas. O estudo desses conjuntos permitiu que ao longo do tempo fosse possível pensar uma história da escrita epistolar. Nesse sentido, compreender o processo de difusão da prática epistolar ao longo do tempo, mesmo que de forma propedêutica, é fundamental para uma leitura criteriosa dos indícios deixados nas cartas que sobreviveram ao desgaste do tempo e chegaram aos dias atuais como fragmentos de uma prática com motivações e fins diversos.

Esta prática, que por mais de dois mil anos foi a principal forma de comunicação a distância, ocupou os mais diversos espaços da vida em sociedade e consolidou-se como uma prática social complexa. Nesse sentido, a preservação e o estudo da escrita epistolar como documento, “cria chances para analisar usos e funções da cultura escrita que, como a arte ou a literatura, também contribuem para entender melhor cada época e cada sociedade.” (CUNHA, 2002, p.1)

Não há um consenso entre os historiadores quanto às origens da escrita epistolar, no entanto, no que concerne à tradição da epistolografia ocidental, os registros mais antigos são atribuídos a um pequeno grupo de filósofos gregos: dentre eles, Epícuro, Isócrates e Platão. É possível identificar ao menos dois tipos de cartas neste período: as “cartas abertas” que abordavam temas de interesse para toda a comunidade e possuíam uma função didática – mais tarde retomada pela tradição epistolográfica da Companhia de Jesus –, e as cartas de caráter reservado, mas que também serviam como um espaço de discussão e reflexão. (MIRANDA, 2000, 17n. 42-43)

Durante a Antiguidade não houve produção ou circulação de tratados de epistolografia independentes. A temática das cartas era discutida nos tratados de retórica, ou mesmo nas correspondências do período. De acordo com Emerson Tin (2005, p.18), por um período de aproximadamente cinco séculos, que vai do século I a.C até o século IV d.C, há menções à escrita de cartas nas obras de Demétrio, Filostrato de Lemnos e Caio Júlio Victor, além das referências presentes nas cartas de Cícero e Sêneca, as quais tiveram sua correspondência redescoberta no Renascimento e passaram a compor a base do modelo epistolar Moderno. Está na

Antiguidade, mais precisamente nas cartas de Cícero, a concepção da carta como uma conversa por escrito, como um texto capaz de representar aquele que o escreve (MARTÍN, 1994).

Na Grécia e Roma antigas, o texto epistolar assumiu funções relacionadas à vida pública e à administração do Estado. De acordo com Jane Silva (2002, p. 54), “[...] ordens, leis, proclamações, pronunciamentos, comandos militares, documentos administrativos e negócios políticos do Estado eram emitidos na forma de carta, os chamados documentos legais ou oficiais”. O modelo epistolar difundido na Antiguidade se manteve mesmo durante a Idade Média até que em razão do desenvolvimento político e econômico da Europa, e do conseqüente crescimento na produção de documentos oficiais por parte das instituições que se consolidaram após a estabilização dos domínios feudais, foi necessária uma nova organização epistolar que acompanhasse o aumento no fluxo de correspondências.

De acordo com Camargo (1991, p.31), “a Igreja, como poder espiritual e temporal, foi, é claro, diretamente afetada pelos mesmos desenvolvimentos e passou por semelhantes necessidades de novos caminhos para gerenciar demandas que sobrecarregavam os velhos métodos”. Foi no seio da Igreja Católica¹ que surgiram os primeiros tratados de epistolografia da *Ars dictaminis*, que organizavam a escrita de cartas de acordo com as tradicionais partes do discurso. A *Ars dictaminis* era discutida como parte de tratados de retórica mais abrangentes, os quais dedicavam apenas uma pequena parte ao estudo da escrita epistolar.

Segundo Tin (2005, p.32), no século XI, o centro de reflexão acerca da *Ars dictaminis* esteve no convento beneditino de Montecassino, onde se destacam as produções de Alberico de Montecassino e Juan de Gaeta, cujos escritos discutiam, dentre outros temas pertinentes, a retórica, as partes do discurso e as formas de tratamento, ou vocativos. Ainda segundo Tin (2005, p.33) “no início do século XII, e pelos dois séculos seguintes Bolonha passa a ser o centro da *Ars dictaminis*”. Neste contexto, surgem os trabalhos de Adalberto Samaritano e Hugo de Bolonha, sendo o primeiro deles o responsável por discutir exaustivamente as formas de saudação e por apresentar modelos de escrita.

Com o Renascimento e a redescoberta das cartas de Cícero e Sêneca, surgiram diversos manuais de epistolografia que se afastavam da proposta formal da

¹ Os termos “Igreja” e “Igreja Católica” referem-se à Igreja Católica Apostólica Romana e as orientações canônicas para o culto ocidental.

Ars dictaminis e se aproximavam de um modelo mais livre e semelhante ao difundido na Antiguidade, um modelo humanista de epistolografia. Entretanto, nas correspondências oficiais e, principalmente, nas correspondências da Igreja, a tradição epistolar da *Ars dictaminis* persistiu por mais alguns séculos. De acordo com Gastaud (2009, p.28), “a partir do século XVI, diversas obras, que traziam modelos e normas para a prática da correspondência foram publicadas para estruturar pequenos conjuntos de regras que podiam referir-se, por exemplo, às formas dos cabeçalhos e das frases de despedida”. Esses manuais, que, em um primeiro momento, circulavam apenas entre nobres e burgueses, passaram a ocupar espaço entre as publicações dedicadas a outras camadas sociais, de maneira que a escrita epistolar passou a compor o universo de assuntos tratados nas instituições de ensino. Assim, a forma adequada de escrever uma carta passou a ser tema recorrente nos manuais escolares nos séculos XIX e XX.

No contexto brasileiro, cabe destacar duas vertentes de difusão dos modelos epistolares, a primeira delas é tributária da tradição epistolográfica da Companhia de Jesus, responsável pela formação do clero brasileiro até meados do século XVIII, e a segunda associada a um modo de vida burguês regido por uma série de manuais de civilidade, os quais encontram maior popularidade durante o século XIX.

Desde a sua fundação, em 1540, por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus lançou seus “soldados de Cristo” por todos os continentes, aumentando as distâncias impostas pela missão evangelizadora. Neste contexto, a escrita de cartas foi adotada como um meio de informar os progressos dos missionários e motivar, por meio da narrativa, o trabalho de outros vocacionados. As Constituições da Companhia de Jesus, aprovadas na primeira congregação geral em 1588, regulavam todos os aspectos da vida cotidiana dos missionários, inclusive a prática epistolar. De acordo com Rafael Scabin (2010, p.4):

Da maneira como propõem as Constituições, temos, grosso modo, dois tipos de carta, seguindo a oposição sermo/ contentio. As cartas que tratam de assuntos internos à ordem – hijuelas – seriam mais objetivas, amigáveis e, portanto, ligadas ao modelo da correspondência clássica. As cartas edificantes circulariam também no exterior da Companhia e atenderiam a objetivos mais amplos, adequando-se ao modelo sistemático da *Ars Dictaminis*.

Havia, portanto, no universo epistolar dos Jesuítas o uso simultâneo de ao menos dois modelos epistolares: a tradição epistolar da *Ars Dictaminis* e o modelo

clássico de correspondência inspirado nas cartas ciceronianas. Durante os três primeiros séculos da colonização brasileira, a Companhia de Jesus foi responsável pela formação do clero local e pela fundação e organização de instituições de ensino, por meio das quais, dentre outros temas, a escrita epistolar era ensinada. Em 1759, quando os Jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses, a Ordem mantinha no território brasileiro dezessete instituições de ensino, entre seminários e colégios. (MONTOVANI, 2007)

De acordo com Montovani (2007, p. 31), com o fechamento das instituições de ensino da Companhia de Jesus, a estrutura educacional da colônia passou por um vazio de aproximadamente cinquenta anos que atingiu diretamente a formação sacerdotal. No século XIX, as dioceses brasileiras passaram a organizar instituições que pudessem formar o clero local, bem como suprir a necessidade de instituições de ensino que formassem as elites locais. Seja por meio dos manuais de civildade que circulavam nas bibliotecas de famílias abastadas, ou nas instituições de ensino laicas e religiosas, a escrita epistolar foi ocupando um espaço cada vez maior na sociedade brasileira e tornando-se o principal meio de comunicação a distância.

1.1.1. A escrita epistolar como documento no ambiente clerical

As cartas ocuparam função importante na difusão do cristianismo primitivo, principalmente na comunicação entre os apóstolos e as comunidades por eles fundadas, rompendo assim as distâncias do vasto Império Romano. Essas cartas tomadas como instrumentos de exortações, incentivos e repreensões ficaram como registro da comunicação entre os primeiros cristãos em um contexto de perseguições e deslocamentos, como bem exemplificam as chamadas *Cartas Paulinas*².

² Cartas Paulinas são cartas do Apóstolo Paulo as comunidades cristãs primitivas, dentre as quais no Cânone do Novo Testamento são resguardadas as cartas dirigidas aos Romanos, Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses, Colossenses, Tessalonicenses, Timóteo, Tito, Filêmon, e aos Hebreus. Segundo a Introdução As Epístolas de Paulo, da Bíblia de Jerusalém, “São Paulo nos é conhecido, melhor que qualquer outra personalidade do Novo Testamento, por suas Epístolas e pelos Atos dos apóstolos, duas fontes independentes que se completam, não obstante algumas divergências em pormenores. Além disso, alguns sincronismos com acontecimentos conhecidos através da história – sobretudo o proconsulado de Galião em Corinto [...] – permitem precisar certas cartas e estabelecer assim uma cronologia relativamente correta da vida do Apóstolo”. Segundo Mesters (2008, p.135), “os estudiosos estão mostrando que algumas das cartas de Paulo não foram escritas pelo próprio Paulo, mas por um discípulo. [...] Esse modo de proceder – estranho para nós – era sinal de fidelidade do discípulo ao mestre e um sinal de credibilidade para o povo”. Há ainda outras cartas de cuja autoria não é de

Ainda hoje, as cartas de cunho pastoral são utilizadas pela Igreja para orientação dos fiéis, destacando-se as Cartas Apostólicas, através das quais o Papa, enquanto líder religioso, mas também institucional, orienta a comunidade católica nos caminhos da fé cristã. Em contraste com esta epistolografia pastoral, as cartas também foram utilizadas como forma institucional de organização do cotidiano da Igreja enquanto instituição, ora ligada ao Estado, ora independente.

O surgimento e a ampliação de Ordens religiosas voltadas para o trabalho missionário criaram um novo ambiente propício para a produção e circulação de cartas. As trocas epistolares estabeleceram pontes entre a Cúria Romana e os mais distantes lugares do mundo. As chamadas cartas edificantes (SCABIN, 2010, p.4), escritas por missionários, eram divulgadas na comunidade católica como um incentivo ao projeto missionário. Neste contexto, mesmo as cartas pessoais passaram a ter uma função de doutrina. No entanto, essas cartas não estavam incluídas na política de gestão do patrimônio documental da Igreja, de maneira que muitas das cartas escritas por clérigos e missionários no exercício de suas funções, se perderam com o tempo.

A salvaguarda de cartas pessoais e de outros escritos autorreferenciais produzidos no ambiente clerical pode ser compreendida como uma prática à margem de uma política institucional coerente com as preocupações da Igreja em preservar sua tradição. Embora a Igreja não preserve institucionalmente as correspondências pessoais de seus clérigos, no que tange às demais formas de documentos tidos como oficiais, em sua gestão, ela acaba por influenciar ou mesmo demarcar as formas e os mecanismos para a guarda de escritos considerados não oficiais. Assim, torna-se indispensável conhecer esta política de gestão para pensar a escrita epistolar no contexto de guarda e preservação de documentos no ambiente clerical, ampliando o entendimento acerca dos limites entre o público e o privado na prática epistolar do clero brasileiro.

Promulgado em 1983, pelo Papa João Paulo II, o Código de Direito Canônico (*Codex Iuris Canonici* - CIC) dedica muitos de seus Cânones à problemática dos arquivos e à gestão dos documentos produzidos e/ou salvaguardados nos espaços sob a égide da Igreja Católica. Em muitos dos pontos abordados, as normas

Paulo, são chamadas de *Epístolas Católicas*, num total de sete, sobre as quais os estudiosos discutem a autoria e a autenticidade.

estabelecidas no Código de 1917 foram mantidas sem alterações ou com pequenas ressalvas.³

No que tange à escolha dos profissionais responsáveis pela guarda e organização dos arquivos diocesanos, o Código prevê que fica sob a responsabilidade do Bispo a indicação de um Chanceler, o qual tem por sua responsabilidade assegurar que os atos da cúria sejam redigidos, despachados e arquivados de maneira correta. Além do Chanceler, podem ser constituídos outros notários que, da mesma forma, podem exercer a função de gestores dos arquivos.⁴

O cânone 486 traz a obrigatoriedade, por parte das paróquias e dioceses, de que os documentos produzidos no exercício de suas atividades sejam guardados com o máximo de cuidado. O segundo parágrafo do mesmo cânone traz o seguinte: “Em cada cúria seja erigido em lugar seguro o arquivo diocesano, no qual sejam guardados, dispostos em ordem certa e diligentemente fechados, os documentos e escritos que se referem às questões diocesanas, espirituais e temporais” (CIC, 1987, p.229). No que concerne à ordem em que os documentos devem ser dispostos, há uma alteração em relação ao código anterior, que trazia como norma a disposição dos documentos em ordem cronológica. No código vigente, fica sob a responsabilidade do Bispo e do Chanceler a eleição de critérios para a seleção do que é considerado referente às questões diocesanas e a forma como devem ser organizados. Assim, a documentação produzida pela diocese e pelas paróquias passa por uma seleção e recebe o destino adequado ao valor que lhe for atribuído, de acordo com as normas da instituição.

O mesmo arquivo, mencionado no cânone 486, é o motivo principal do cânone seguinte, que dispõe sobre a segurança e o acesso aos documentos. De acordo com o código, a ninguém é lícito entrar no arquivo, exceto o Bispo e o Chanceler, ou pessoas autorizadas por eles. No entanto, fica assegurado o direito dos interessados de requerer os documentos que, por sua natureza, são públicos e se referem ao seu próprio estado pessoal⁵.

³ O conjunto de normas dispersas em Concílios Provinciais e em Constituições Apostólicas foi unificado em aproximadamente 20 cânones que compuseram, junto a outros assuntos, o primeiro Código de Direito Canônico promulgado em 1917. Mais tarde, foi promulgado o segundo Código de Direito Canônico, hoje vigente, que reafirmou muitos dos pontos abordados no primeiro Código e adequou alguns Cânones às resoluções do Concílio Vaticano II.

⁴ Cânones 482, 483,484 e 485.

⁵ Cânones 486, 487,488.

O cânone 491 normatiza a criação de um arquivo histórico em cada diocese, onde devem ser guardados “os documentos que tem valor histórico” (CIC, 1987, p.231). Da mesma forma, o cânone 535 prevê a criação, nas paróquias, de um cartório ou arquivo, onde devem ser guardados os livros paroquiais, as cartas dos Bispos e “outros documentos que devem ser conservados por necessidade ou utilidade” (CIC, 1987, p.255).

Como pode ser observado nos exemplos apresentados, o Código de Direito Canônico regulamenta de maneira eficiente a criação de arquivos, a distribuição das tarefas entre os responsáveis por esses arquivos, o acesso, a segurança e o registro das atividades paroquiais e diocesanas. Todavia, deixa grandes lacunas no que diz respeito aos critérios de seleção dos documentos que devem ser arquivados. Assim, os critérios que diferenciam os documentos relevantes para o legado histórico e documental da Igreja, daqueles que são relegados ao esquecimento e ao conseqüente descarte, mudam de acordo com os diferentes cenários e atores envolvidos, ou seja, esses critérios mudam a cada paróquia, diocese, congregação, irmandade, seminário ou lugar de culto sob os quais estejam abrigados.

A política de gestão do patrimônio documental empreendida pela Igreja Católica ganhou novas bases com a Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja⁶ instituída em 1993, principalmente por meio da Carta Circular referente “A Função Pastoral dos Arquivos Eclesiásticos”⁷ de 2 de fevereiro de 1997. Nessa carta, enviada pela Santa Sé, aos seus Bispos e Arcebispos, a temática da memória e da preservação do patrimônio documental da Igreja é discutida de forma mais específica do que nos documentos que a precederam.

A Carta Circular (1997) começa por afirmar que os “arquivos são lugares da memória das comunidades cristãs e fatores de cultura para a nova evangelização” (cf. FONTES, 2000), Assim, o valor doutrinário do patrimônio documental é reafirmado, servindo de justificativa para a sua salvaguarda e transmissão.

⁶ Em 1988, o Papa João Paulo II instituiu a Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico - PCCPAH, junto à congregação para o clero. Mais tarde essa comissão passou por uma reforma e teve seu nome mudado para Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja.

⁷ Neste estudo foi utilizada para consulta uma reprodução da versão portuguesa publicada na Cidade do Vaticano, Palazzo della Cancelleria (imp. Instituto Gráfico Editoriale Romano), publicada como anexo na obra FONTES, Paulo F. O, ROSA, M^a. de Lurdes. Arquivística e arquivos religiosos: Contributos para uma reflexão. Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2000.

Entendidos como “lugares de memória”⁸, esses arquivos passam a compor um discurso de continuidade e reparação do passado, como no seguinte excerto:

Enquanto lugares da memória devem recolher sistematicamente todos os dados com que é escrita a articulada história da comunidade eclesial, para oferecer a possibilidade duma cônica avaliação daquilo que se fez, dos resultados obtidos, das omissões e dos erros (Carta Circular, 1997 apud FONTES, 2000).

A salvaguarda e a gestão dos arquivos eclesiais também são relacionadas a uma ideia de tradição, de continuidade do modo de vida cristão. Assim, a transmissão dos valores preservados também compõe a gama de elementos que justificam sua preservação. A Carta Circular aborda, ainda, a valorização do patrimônio documental para a cultura histórica e para a missão da Igreja, afirmando as seguintes questões:

A documentação contida nos arquivos é um patrimônio que é conservado para ser transmitido e utilizado. A sua consulta, com efeito, consente a reconstrução histórica duma determinada Igreja particular e da sociedade a ela contextual. Nesse sentido, os escritos da memória são um bem cultural vivo, porque oferecido como instrução da comunidade eclesial e civil ao longo das gerações e para o qual se torna imperiosa uma conservação diligente (Carta Circular, 1997 apud FONTES, 2000).

A análise dessa carta, que entra na segunda década do século XXI com mais de 15 anos de vigência, demonstra que, ao menos no campo teórico, a política da Igreja Católica para a gestão e salvaguarda de seu patrimônio documental ampliou suas áreas de ingerência, ao passo que incorporou as questões e nomenclaturas relativas à memória, à tradição e aos bens culturais como base de seu discurso. Os arquivos, antes mencionados como lugares de guarda da documentação produzida no exercício das atividades pastorais, agora passam a ser nomeados “lugares da memória”, guardiões do legado doutrinário da Igreja. Essa ampliação também permitiu que a tipologia dos documentos arquivados se diversificasse e incorporasse outras fontes, como os escritos autorreferenciais também entendidos como “escritos da memória”. No entanto, a mudança na prática cotidiana dos arquivos paroquiais, diocesanos e demais lugares geridos pela Igreja acontece de forma lenta e dependente da iniciativa pessoal de indivíduos comprometidos com a preservação da memória da instituição.

⁸ “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações [...]” (In: Nora, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares. PROJETO HISTÓRIA. PUC/SP, nº10, dez. 1993, p. 13.

Neste contexto, um conjunto significativo de escritos autorreferenciais passou a compor as instituições de guarda e preservação do patrimônio documental da Igreja, em especial os museus e as casas de memória construídas em dioceses e Ordens Religiosas. Aspectos antes negligenciados na história da Igreja passaram a ser considerados como documentos de relevância para a instituição. Há, contudo, certa hierarquia dos documentos que divide aqueles preservados nos arquivos diocesanos e paroquiais, daqueles salvaguardados em museus e instituições de memória. Os copiadores de cartas estão no limite entre o que é considerado documento oficial e documento privado, uma vez que originalmente este instrumento foi utilizado para o registro de cartas oficiais e documentos resultantes do trabalho pastoral. Contudo, mesmo aqueles considerados de cunho estritamente oficial demonstraram reunir mais do que escritos impessoais, há neles a marca indubitável do narrador, indícios de relações por escrito que constituem, ainda que parcialmente, um escrito autorreferencial.

1.2. UM COPIADOR DE CARTAS

Tão importante quanto a cronologia da escrita epistolar e de sua circulação na sociedade ocidental, são as formas como essas cartas sobreviveram ao tempo e ao descarte quase certo dos papéis do cotidiano. Angela de Castro Gomes no prefácio da obra *Escrita de Si Escrita da História (2004)* menciona o fato de que no exercício do pacto epistolar⁹ cabe a quem recebe as cartas o dever de guardá-las. Nas palavras da autora,

A escrita epistolar é uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao 'outro' uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve, a decisão de preservar o registro (GOMES, 2004, p.19).

Deste modo, o remetente deixa de guardar as suas cartas assim que as envia e estabelece um pacto de confiança com o destinatário. São muitos os conjuntos epistolares que sobreviveram ao tempo graças à vontade e à ação daqueles para quem as cartas foram destinadas. Muitos desses conjuntos

⁹ De acordo com Gomes (2004, p.19) o pacto epistolar estabelecido entre os correspondentes envolve "receber, ler, responder e guardar cartas"

alimentaram romances epistolares ou mesmo compilações de cartas publicadas como testemunhos de lugares e relações perdidas no tempo.¹⁰ Porém, para aqueles que vivem no limite entre a vida pública e vida privada, guardar a correspondência expedida é mais do que um gesto em prol da memória, é uma forma de assegurar a legitimidade de seus atos e pensamentos.

O livro copiador de cartas surge no sentido de garantir a preservação das cartas enviadas e o acesso do autor à correspondência que enviou. Seja como suporte de memória ou como instrumento da burocracia administrativa, o copiador de cartas foi o responsável por salvaguardar, do tempo e da ação humana, um número expressivo de correspondências expedidas. Abundantemente utilizado para manter organizados os papéis do comércio e as correspondências oficiais, o copiador de cartas assumiu um lugar fundamental na preservação de fragmentos do cotidiano expressos com tinta e papel nas idas e vindas do pacto epistolar.

O copiador de cartas, por definição, é um “livro em que se copiam cartas ou outros documentos” (FARIA & PERICÃO, s/d). Há registro da existência de diversos exemplares desses livros em arquivos históricos e/ou instituições museológicas¹¹, já que a guarda da correspondência expedida é uma prática recorrente na esfera pública. A título de exemplo cabe lembrar que durante o período colonial brasileiro, muitos desses copiadores de cartas tiveram como destino instituições públicas de gestão, uma vez que o confisco dos bens daqueles que não conseguiram saldar suas dívidas para com a Fazenda Real incluía toda a escrituração contábil e outros papéis de natureza privada.¹²

Quando utilizado por instituições ou por pessoas a serviço dessas instituições, o livro copiador serve como um repositório de informações, as quais estão além das correspondências expedidas. De acordo como o Programa Nacional de Archivos Escolares da Biblioteca Nacional de Maestro, na Argentina, os livros copiadores são herdeiros de uma tradição escrita que remonta a Antiguidade com o trabalho exercido por escribas e posteriormente por copistas na Idade Média. Ainda segundo esta instituição, o livro copiador é um espaço para o registro de documentos

¹⁰ Como por exemplo: Correspondência de Frédéric Chopin (GUEDES, 2007), Rahel: a vida de uma judia alemã na época do Renascimento (ARENDR, 1994), O copiador de cartas particulares de Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana 1739-1762 (LEONI, 2008).

¹¹ No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por exemplo, há inúmeras referências a copiadores de cartas provenientes de Ordens religiosas e de missionários.

¹² De acordo com Carrara (2008, p. XXIII) “O fato de esses confiscos terem sido efetuados pela Fazenda Real explica porque esses documentos se acham hoje reunidos no conjunto da documentação estritamente fiscal da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto”.

provenientes do exercício de determinada função e de acordo como um sistema de cópia, o qual pode ser cópia manuscrita, cópia com tinta copiadora, papel químico ou cópia direta.

Embora tenha sido pensado como um instrumento administrativo, o livro copiador de cartas era parte do cotidiano dos profissionais que o utilizavam, inevitavelmente, ele acabou sendo utilizado no limite entre as questões públicas, relativas ao trabalho, e as questões privadas. Um exemplo do uso do livro copiador nessas circunstâncias é o do copiador de cartas de José Higínio Ferraz, diretor técnico da Fábrica do Torreão, da firma William Hinton & Sons, na Ilha da Madeira, entre os anos de 1898 e 1937. José Higínio Ferraz legou à História da Ilha da Madeira um conjunto de documentos composto por nove copiadores de cartas, diversos volumes de livros de notas e uma farta documentação avulsa, ou seja, que não foi classificada. Em seus copiadores, foram encontradas cartas relatórios com detalhes técnicos relativos à fábrica, incluindo desenhos e cálculos, assim como cartas relatando o estado de saúde de uma de suas filhas e as dificuldades encontradas no tratamento.¹³ Os copiadores de cartas de José Higínio Ferraz, hoje, parcialmente publicados, circulam no limite entre o público e o privado, preservando informações fundamentais para a história do processo de industrialização da Ilha da Madeira, mas também como um exemplar de escrita epistolar no final do século XIX e primeira metade do século XX.

Da mesma forma, o copiador de cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, sexto Bispo do Maranhão e 1º Bispo de Mariana, publicado sob o título “Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel Cruz Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)”, apresenta indícios acerca do uso do copiador como parte do cotidiano clerical do período. O epistolário de Dom Frei Manuel da Cruz é composto por um códice destinado ao registro das cartas enviadas pelo Bispo. Cercado de formalidades e reunindo apenas as cartas consideradas relevantes para a diocese, o copiador pode ser dividido em duas partes, segundo seu organizador,

Na primeira parte, até a folha 212, estão os assentos referentes a D. Frei Manuel da Cruz, totalizando trezentos e oitenta e dois documentos. [...] A segunda parte, com os assentos sobre o sexto bispo de Mariana, começa

¹³ Em carta de 15 de março de 1927, João Higínio confessa a um amigo “Meu caro Henrique [...] Mathilde, pobre pequena, não está ainda melhor, e o Dr. Pimentel aconselhou hir para o Santo da Serra tomar os ares de altitude. Calcula n’este tempo e longe da minha vista, lá foram Maria Elesa (mãe) e ella para aquella solidão, e aqui ficou eu em cuidados e desgostos, como bem podes calcular.”

efetivamente na folha 213 e termina da 237, compreendendo aos anos de 1820 a 1822 sob o título Registro das respostas de S. E. R^{ma} o S^r. D. Frei José da Santíssima Trindade, as cartas, as Provisoens da Secretaria do Estado, e da Meza da Consciencia, e Ordens (LEONI, 2008, p. XXXVI).

De acordo com Leoni (2008), a organização do copiador de cartas ficava a cargo do secretário do bispado que rubricou e numerou cada uma das páginas, além de assinar o termo de abertura e de encerramento. Embora de cunho majoritariamente formal, este copiador de cartas demonstra a preocupação do Bispo em manter registradas e organizadas as suas cartas particulares referentes ao bispado, isto é, o limite entre as cartas particulares e as cartas da instituição não aparece com clareza no processo de seleção das cartas que devem ser arquivadas. No mesmo copiador, são preservadas cartas do Bispo a outros clérigos e Cartas Pastorais, as quais são documentos oficiais escritos pelo Bispo à comunidade diocesana.

Há registro da existência de inúmeros copiadores de cartas provenientes de instituições religiosas, Ordens, Congregações, Dioceses, Missões, enfim do cotidiano clerical. No entanto, cabe ressaltar que muitos dos documentos produzidos por membros do clero, no exercício de suas atividades cotidianas, são descartados por não serem considerados relevantes para a política de gestão de acervos da Igreja Católica. Contribui para isso o fato de que grande parte do clero e dos leigos com vida consagrada não deixam herdeiros diretos, logo seus bens são incorporados ao patrimônio da Igreja e seus objetos pessoais doados. Além disso, durante o exercício do sacerdócio, as mudanças residenciais são frequentes e necessárias, o que de certa forma impede o acúmulo de pertences de cunho pessoal.

O copiador de cartas constitui, assim, um espaço de guarda da correspondência enviada, mas também um registro dos diferentes processos de seleção empreendidos para a sua construção. Assim como os copiadores de cartas de José Higínio Ferraz e de Dom Manuel da Cruz, os copiadores de cartas deixados por Dom Joaquim Ferreira de Mello, segundo Bispo de Pelotas, apresentam uma gama variada de possibilidades de leitura da sua correspondência como uma produção discursiva situada no ambiente clerical e limitada pela prática da escrita.

1.3. JOAQUIM FERREIRA DE MELLO: O COPIADOR DE CARTAS

Joaquim Ferreira de Mello, o missivista aqui estudado, nasceu em 31 de agosto de 1873 no povoado Sítio São José, localizado entre o Crato e o Juazeiro.¹⁴ Filho de uma família abastada, proprietária de terras e de engenhos, ele iniciou seus estudos no sítio da própria família, tendo como preceptor o Professor Dr. Manuel de Souza Rolim¹⁵, o qual teria sido o responsável por iniciá-lo na leitura dos clássicos e do latim.

Em 1890, já com 17 anos, Joaquim ingressou no Seminário Menor São José, na cidade do Crato¹⁶, o qual tinha como reitor, Monsenhor Francisco Monteiro e como padres formadores os Padres Quintino Rodrigues de Oliveira e Joaquim Sother. O referido seminário fechou as portas no ano seguinte forçando a transferência de seus internos para outros seminários na região. Diante dessa situação, Joaquim foi transferido para o Seminário Episcopal de Olinda, onde concluiu os estudos preparatórios e iniciou o curso de Teologia.

No ano de 1897, ele recebeu a primeira tonsura, as ordens menores e o diaconato¹⁷, para, no ano seguinte, ser ordenado sacerdote pelo então Bispo da Diocese de Olinda, D. Manuel dos Santos Pereira. Após a ordenação, Pe. Joaquim regressou ao Ceará, onde assumiu uma paróquia no sertão nordestino. Por sete anos, trabalhou como pároco na região de Inhamuns, hoje conhecida como paróquia de Tauá. Em 1905, deixou a paróquia e agregou-se ao corpo docente do Colégio Beneditino da Serra do Estevão, lecionando as disciplinas de História e Português.

¹⁴ Os dados referentes ao nascimento de Joaquim Ferreira de Mello provêm de seu registro de batismo disponibilizado na obra biográfica *Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula*, 2006. No mesmo registro consta como celebrante Padre Cícero Romão Batista. Este dado não consta na primeira biografia de D. Joaquim publicada em 1963.

¹⁵ De acordo com Monsenhor Souza (1964, 15), primeiro biógrafo de D. Joaquim, Dr. Rolim era um grande conhecedor da literatura latina, pedagogo e cientista de renome em todo o nordeste do país. Teria chagado ao sítio da família Ferreira de Mello fugindo da seca de 1877-1879.

¹⁶ Hoje chamado Seminário Episcopal do Crato.(MENDES, 2006, p.59)

¹⁷ Após o Concílio Vaticano II são reconhecidos três graus da ordem clerical, a saber: o diaconato, o presbiterado e o episcopado. Anterior a isto, porém, havia as chamadas ordens menores através das quais os candidatos ao presbiterado eram iniciados no estado clerical, sendo a *Primeira Tonsura* um ritual de introdução do candidato ao clerical, bem como, seu comprometimento com uma diocese e ou ordem religiosa. Com as modificações Conciliares, as ordens menores foram extintas, dando lugar a ministérios, os quais não conferem grau ao candidato, bem como não o introduzem no estado clerical, o que acontece somente com o diaconato.

O desacordo dos monges em relação à reforma do ensino empreendida por Rivadávia Correa¹⁸, fez com que a congregação deixasse a escola e entre eles, Pe. Joaquim. Ao retornar à cidade do Crato, o professor e padre Joaquim fundou junto a dois amigos, também padres¹⁹, o Colégio São José que funcionou de 1909 a 1913. De acordo com Mendes (2006, p.61), durante o mesmo período, padre Joaquim “fundou e dirigiu, juntamente com os colegas de direção do colégio o Semanário Católico *A Cruz*, considerado o jornal mais importante da região do Cariri nesse período.”

Em março de 1915, ele foi nomeado Vigário Geral da Diocese do Ceará, que no mesmo ano foi elevada à Arquidiocese de Fortaleza, onde permaneceu por seis anos, até que, em março de 1921, foi nomeado Bispo da Diocese de Pelotas. Naquele tempo, a jovem diocese de Pelotas, hoje Arquidiocese Metropolitana, possuía uma configuração geográfica maior do que a atual, uma vez que o Rio Grande do Sul tinha seu território dividido em três dioceses, a saber: Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana, sufragâneas à Arquidiocese de Porto Alegre. Assim, a igreja particular confiada a Dom Joaquim compreendia uma área pastoral hoje correspondente à atual Arquidiocese de Pelotas, e às suas dioceses sufragâneas, Bagé e Rio Grande.



Figura 1: Dom Joaquim Ferreira de Mello – 1931
Fonte: Acervo Dom Joaquim

¹⁸ A Reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental foi implementada em 5 de abril de 1911 pelo decreto nº 8.659. Esta Reforma adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior. (Cf. CHAGAS, 1979)

¹⁹ Segundo Mendes (2006, p.61) o Colégio São José foi fundado pelos padres Joaquim Ferreira de Mello, Emílio Leite Alvares Cabral e Pedro Esmeraldo da Silva (primo de Joaquim). De acordo com a correspondência trocada entre Pe. Joaquim, Pe. Esmeraldo e D. Quintino durante o ano de 1920 sabe-se que a convite de Pe. Joaquim e, por estar com problemas na paróquia em que trabalhava, padre Esmeraldo transferiu-se para a Diocese de Pelotas.

Ao chegar à Diocese de Pelotas, no final de 1921, Dom Joaquim encontrou um clero escasso e em sua maioria estrangeiro. Conforme circular *Relatio super statu Diocesis Pelotensis, Summo*, reservada ao Sr. Núncio Apostólico no Brasil em 6 de outubro de 1923, havia na diocese vinte paróquias pelas quais respondiam párocos, dezessete eram estrangeiros, dos quais: seis portugueses, seis espanhóis, três italianos, um francês e um alemão (MENDES, 2006, p.70). Contrariando as determinações do Concílio de Trento, não havia na diocese um seminário, os jovens vocacionados para o sacerdócio eram encaminhados ao seminário de São Leopoldo, com o qual Dom Joaquim manteve uma vasta correspondência.

Os problemas com o clero iam além do fato de a maioria deles não ter uma formação coerente com a realidade em que trabalhava e mesmo dificuldades causadas pelo idioma falado. Havia, ainda, seis paróquias desprovidas de párocos e o anúncio da saída de ordens religiosas que atuavam na diocese, seja nas paróquias ou em instituições de ensino.

As ordens religiosas eram de suma importância para a manutenção da diocese, uma vez que não oneravam a cúria e atuavam em setores fundamentais como saúde e educação. De acordo com Mendes (2006), atuavam na diocese, as seguintes ordens religiosas: Companhia de Jesus, com um Ginásio e capelanias; Ordem Carmelita Descalça, em Rio Grande, com duas paróquias; Pia Salesiana, em Bagé e Rio Grande, com um Ginásio e um Liceu de Artes e Ofícios; Congregação dos Irmãos Maristas, em Rio Grande, com um Ginásio. Atuavam na diocese, ainda, religiosas Franciscanas, na direção de colégios, orfanatos, hospitais e escolas paroquiais para meninas; Irmãs de São José, em colégios e um Hospital; Irmãs do Puríssimo Coração de Maria, em orfanatos e escolas e, ainda, as Carmelitas Descalças.

Escrever cartas era uma exigência do cargo que Dom Joaquim veio a ocupar, uma vez que somadas aos telegramas, as cartas configuravam a principal forma de comunicação entre os membros do clero local e da Diocese com a Nunciatura Apostólica. No entanto, o hábito de manter uma vasta correspondência, copiada e arquivada cronologicamente, acompanhava Dom Joaquim desde os tempos em que ele ocupava o cargo de Vigário Geral, visto que as primeiras cartas arquivadas datam de 1915.²⁰ Ao se mudar para Pelotas, o novo Bispo trouxe em sua bagagem

²⁰ As cópias das cartas escritas entre os anos de 1915 e 1919 apresentam péssimo estado de conservação, o que impede a leitura e mesmo o manuseio das mesmas.

parte de sua correspondência arquivada em livros copiadores de cartas, os quais, atualmente, compõe seu acervo pessoal. Em uma de suas biografias, há referência à existência de cerca de onze mil cartas que teriam sido copiadas e arquivadas ao logo de 42 anos de vida sacerdotal (SOUZA, 1964). Das onze mil cópias de cartas mencionadas, pouco mais de um terço se perdeu ao longo dos anos. As aproximadamente sete mil cópias de cartas preservadas reúnem uma série de elementos que permitem perceber características da escrita epistolar de Dom Joaquim e critérios de organização do acervo. Dono de um estilo leve e fluido de escrita, Dom Joaquim reuniu um conjunto de textos com temática diversa e abrangente, bem como um número expressivo de destinatários, em sua maioria membros do clero.

Por meio de um fluxo constante de correspondências,²¹ ele organizava o funcionamento da diocese, a formação do clero, as obras assistenciais, as finanças da diocese, a distribuição de verbas para as paróquias, o funcionamento das irmandades e escolas para leigos e as relações com a Arquidiocese de Porto Alegre e a Nunciatura Apostólica. Além disso, era por meio das cartas que Dom Joaquim diminuía as distâncias e mantinha os vínculos com os amigos que ficaram no Ceará.

A correspondência de Dom Joaquim Ferreira de Mello teve sua primeira organização por iniciativa do próprio escrevente, que fazia cópias de suas cartas particulares. Seu epistolário é composto por treze livros copiadores de cartas que reúnem cópias de cartas escritas entre os anos de 1915 e 1940. O acervo pode ser observado a partir de duas partes distintas: a primeira compreende os onze primeiros livros, os quais reúnem cópias de cartas escritas entre 1915 e 1934 e parte do conjunto de cartas escritas entre 1935 e 1938. Contendo, em sua maioria cartas manuscritas, estes livros são compostos por páginas numeradas no canto superior direito, precedidas por um índice em ordem alfabética. O papel é translúcido e não apresenta margens ou qualquer outra marca impressa, com exceção da numeração e do alfabeto que orienta a elaboração do índice.

As evidências deixadas no processo de cópia e arquivamento das cartas indicam que o procedimento utilizado para produzir as cópias foi bastante simples: entre a folha epistolar a ser remetida e a folha do livro copiador era inserida uma

²¹ De acordo com o inventário preliminar de cartas enviadas entre os anos de 1920 e 1940, uma vez que as cartas escritas entre 1915 e 1919 não apresentam condições de conservação adequadas para a contagem, contou-se uma média de aproximadamente 275 cartas por ano.

folha de papel químico que permitia o decalque das palavras grafadas, assim ficava registrada no livro a cópia da carta enviada.²² Durante este período, Dom Joaquim adquiriu livros copiadores de duas papelarias, Livraria e Papelaria Cearense (os seis primeiros livros) e Livraria e Papelaria O Globo (livros sete, oito, nove, dez e onze). Os livros, embora muito semelhantes, possuíam um número variado de folhas e cartas de períodos distintos, como pode ser observado na tabela 1:

Tabela 1: Tabela contendo o número de folhas correspondentes a cada livro copiador, bem como o período de escrita das cartas arquivadas em cada um deles.

Nº do Livro	Período	Número folhas
1	1915 a 1918	400
2	1918 a 1921	500
3	1921 a 1922	400
4	1922 a 1923	400
5	1923 a 1924	400
6	1921 e de 1924 a 1926	1000
7	1926 a 1928	1000
8	1928 a 1930	1000
9	1931 a 1933	1000
10	1933 a 1935	1000
11	1935 e 1938	1000
12	1935 a 1937	não paginado
13	1939 e 1940	não paginado

Fonte: Dados organizados pela autora

O processo de cópia e arquivamento das cartas obedece a uma ordem cronológica, como demonstra a tabela 1. Cabe observar, contudo, que as cartas de 1921 estão arquivadas em mais de um livro e rompem a ordem de arquivamento ao serem copiadas junto às cartas de 1924, 1925 e 1926. Da mesma forma, há um rompimento no processo de cópia manuscrita das cartas escritas entre 1935 e 1938. O livro onze, no qual estão arquivadas algumas das cartas escritas nesse período, possui dois terços do seu total de folhas em branco. O restante das cópias de cartas escritas entre 1935 e 1937 foram datilografadas e arquivadas no livro doze estabelecendo, assim, um rompimento da ordem cronológica.

²² Há registros na historiografia de que em alguns copiadores o papel epistolar era incluído no livro para depois ser destacado, no acervo de Dom Joaquim não há evidência que justifique tal afirmação.

No conjunto de cópias manuscritas, não há evidências de mudanças significativas da caligrafia, fato que indica que apenas uma pessoa era responsável por escrever as cartas e conseqüentemente por fazer as cópias. Cabe chamar a atenção para esse fato, pois, a exemplo do Copiador de cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, é comum o registro de muitas caligrafias no mesmo copiador.²³ Como Bispo da Diocese de Pelotas, Dom Joaquim poderia dispor de um secretário para organizar sua correspondência, mas não há indícios de qualquer outra caligrafia, mesmo nas anotações marginais referentes ao não envio ou ao descarte das cartas. Ao contrário do Copiador de cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, os copiadores de cartas de Dom Joaquim não possuem termo de abertura e encerramento. Da mesma forma, as páginas não são rubricadas e não há uma seleção rigorosa acerca das cartas a serem copiadas. Nos copiadores de Dom Joaquim, foram arquivadas cartas formais, cartas informais, bilhetes, cobranças, cartas relatórios e demais correspondências sem uma classificação formal. Ao escrever suas cartas, Dom Joaquim obtinha imediatamente a cópia desejada por meio do método já mencionado. Assim, não havia necessidade de dispor de tempo e de funcionários da diocese para fazer as cópias manuscritas. Além de possibilitar maior número de cópias em menor tempo, este método permitia o sigilo da correspondência.

Havia, contudo, uma preocupação em manter organizadas as informações referentes ao comércio epistolar²⁴ estabelecido entre Dom Joaquim e seus correspondentes. Cada livro era organizado por um índice em ordem alfabética pelo nome do autor. Neste índice, era indicado o número de cartas enviadas para cada um dos correspondentes e a página em que cada cópia podia ser encontrada, conforme figura 2.

²³ De acordo com LEONI (2008, p. XXXVIII) o Copiador de Cartas de Dom Frei Manuel da Cruz é resultado do trabalho de vários funcionários do bispado responsáveis por copiar de forma manuscrita a correspondência do bispo. Embora as técnicas de cópia com tinta copiadora tenham sido desenvolvidas no século XVIII, este método não era usado para fazer as cópias das cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, o que dificultava o processo de cópia.

²⁴ De acordo com Gastaud (2009, p.38) comércio epistolar refere-se “[...] a simples troca de cartas, regular ou não, entre dois correspondentes”.

C
D
E
F ^{CO}
F
G
H
I
J ^E
J ^O
J ^M
J
K
L
M ^{EL}
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
X
Z

6.º Estab. de São José 1. 10. 24. 30. 71.
 Bispo de Curitiba 82. 192. 279. 339. 553. 999.
 Parocho de Congussu 90. 142. 169. 245. 281. 319. 341. 360. 433. 446. 465.
 Casa Cadete 107. 155. 187. 959.
 Padres Carmelitas - Fr. Patricio 113. 131. 885. 952.
 Madre Priora da Im. Carmelitas 111. 129. 256. 265. 286. 290. 333. 407. 488.
 Carlos Arseli da Silva 127.
 Parocho do Carmo - Fr. Ligismundo 132. 195. 291. 557. 592. 606. 658. 682. 795. 702.
 Parocho de Cacimbinhas 136. 570. 982.
 Bispo do Paraná 147. 229. 230. 287. 579. 632. 771. 787. 805.
 Sup.º Geral das Im. do Cor. de Maria 203. 481. 515. 548. 520.
 D. Carlos Teófilo 257.
 Direto. de Curitiba 282.
 Bispo de Curitiba 342. 862.
 Mons. Leão Sarney-avi 401.
 Bispo de Campinas 12. 51. 66. 139. 162. 162. 817. 835. 881. 936. 950.
 Parocho de Congussu 171. 197. 502. 551. 595. 623. 685. 690. 733. 758. 821.
 Carmelitas (fr. im.) Im. M. de F. Ter. agerius 499.
 M.ª Priora das Carmelitas do R.º 500. 535. 544. 607. 661. 762. 796. 852. 882. 928. 971.
 M.ª Sup.º do Anjo do Bened. do Bage 577. 641. 866.
 M.ª M.ª de X.ª S.ª do Carmo 545.
 M.ª Bernadette (P.ª G.ª ant.) 751.
 Padres do Cor. de Maria (fig. de Livramento) 777. 786.
 Im. M.ª do Div. Eudocima (Carmelita) 793.
 Parocho do Carmo 992.

Figura 2: Índice do Livro Copiador de Cartas
 Fonte: Acervo Dom Joaquim

A segunda parte do acervo é composta por dois livros, os quais reúnem parte das cópias de cartas escritas entre 1935 e 1938 e das cartas escritas em 1939 e 1940. Ao contrário dos livros anteriores, estes não são livros apropriados para a cópia de cartas e documentos. As cópias de cartas são datilografadas, perfuradas e encadernadas com capa dura e presas por hastes de metal. Nelas, não há índice e as folhas não são numeradas. As poucas anotações nas margens são manuscritas e semelhantes à mesma caligrafia das cartas anteriores.

As cartas datilografadas, que nos primeiros anos do epistolário eram raras e de difícil cópia, passaram a compor a totalidade dos livros nos últimos anos de vida de Dom Joaquim. No entanto, as anotações foram mantidas nas margens e até

mesmo algumas rasuras comuns em várias cartas. As cópias de cartas enviadas a partir de março de 1921 foram marcadas com uma numeração manuscrita em sentido crescente, no canto esquerdo superior da página.²⁵ A numeração corresponde apenas às cartas que teriam sido enviadas, enquanto que nas demais a marcação se resume à inscrição “carta não expedida”, por vezes acompanhada da assinatura de Dom Joaquim. Assim, deduz-se que esta seja uma segunda intervenção com o intuito de organização do epistolário, provavelmente empreendida pelo próprio escrevente, ou a pedido dele. Como pode ser observado nas figuras 3 e 4:

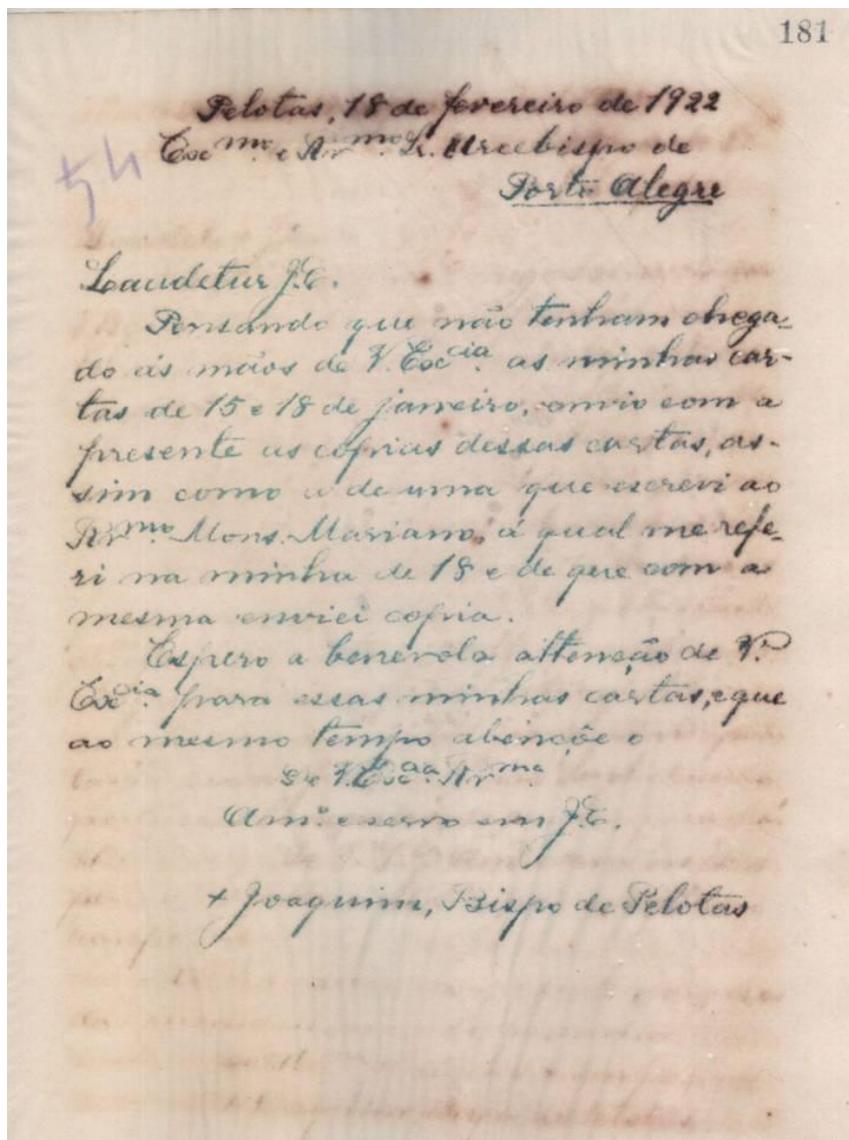


Figura 3: Carta com numeração manuscrita
Fontes: Acervo Dom Joaquim

²⁵ A numeração das cartas a partir de março de 1921 parece obedecer a critérios relativos à nomeação episcopal, visto que apenas as cartas referentes à Diocese de Pelotas são numeradas, até que em novembro do mesmo ano todas as cartas recebem a numeração correspondente.

250

Felotas, 16 de março de 1922
 Ex^{ma} Sr^{ma} Sr. Arcebispo de
 Porto Alegre

Laudetur J.E.

Com esta envio a V. Ex^{cia} o meu
 comentermento e pedido tanto pa-
 ra a reforma da Congregação do Pa-
 risiense (oração) de Maria ^{como} para a
 criação da Faculdade de Ciências e
 Letras no Terceiro Provincial
 de S. Leopoldo. Como a V. Ex^{cia} não
 posso ~~sem~~ ^{sem} ~~apresentar~~ essa tern-
 traria de ~~ela~~ ^{ela} ~~por~~ ^{por} ~~ella~~ ^{ella} ~~peço~~ ^{peço} a Deus
 para que se realize plenamente e de
 os frutos que de tal instituição é lei-
 to esperar.

Agreda muito sinceramente
 a V. Ex^{cia} a solução que deu ao meu pe-
 dido e a favor do Sr. Emerico Charas.
 V. Ex^{cia} fez-me com isto um grande
 bem. Sou-lhe portanto, cada vez mais
 grato.

Di fronta sempre V. Ex^{cia} Sr^{ma}
 do Am. e verso em J.E.
 + Joaquim, Bispo de Felotas

Figura 4: Carta com a inscrição "Não foi enviada J.B de P"
 Fonte: Acervo Dom Joaquim

Esta segunda tentativa de organização fornece dados relevantes quanto ao fluxo de cartas enviadas e ao controle estabelecido pelo correspondente. Da mesma forma, a indicação das cartas não expedidas permite identificação das cartas que foram reescritas ou editadas, bem como aquelas que, por motivo desconhecido, não foram enviadas. A tabela abaixo reúne dados referentes a esta segunda tentativa de organização.²⁶

²⁶ Há discrepância numérica entre os números apresentados no processo de organização do acervo e a contagem das cartas remanescentes, como por exemplo, número de cartas enviadas em 1922, segundo os dados da organização do acervo é de 403, enquanto que o número de cartas presentes atualmente no acervo é de 332 incluindo as não enviadas.

Tabela 2: Tabela com o número de cartas contabilizadas ao longo do processo de arquivamento e organização do epistolário.

Ano	Nº de cartas	Ano	Nº de cartas
1921	88	1931	433
1922	403	1932	425
1923	237	1933	315
1924	265	1934	463
1925	191	1935	282
1926	309	1936	330
1927	347	1937	362
1928	291	1938	356
1929	407	1939	315
1930	397	1940	169

Fonte: Dados organizados pela autora

Nota: Esta tabela apresenta apenas o número de cartas enviadas a partir de 1921 segundo a contagem do organizador do epistolário, não inclui cartas reescritas, não enviadas e escritas antes de 1921. A contagem zera a cada ano e não corresponde ao número de cartas atualmente existente.

As cópias obedecem a um modelo mais ou menos regular de distribuição do texto e de aproveitamento do papel. Não há margens visíveis, mas o texto obedece a limites bem definidos. Assim, a carta ocupa o centro da folha de cópia, o que indica que o papel epistolar era menor do que o papel de cópia ou que possuía margens tracejadas. As cartas começam sempre pela data escrita por extenso, como por exemplo, “Fortaleza, 3 de janeiro de 1921”, em seguida, e alinhada à direita do papel, está a cidade para onde a carta foi enviada. Este dado fornece uma série de informações relevantes, uma vez que permite que se faça um mapa da circulação das cartas demarcando um território de abrangência. Nos diálogos epistolares, ou seja, nas trocas regulares de cartas com apenas um correspondente por um determinado período de tempo, é possível estimar o tempo aproximado de circulação das cartas, considerando outras variáveis, como por exemplo, a forma de envio e a distância entre os correspondentes.

Em sua maioria, as cartas de Dom Joaquim eram destinadas a clérigos, fossem para assuntos de cunho pessoal ou para questões da Igreja. Assim, a maioria das cartas apresenta como vocativo a expressão latina “*Laudetur JC*”, que quer dizer “Louvado seja Jesus Cristo”. Há, contudo, a recorrência de outras saudações, tais como: “Respeitosas Saudações”, utilizada para membros do clero

superiores a Dom Joaquim na hierarquia católica, e a expressão “Meu caro amigo”, usada para poucos e raros correspondentes.

Por conta do método empregado para a cópia das cartas, as folhas do copiador são utilizadas em apenas um lado, no entanto, há um aproveitamento dos espaços em branco deixados no fim das cartas, ou seja, logo abaixo da cópia concluída é iniciada uma nova cópia, que pode ser o começo de uma carta ou um pequeno bilhete. Como pode ser observado na figura 5:

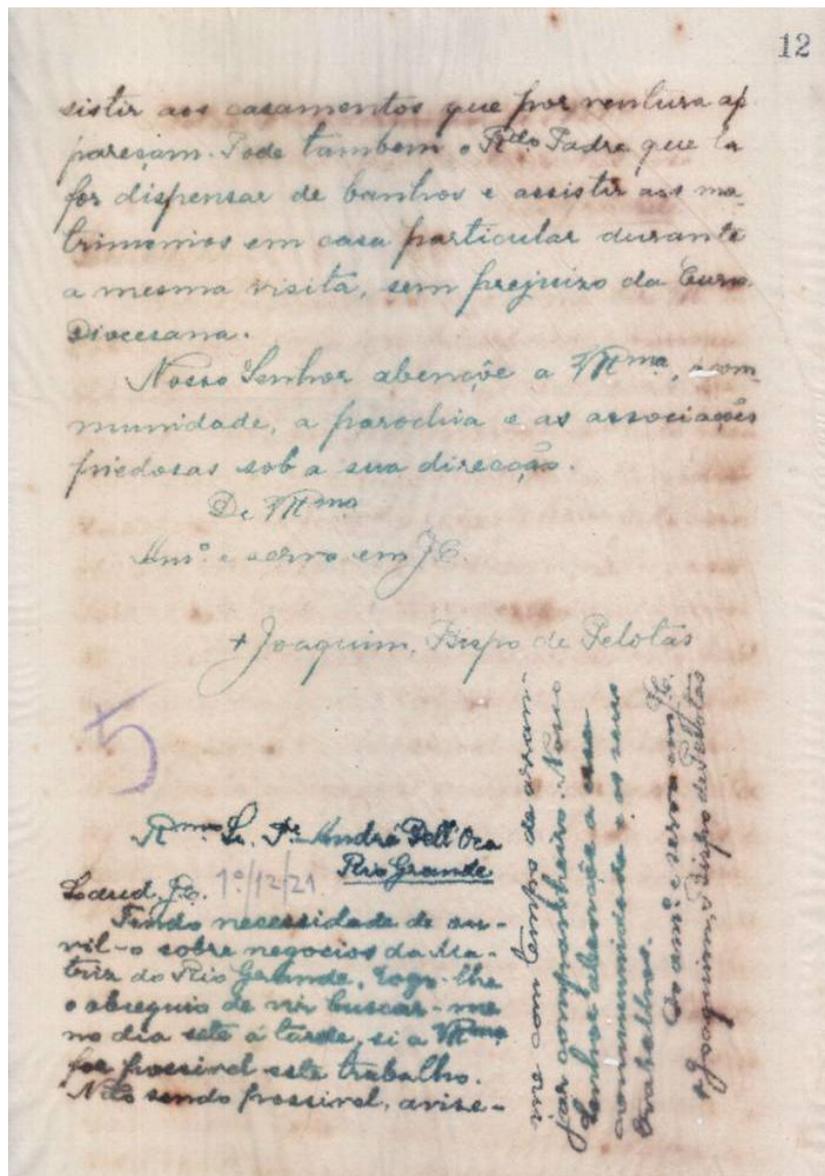


Figura 5: Carta onde é possível observar o aproveitamento do espaço no Livro Copiador de Cartas
Fonte: Acervo Dom Joaquim

Nos copiadores de cartas de Dom Joaquim, os documentos arquivados são majoritariamente cartas e bilhetes, porém há registro de outros documentos que teriam sido enviados junto a essas cartas, como procurações, tabelas de custos ou

mesmo declarações e discursos. Ao contrário do Copiador de cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, não parece haver uma intencionalidade por parte de Dom Joaquim em tornar o seu livro copiador um registro oficial das suas atividades como clérigo, uma vez que – ao organizá-lo – ele dispensa as formalidades relativas aos termos de abertura e encerramento, bem como da rubrica nas páginas como forma de conferir autenticidade ao documento. Os copiadores de cartas de Dom Joaquim possuem uma organização estritamente funcional, e reúnem cartas de cunho pessoal, as quais evidenciam um Joaquim Ferreira de Mello para além das suas atividades como Bispo.

O epistolário de Dom Joaquim cobre um período muito longo de sua vida e, conseqüentemente, traz consigo indícios das transformações ocorridas nos tempos e lugares nos quais ele viveu. Da mesma forma, o processo de cópia e arquivamento dessas cartas deixou indícios por meio dos quais é possível perceber, ainda que de forma fragmentária, a importância que Dom Joaquim atribuía aos seus escritos e as informações que ele acreditava que deveriam ser preservadas. Nesse sentido, faz-se necessário pensar este epistolário dentro de um saber indiciário, onde “o que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente”. (GINZBURG, 1989, p.152)

Embora o ato de arquivar cópias das cartas enviadas fosse uma prática bastante recorrente, no período compreendido pelo epistolário estudado e, o trabalho exercido pelo missivista exigisse que as cartas relativas ao cotidiano da diocese fossem arquivadas, o conjunto epistolar reunido por Dom Joaquim apresenta características que o qualificam como um objeto de estudo tanto no que concerne ao seu arquivamento, como no que diz respeito à escrita epistolar como discurso. O epistolário inclui cartas de um período anterior à sua nomeação como Bispo e uma vasta correspondência pessoal que é arquivada junto às demais. Assim, é possível pensar este epistolário como um acervo autorreferencial, uma vez que não há um limite claro entre o que seria a produção escrita na esfera privada e a produção relativa à atividade episcopal, portanto produzida na esfera pública.

2. DE CARTAS, DIÁLOGOS E CAMINHOS

Os pensamentos postos no papel nada mais são que pegadas de um caminhante na areia: vemos o caminho que percorreu, mas para sabermos o que ele viu nesse caminho, precisamos usar nossos próprios olhos.
Schopenhauer

Nascida de um silêncio intrínseco à própria escritura, a escrita epistolar veio a desempenhar funções tão variadas quanto às motivações responsáveis por seu surgimento. Ao longo dos processos de difusão e apropriação dessa forma de escrita, foi possível observar o uso da correspondência para os mais diversos fins, tais como: cartas de amor, cartas de requerimento, cartas abertas, cartas descritivas, dentre outras. Da mesma forma, as normas e os procedimentos para a escrita de uma carta adequada desenvolveram-se nos mais diversos contextos, desde a escrita modelar de Cícero na Antiguidade, passando por tratados de retórica na Idade Média, até os manuais de civilidade da “boa sociedade”²⁷.

O texto epistolar é um texto narrativo e relacional, pois ao mesmo tempo em que constitui uma narrativa pessoal dos acontecimentos vividos ou de expectativas sobre o futuro, também busca um interlocutor, reclama a presença da pessoa ausente, “preserva os vínculos na distância e configura um espaço através do qual se expressam e desenvolvem as identidades pessoais, familiares ou sociais” (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p.22). Esta dimensão relacional faz pensar no texto epistolar como uma forma de diálogo por escrito. Etimologicamente, diálogo é uma fusão entre duas palavras gregas, *dia* e *logos*. A primeira significa através, e a segunda pode ser compreendida como razão, conforme sua tradução para o latim (*ratio*), ou ainda pode ser entendida como palavra, expressão, fala ou verbo. Nesse sentido, as trocas epistolares podem configurar não apenas um instrumento de informação, mas um diálogo não presencial, uma experiência de se fazer compreender pela explicação do outro, como destaca Ricoeur (1989) na *Teoria do Texto*.

A relação de confiança que se estabelece entre remetente e destinatário extrapola os limites do diálogo, pois a carta é também o espaço da confissão e de segredos fixados no papel. Se, como afirma Arendt (2007), o objetivo do diálogo é o

²⁷ Arendt na obra *Las origens del totalitarismo* (1974) visualiza a “boa sociedade” – ou o que Marx chamou de sociedade burguesa – como sendo a origem da hodierna sociedade de massas. A boa sociedade surge no século XVIII das modificações econômicas e políticas que confluíram no surgimento de uma nova classe social no paradoxo da promessa de civilidade, de vida melhor, etc.

consenso, sua existência está condicionada ao desfecho do ato de persuadir. Sendo assim, a escrita epistolar constitui um diálogo que vai além dos limites da persuasão, porque, apoiada no compromisso estabelecido pelo pacto epistolar, ela se mantém e se justifica mesmo após a obtenção do consenso entre as partes.²⁸ O pacto estabelecido entre os correspondentes configura o sustentáculo da relação epistolar construída, ou seja, institui, ainda que de forma flexível e mutável, o compromisso de receber, ler, responder e guardar as cartas recebidas (GOMES, 2004,19). A definição e a efetividade do pacto epistolar, que para Angela de Castro Gomes (2004) está relacionada à prática da correspondência, seja ela entre amigos ou não, para Anne Vincent-Buffault (1996) está associada à declaração de amizade e à libertação dos elementos formais. Segundo a autora,

[...] a declaração de amizade é acompanhada de um pacto epistolar que é da natureza tanto do ritual quanto do contrato em que escreve um convite à amizade, uma expressão subjetiva que liberta dos códigos formais. É assumido o compromisso de escrever francamente, de uma só vez, sem efeito de estilo nem excesso de artifício. Trata-se menos de abandonar as fórmulas de civilidade para manifestar a afeição do que de se convidar a 'dizer tudo' ou 'de nada se poupar', a levar sempre adiante a descoberta de si no outro e do outro em si, construindo-se mutuamente (VINCENT-BUFFAULT, 1996, p.41).

Se por um lado, o pacto epistolar liberta os correspondentes do uso dos elementos formais, por outro estabelece entre eles outras formalidades, construídas sob a responsabilidade de mantê-lo. As cartas trocadas entre Dom Joaquim e seus correspondentes estabelecem um modelo de pacto epistolar que não pode ser considerado uma situação hipotética - "véu da ignorância"²⁹ - ou seja, uma igualdade formal entre os dialogantes. A função, a importância e a dignidade de cada sujeito são mantidas para além do compromisso firmado pelas missivas, sendo que para todos os envolvidos há responsabilidades comuns, e, salvo exceções, não há dispensas.

²⁸ Para Arendt em *A Condição Humana* (2007) é a ação e o discurso que distingue o ser humano dos demais animais, e o conduz para além da vida biológica, sendo assim a garantia para o mundo comum. Em *Homens em Tempos Sombrios* (2008), Arendt aponta que diferentemente do que acontece em regimes totalitários, o diálogo acontece na pluralidade de vozes, no encontro entre singularidades capazes de opiniões distintas e diversas.

²⁹ A situação social dos correspondentes/dialogantes não é ignorada, pois o acordo entre eles não está na posição original de igualdade ou desconhecimento nomeada por John Rawls (1997) como "véu da ignorância". Não há, assim, nos diálogos epistolares de Dom Joaquim uma situação hipotética de igualdade ou igualação, mesmo no pacto estabelecido entre os correspondentes, a situação própria é evidenciada, não apenas na forma do texto epistolar, como também nos vocativos e na frequência em que as cartas são respondidas.

Entretanto, o diálogo epistolar está inserido em um universo mais amplo para o qual também concorre o diálogo presencial, não podendo ser dependente de relações de amizade, ou então de intimidade, como propõe Vincent-Bufferault ao se referir ao pacto epistolar. Arendt, por sua vez, pensa o diálogo na esfera pública, para além dos laços familiares e de amizade que configuram a esfera privada, e assim, o diálogo é um compromisso entre os cidadãos, entre homens que precisam resolver questões pontuais e/ou conflitos de opinião. Neste sentido, para que haja um diálogo epistolar é necessária uma demanda comum, uma relação de confiança entre os correspondentes e um compromisso firmado pelo pacto epistolar, pois na ausência dessas condições, embora haja um grande fluxo de correspondências, o diálogo epistolar não acontece.

O conjunto de cartas escritas e copiadas por Dom Joaquim, situado entre a esfera pública e a privada, apresenta as mais diversas relações estabelecidas pela escrita de cartas, desde a emissão de simples comunicados, até a manutenção de longos diálogos epistolares. Assim, a leitura de algumas de suas cartas possibilita compreender a dinâmica da sua correspondência, bem como indícios do funcionamento do comércio epistolar no contexto clerical da primeira metade do século XX. As relações estabelecidas entre os membros do clero e do próprio clero com leigos católicos configuram alguns dos elementos constituintes do contexto clerical, assim como a confusa relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro no período.

Múltipla e variada, a escrita epistolar no contexto clerical contribuía para o estabelecimento de vínculos entre Dom Joaquim e seus correspondentes não só em assuntos clericais ou pessoais, mas também no relacionamento da Igreja *ad extra*, o que explica a presença de cartas por meio das quais, Dom Joaquim respondia a comunicados de nomeação e posse de autoridades civis e militares; enfim, questões extrínsecas a sua função. Assim, o epistolário de Dom Joaquim pode ser pensado como um elemento construtor e construído por diferentes contextos, uma vez que demarca espaços, hierarquias, distâncias e relações profissionais e de confiança, estabelecidas em diferentes tempos e lugares, compondo um caminho traçado pela prática da escrita de cartas e por sua circulação. Com o propósito de percorrer esses caminhos e compreender essa prática, são analisadas, neste capítulo, as cartas escritas e copiadas entre os anos de 1920 e 1922, período marcado por mudanças

nas condições de enunciação do correspondente. Com períodos e funções bem delimitadas, as cartas do Vigário Geral (1920-1921) e as cartas do Bispo (1921-1922) constituem possibilidades de leitura da produção e da circulação das cartas de Dom Joaquim em diferentes contextos constituídos e transformados por distintos sujeitos e objetos. Assim, o delineamento de suas correspondências no período de transição entre sua função de Vigário Geral e a sua nomeação e posse em Pelotas, não objetiva estabelecer ambientes estáticos e justificativos para a sua relevância, apenas poder-se-á seguir o pensamento do escrevente pelas pegadas deixadas no papel, um percurso pelo qual será possível apenas depreender alguns vestígios do caminho que ele percorreu, ou ainda, do que ele viu nesse caminho.

2.1. AS CARTAS DO VIGÁRIO GERAL

Do conjunto de cartas escritas e arquivadas por Joaquim Ferreira de Mello ao longo de mais de vinte anos de vida sacerdotal, pouco menos de um terço corresponde ao período anterior a sua posse como Bispo de Pelotas. Dos treze livros copiadores de cartas que compõem o seu acervo pessoal, quatro deles contêm cartas deste período, escritas entre março de 1915 e outubro de 1921, anos em que o escrevente trabalhou como Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza. No exercício de suas atividades como Vigário Geral, Pe. Joaquim constituiu uma ampla rede de correspondentes e firmou diálogos epistolares duradouros. Cabe ressaltar, contudo, que as atividades sob-responsabilidade de um Vigário Geral na primeira metade do século XX exigiam um sistema de comunicação eficiente, uma vez que, segundo o Código de Direito Canônico³⁰,

[...] compete ao Vigário Geral, na diocese toda, o poder executivo que, por direito, pertence ao Bispo diocesano, para praticar todos os atos administrativos, exceto aqueles que o Bispo tenha reservado a si, ou que, pelo direito, requeiram mandato especial do Bispo (CIC, 1987, p. 226).

³⁰ A revisão do *Código de Direito Canônico* após o Concílio Vaticano II pouco alterou as disposições sobre a função ordinária do presbítero nomeado Vigário Geral pelo Bispo diocesano, principalmente no que se refere ao pleno gozo das funções executivas. O Papa Paulo VI no *Decreto Dominus Christus*, de 1965 sobre o *múnus* pastoral dos bispos na Igreja, destaca que "O cargo principal da Cúria diocesana é o de Vigário Geral" (§27); cabe destacar que é neste mesmo decreto que ordena-se a criação de comissões de estudo e revisão do Código de Direito Canônico e que culminará em 1983 na sua promulgação do código vigente por João Paulo II.

A gestão do patrimônio da arquidiocese estava entre as atividades desenvolvidas por Pe. Joaquim, o que abrangia a administração de imóveis, a criação de gado e a distribuição entre as dioceses sufragâneas das verbas provenientes de doações. A Arquidiocese de Fortaleza compreendia, naquele período, a Diocese do Crato, criada em 1914, e a Diocese de Sobral, criada em 1915. Assim, cabia ao Vigário Geral, além da distribuição de verbas, a comunicação entre as dioceses e a arquidiocese.

Embora a administração da Arquidiocese de Fortaleza, em toda a sua amplitude, estivesse entre as atividades de Pe. Joaquim como Vigário Geral, não estava entre as suas responsabilidades a gestão dos arquivos e registros da Cúria, pois o responsável por organizar e arquivar a documentação relevante para a Arquidiocese era o Chanceler³¹. Ainda assim, Pe. Joaquim passou a arquivar a sua correspondência em livros copiadores de cartas. Embora particular, esta correspondência referia-se majoritariamente ao cotidiano da Arquidiocese, que no período tinha uma configuração geográfica semelhante ao atual estado do Ceará, com exceção das paróquias de Cratêus e Independência, ligadas a São Luis do Maranhão.³²

As cartas escritas entre janeiro de 1920 e outubro de 1921 configuram os últimos meses de Pe. Joaquim como Vigário Geral, mas também tomam parte de uma das maiores crises sociais e econômicas causadas pela seca de 1919³³ que resultou na formação de inúmeros grupos de retirantes do interior do Ceará para o litoral, de onde Pe. Joaquim escrevia suas cartas. Da mesma forma, por meio das cartas deste período, é possível vislumbrar a distribuição geográfica de circulação das trocas epistolares mantidas entre Pe. Joaquim e seus correspondentes.

Ainda que nem todas as cartas escritas por ele fossem destinadas a correspondentes que residiam na área de abrangência da Arquidiocese de Fortaleza, por meio de suas cartas é possível percorrer o interior do Ceará, bem como delinear a área de circulação de suas correspondências no estado, como pode ser observado na figura 6.

³¹ Cânone 482 do Código de Direito Canônico (1987, p. 229)

³² Conforme o site oficial da Arquidiocese de Fortaleza (<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/>)

³³ De acordo com Thomáz Pompeu Sobrinho em sua obra *História das secas – século XX(s/d)*, “Na primeira metade do século XX, o Nordeste experimentou 4 secas calamitosas, nos anos de 1915, 1919, 1932, e 1942”. O autor destaca, ainda, que “a seca de 1919 foi uma extemporânea aberração no ciclo ordinário dos fenômenos climáticos. Sobreveio ainda mais inesperadamente do que as anteriores trazendo surpresa até mesmo para alguns estudiosos da meteorologia nordestina”.

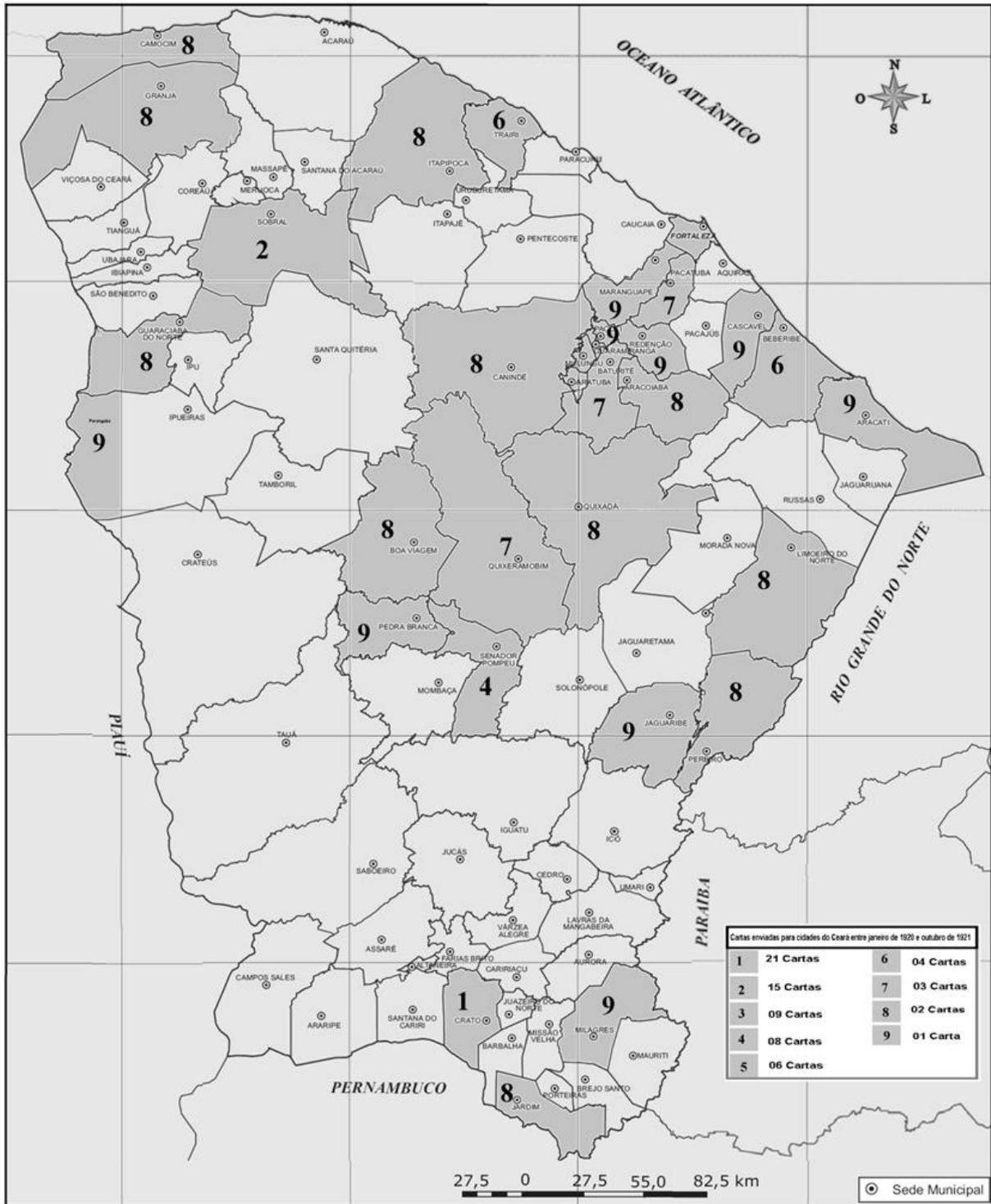


Figura 6: Mapa do Ceará em 1920 demonstrando a distribuição geográfica das cartas enviadas por Dom Joaquim ao estado entre janeiro de 1920 e outubro de 1921.
 Fonte: Dados organizados pela autora

As cartas escritas para as cidades da Arquidiocese, em sua maioria eram dirigidas aos párocos e aos vigários das paróquias do interior como um instrumento administrativo. Ou seja, eram relativas às decisões do Arcebispo referentes às

transferências de clérigos, às espórtulas de missas³⁴, à gestão do patrimônio das paróquias, bem como serviam para dar notícias das atividades da Arquidiocese e das calamidades resultantes da seca, como pode ser observado na carta³⁵ escrita ao pároco de Baturité, Monsenhor Manuel Candido:

Fortaleza, 3 de janeiro de 1920
R^{mo}. Sr. Mons. Manuel Candido

Baturité

Laudetur JC

Respondo à de VR^{ma}, de hontem datada. Fico sciente dos seus dizeres sobre o dinheiro que tenho para os necessitados dessa parochia, e sobre as esportulas de missas em dias santos suppressos. Pode VR^{ma} arrendar as 15 braças de terra da que falta, pela forma que julgar mais conveniente. [...] Convem mesmo que VR^{ma} venda qualquer rez dos patrimônios da Parochia, porque alem do trabalho que dão esses bens, são de fácil prejuízo. Não tenho ainda notícias do que esteja fazendo e do que espera o Sr. Arcebispo no Rio; teve uma conferencia com o Presidente, da qual não pode expressar muito; o Presidente pensa que tudo fica resolvido com os 200 mil contos de obras no Nordeste, sem comprehender a actual calamidade. Não havendo espírito, nada se comprehende, nada tem importância (Carta de 3 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim).

As cartas destinadas aos párocos e vigários paroquiais, embora frequentes, não configuravam diálogos epistolares duradouros, isto porque os assuntos tratados obedeciam à ordem de necessidade e urgência das demandas recebidas. Nestas cartas, Pe. Joaquim mantém o caráter executivo de sua função, ou seja, são correspondências em que ele comunica decisões da Arquidiocese, ou então, em que somente responde as questões recebidas. Assim, não há diálogo duradouro, pois as cartas relativas à administração, escritas somente quando necessárias, findam com a resolução de sua temática. Diferentemente das cartas escritas por Pe. Joaquim ao seu Arcebispo, nas quais há menor formalidade, uma vez que nelas ele discute as questões pautadas e emite juízo sobre possíveis decisões.

³⁴ Espórtulas são doações, geralmente em dinheiro, dos fiéis à Igreja Católica na realização de sacramentos (eucaristia, batismo, crisma, matrimônio) em favor do sustento dos sacerdotes. As regras para as espórtulas estão no Código de Direito Canônico, cânones 945 a 958, e em um decreto da Sagrada Congregação para o Clero de 1991.

³⁵ Optei por manter a formatação original de algumas cartas citadas com o propósito de demonstrar a distribuição do texto no papel, bem como as informações apresentadas nos elementos de saudação e datação da carta. Da mesma forma, por razões de fidedignidade optei por conservar a grafia original das cartas, com sua ortografia de época e suas idiossincrasias pessoais, sem utilizar [*sic*] por conta do excessivo número dessas ocorrências.

O intervalo de tempo entre a carta recebida e sua resposta dependia mais das distâncias e da existência do correio³⁶, ou de portadores, do que propriamente da vontade dos correspondentes. Por meio do comentário inicial da carta ao Monsenhor Manuel Candido, é possível perceber que o tempo percorrido entre a escrita da carta remetida e a resposta enviada era relativamente curto, considerando-se as condições de envio e a distância, que entre Baturité e Fortaleza era de pouco mais de noventa quilômetros. Entretanto, as cartas enviadas de Fortaleza para as cidades da Diocese do Crato, por exemplo, podiam demorar dias para chegar, visto que em muitas cartas, Pe. Joaquim menciona o fato de não haver correio para o Crato, sendo necessário esperar por um portador³⁷. Em uma de suas cartas ao Arcebispo de Fortaleza, que durante a primeira metade do ano de 1920 estava em viagem ao Rio de Janeiro, Pe. Joaquim menciona ter recebido cartas de Dom Quintino, Bispo do Crato, “[...] por portador, porque correio não há mais para o Crato faz mais de um mês”.³⁸

Mesmo os correios costumavam demorar muitos dias para entregar cartas em algumas regiões do Ceará, assim os telegramas eram frequentes e seguidamente mencionados nas cartas como uma alternativa à demora. Instrumento rápido e eficiente, o telegrama cumpria um importante papel para o bom funcionamento das questões administrativas que envolviam a troca de informações entre as dioceses do interior e a sede da arquidiocese. No entanto, eles não substituíam as cartas, as quais explicavam de forma detalhada as questões tratadas de forma resumida nos telegramas, contendo em alguns casos, transcrições completas, como por exemplo, na carta escrita por Pe. Joaquim ao Bispo do Crato para comunicar o recebimento de verbas do governo do estado:

E o governo entregou-me esses 15 contos, porque eu procurei recebê-los em vista de um telegrama de V. Ex^{cia}, datado de 12 de fevereiro passado, o qual diz assim: ‘Obsequio receber presidente estado 15 contos destinados

³⁶ De acordo com Gastaud (2009, p.35) “Por muito tempo a expressão correio significou pessoa enviada com o fim de transportar mensagem, despacho, encomenda ou correspondência e, possivelmente, aguardar a resposta. As grandes casas costumavam dispor de fâmulos para esse serviço. Impérios mantinham estradas e organizavam serviços de posta para obter uma comunicação eficiente e, eventualmente, serviços postais passaram a ser oferecidos, mediante pagamento, à população capaz fazer uso deles”. A autora destaca, ainda, que no Brasil, o modelo inglês de postagem, no qual é adotado o selo postal e o pagamento da postagem é feito pelo remetente, foi adotado apenas em 1842.

³⁷ Nas cartas de Dom Joaquim há referência a diversos portadores, os quais eram pessoas que prestavam o favor de levar pessoalmente as cartas de uma região para a outra. Em muitas cartas, essas pessoas eram leigos, ou seja, não faziam parte do clero.

³⁸ Carta de 18 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim.

casas caridade. Entregue Antônio Soares que o visitará sabbado. Sauds. Bispo' (Carta de 8 de março de 1920, Acervo Dom Joaquim).

A demora dos correios e as cartas enviadas pelo trem ou por portador eram assuntos frequentes em muitas das cartas de Pe. Joaquim, principalmente naquelas que anunciavam o envio de verbas para as paróquias e dioceses, as quais eram sempre enviadas por portador.

Como Vigário Geral, ele também mantinha uma vasta correspondência para fora do território da Arquidiocese, a qual pode ser analisada em dois grupos: o primeiro compreende as cartas destinadas a pessoas ou empresas com as quais a Arquidiocese mantinha um relacionamento comercial. De cunho funcional, essas cartas apresentavam poucas formalidades e um texto objetivo. Porém, a saudação com a expressão em latim e a assinatura completa não eram dispensadas, mesmo porque muitos dos comerciantes com os quais a Arquidiocese trabalhava também faziam parte do clero. Muitas dessas cartas referem-se à compra de vinho de missa e paramentos litúrgicos, como mostra a carta a seguir:

Fortaleza, 12 de janeiro de 1920
R^{mo} Sr. P^{re}. Playam

Rio

Laudetur J.C.

Mande-me dez (10) barris de vinho de missa, sendo 8 de 64 litros e 2 de 32 litros. Si tiver vinho do Rio Grande do Sul, quero dizer, vinho brasileiro; daquelle que já me mandou uma partida, diga o seu preço (Carta de 12 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim).

O segundo grupo de cartas destinadas para além das fronteiras da Arquidiocese de Fortaleza refere-se às cartas enviadas a bispos e padres de outras arquidioceses. Em sua maioria, essas cartas eram em resposta a pedidos de intenções de missas e de notícias da comunidade católica do Ceará. Da mesma forma, essas cartas serviam como um espaço de troca de informações sobre dispensas episcopais relativas a casamentos consanguíneos, bigamia, anulações matrimoniais e questionamentos sobre a conduta de padres e vocacionados.

No conjunto de cartas escritas nos últimos vinte e dois meses de Pe. Joaquim como Vigário Geral, destacam-se dois diálogos epistolares duradouros: o primeiro é composto por dezenove cartas escritas a Dom Quintino Rodrigues de Oliveira Silva, Bispo do Crato, e o segundo composto por vinte e sete cartas escritas a Dom Manuel da Silva Gomes, Arcebispo de Fortaleza. Analisados em ordem cronológica, os dois conjuntos de cartas, ainda que compostos apenas por cartas remetidas por

Pe. Joaquim, permitem perceber certas continuidades e rupturas em sua escrita epistolar, bem como possibilitam caracterizar o tempo de circulação das cartas, isto é, as nuances do pacto epistolar.

Durante sua formação propedêutica para o presbiterado, Pe. Joaquim teve como formador o Pe. Quintino Rodrigues de Oliveira Silva, que viria a se tornar Bispo do Crato, com a criação desta diocese em 1915. Nas cartas escritas por Pe. Joaquim a Dom Quintino é possível vislumbrar vestígios dessa relação de confiança existente entre um seminarista e seu formador. As cartas de Pe. Joaquim a Dom Quintino, embora cumpram com o objetivo inicial de informar as questões da Arquidiocese e de transmitir as decisões do Arcebispo acerca da distribuição de verbas e da gestão dos patrimônios das dioceses sufragâneas, apresentam comentários pessoais sobre política, estética, religião, dentre outros assuntos. De acordo com Cunha (2002, s/d), “A carta como uma prática de escrita, fala tanto de quem a escreve como revela sempre algo sobre quem a recebe, anunciando a intensidade do relacionamento entre os envolvidos”. Assim, nas cartas enviadas por Pe. Joaquim a Dom Quintino é possível vislumbrar não apenas fragmentos da relação estabelecida entre eles, como também indícios da escrita epistolar de Dom Quintino.

A narrativa da tragédia resultante da seca, e as críticas aos seus pares e aos políticos ocupam as últimas linhas das cartas, as quais parecem reservadas para dar continuação aos assuntos tratados nas cartas anteriores; assuntos que são retomados e discutidos carta a carta de forma incisiva e comprometida. Há entre os correspondentes, certa liberdade para extrapolar os limites da narrativa simples e objetiva dos acontecimentos políticos e sociais, para então expor suas ideias e emitir juízos com maior despreendimento. Em uma das cartas destinadas a Dom Quintino para fazer uma prestação de contas das verbas para a Diocese do Crato, Pe. Joaquim conclui dizendo:

Padre, em política, está reduzido a um mahometano qualquer. Em política está realmente operada a separação da Igreja do Estado até para o próprio clero. Aqui se pensa que no caso não há questão de religião: há, sim, exploração de parte a parte. Um ou outro age pensando em religião. O Mons. Liberato, pensa, e eu dou credito a sua sinceridade, porque elle não vê que é levado pelo partidarismo inconsciente, que seria para a Igreja cearense grande mal si fosse prejudicado o seu candidato: os maçons, diz elle, investiriam contra a religião... Isso ahí é um mal inevitável: se não for com Belisario, será com Serpa. Ainda recebi alguns dinheiros, mas tenho deixado de mandar para o Crato, porque em geral, ao que me consta, a região vai melhorando de condições economicas. Aqui se acha uma

chusma de comissões de todos os nomes dando vazão aos 200 mil contos votados para as obras do nordeste. Talvez as acabem em estudos, fiscalizações e em qualquer coisa mais (Carta de 25 de abril de 1920, Acervo Dom Joaquim).

Nas cartas de Pe. Joaquim - em resposta às de Dom Quintino - é possível perceber que este diálogo epistolar também configurava um espaço de pedidos e de envio de encomendas, as quais nem sempre estavam relacionadas às necessidades da Diocese do Crato. Em uma de suas cartas, Pe. Joaquim menciona ter feito o que lhe pediu Dom Quintino, ou seja, tomar informações acerca da mensalidade em uma escola militar na região. As mensalidades e os outros encargos para manter o aluno na escola estão presentes nas cartas seguintes, sempre como um adendo ao texto epistolar principal. Os favores trocados entre os correspondentes revelam características pessoais de cada um deles, bem como evidenciam aspectos da relação estabelecida entre eles por meio da escrita de cartas.

Em carta escrita a Dom Quintino em junho de 1920, Pe. Joaquim comenta as dificuldades em atender a um de seus pedidos e justifica-se dizendo: “[...] Agora é que Pe. Pedro começa a receber a theologia moral de Ferreres. As cousas da Hespanha custam extraordinariamente. Vou tratar com elle sobre os pedidos de V. Ex^{cia}.”³⁹ Publicado pela primeira vez em Barcelona no ano de 1920, o Compendio de Teologia Moral de Ioanne B.S.J. Ferreres⁴⁰ era um pedido de difícil encomenda, no entanto a busca de Dom Quintino por conhecer as últimas publicações acerca de sua área de interesse revela algo sobre seus hábitos de leitura, bem como demonstra que havia espaço na relação estabelecida entre ele e Pe. Joaquim para favores de cunho pessoal. As trocas epistolares entre eles foram frequentes durante a primeira metade do ano de 1920, em média uma carta a cada vinte dias, o que, nas condições de envio dificultadas pela distancia entre o Crato e Fortaleza e a ausência de correio para o Crato, durante parte desse período, significava uma frequência regular. Na segunda metade do ano de 1920, não há cartas para Dom Quintino, o silêncio epistolar se mantém até que, em 31 de janeiro de 1921⁴¹ Pe. Joaquim escreve: “[...] suponho ter duas cartas de V.Ex^{cia}. a responder, mas só encontro uma de 12 de, digo, de 16 de dezembro. Fiquei atrasado na minha

³⁹ Carta de 13 de junho de 1920, Acervo Dom Joaquim.

⁴⁰ Ferreres, Ioanne B.S.J. Compendio de Teologia Moral. Tomo 1. – Eugenio Subirana, Editor y Librero Pontificio, Barcelona, 1^o Ed. española 1920. – 765p.

⁴¹ Há um intervalo de cinquenta e cinco dias sem cartas copiadas por Pe. Joaquim entre o final de 1920 e o começo de 1921. A primeira carta escrita após este intervalo é destinada a Dom Quintino em 31 de janeiro de 1921.

correspondência, por causa de uma saída que fiz do retiro e negócios diversos dos colegas de fora".⁴² No entanto, este período em que não há trocas epistolares entre os correspondentes não configura um rompimento do pacto epistolar, pois, tanto Pe. Joaquim como Dom Quintino expressam desculpas pela demora de sua escrita, e assim explicam um ao outro seus motivos. A carta supracitada exemplifica esta relação, nela Pe. Joaquim diz ter conhecimento do recebimento de duas missivas, demonstra interesse e desprendimento ao mencionar que uma delas não encontra, e ainda, se desculpa por não as ter respondido. Ao longo do ano de 1921, são escritas dez cartas a Dom Quintino, todas com data anterior a 20 de outubro, dia em que Pe. Joaquim deixou Fortaleza para assumir a Diocese de Pelotas.⁴³ As cartas desse período são marcadas pela notícia da nomeação e dos preparativos para a sagração e para a posse do novo Bispo. As questões da Arquidiocese de Fortaleza continuam presentes, mas ocupam um segundo plano no texto epistolar, que evidencia Dom Quintino como um conselheiro para as questões da diocese distante.

A relação profissional estabelecida entre Pe. Joaquim e Dom Quintino, por si só, justificaria o ritmo de sua correspondência, no entanto, cabe destacar que durante o mesmo período Pe. Joaquim manteve uma vasta correspondência com outro bispo da mesma Arquidiocese, Dom José Tupynambá. Todavia, as cartas escritas a Dom José não caracterizam, propriamente, um diálogo epistolar, pois são semelhantes às escritas aos párocos e vigários paroquiais, não extrapolando as necessidades de sua função executiva. Quanto aos aspectos formais, por exemplo, elas não diferem das escritas a Dom Quintino, entretanto, nelas Pe. Joaquim se restringe a questões da Arquidiocese, como a compra e envio de paramentos litúrgicos, dentre outras demandas de ordem administrativa. Há, ainda, cartas com relatos da seca, mas descritos de forma objetiva, sem a emissão de opinião.

Outro diálogo epistolar relevante é constituído pelo conjunto de cartas escritas a Dom Manuel da Silva Gomes, Arcebispo de Fortaleza, durante os dois últimos anos em que Pe. Joaquim atuou como Vigário geral. Este diálogo epistolar pode ser analisado em dois momentos: o primeiro deles compreende os meses de janeiro e fevereiro de 1920, período em que o Arcebispo empreendeu uma viagem ao Rio de Janeiro e a outros estados brasileiros com o propósito de angariar fundos para

⁴² Carta de 31 de janeiro de 1921, acervo Dom Joaquim.

⁴³ As cartas a Dom Quintino continuam ao longo de 1922, no entanto, apresentam-se em menor número e com maior formalidade.

socorrer os flagelados da seca de 1919; o segundo momento compreende os últimos seis meses de 1921, período em que o Arcebispo viajava em missão pastoral ao interior do Ceará.

A correspondência entre Pe. Joaquim e Dom Manuel, embora frequente, possui períodos bem definidos, uma vez que durante a maior parte do tempo os dois correspondentes estavam próximos um do outro. As cartas só eram necessárias quando o Arcebispo precisava deixar a Cúria, logo, nessas ocasiões, a responsabilidade sobre as questões administrativas eram deixadas a cargo do Vigário Geral. De primeiro de janeiro até vinte oito de fevereiro de 1920, Pe. Joaquim escreveu oito cartas ao Dom Manuel, todas destinadas para a cidade do Rio de Janeiro.

Longas e detalhadas, as cartas que compõem este diálogo epistolar se assemelham a relatórios, nos quais Pe. Joaquim descreve o cotidiano da Arquidiocese, bem como relata de forma crítica e opinativa os acontecimentos relacionados à seca e à política. Com cerca de uma carta por semana, ele respondia aos telegramas e às cartas do Arcebispo, que pareciam ser frequentes, uma vez que em muitas de suas cartas menciona ter recebido telegramas e cartas com orientações sobre o envio e a distribuição de verbas para as dioceses do Crato, de Sobral, e para o “Dispensário”. Que, de acordo com as referências no conjunto epistolar, consistia em um centro de apoio e distribuição de donativos aos retirantes da seca que lotavam as ruas de Fortaleza com a esperança de embarcar para o Sul do país. Por meio dos telegramas, Pe. Joaquim obtinha as informações necessárias para a distribuição dos donativos recebidos, bem como recebia notícias acerca do envio de novos donativos. Em uma de suas cartas ao Arcebispo, ele descreve essa movimentação que envolve o envio verbas e o uso de telegramas para acelerar o processo de comunicação.

Tendo recebido um telegrama avisando e distribuindo trinta contos do Gov. Federal e tendo encontrado no London Bank igual quantia, distribui-a de acordo com o telegrama recebido, isto é, 14 contos para a Arquidiocese, 8 para o Crato e 8 para Sobral. Por outro telegrama avisando e distribuindo trinta contos do Gov. Paulista é que vi que os trinta contos recebidos por mim seriam os de S. Paulo. Espero, pois, a quantia enviada pelo Gov. Federal para fazer a distribuição conforme o telegrama de 13 deste de V. Ex^{cia} (Carta de 18 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim).

Os relatos da seca estão presentes em todas as cartas deste período, como um olhar de Pe. Joaquim sobre a calamidade vivida, mas também demonstram certo

grau de intimidade entre os correspondentes, uma vez que sentimentos, como revolta e indignação acompanham as narrativas que para a maioria dos outros correspondentes de Pe. Joaquim são descritivas e impessoais. No entanto, para Dom Manuel, assim como para Dom Quintino, as narrativas da seca assumiam um caráter pessoal e sentido dos acontecimentos. Em carta de 18 de janeiro de 1920, Pe. Joaquim conclui dizendo:

O governo do Estado não dá o menor auxílio ao Dispensário; gasta, entretanto, grandes somas em propaganda política, ao passo que o socorro dos 26 mil pobres que vagueiam pelas ruas está reduzido a 300 mil réis por semana. Acusa o 'Diário do Estado' o governo de estar despendendo um conto de réis por dia com telegramas, tendo dado telegr., digo, franquias telegraphica a uma chusma de politiqueiros e chefetes. O Dr. Andrade Furtado disse-me que isto é verdade. Sinto uma revolta completa ao crer que é assim mesmo, porque não tem direito de politizar tão caro um estado que não tem cumprido os seus compromissos para com o povo, o de assistir-lhe, quero dizer, assistil-o em calamidade pública grave como a atual (Carta de 18 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim).

As questões da seca suscitavam, ainda, comentários sobre a negligência por parte do governo do estado e o uso da imagem da Igreja para isso, como expressa Pe. Joaquim em uma de suas cartas, na qual menciona que, após a visita de Dom Manuel ao Dr. Serpa⁴⁴, foram enviados vários telegramas aos vigários fazendo propaganda de uma possível associação entre o Arcebispo e o candidato democrata. Na mesma carta, com o propósito de alertar ao Arcebispo que as autoridades locais estavam se aproveitando deste encontro para politizar em seu nome, comenta que “[...] o deputado Moreira da Rocha deu agora para telegraphar aos vigários que V.Ex^{cia} é amigo do Serpa, que com ele conferenciou sobre as necessidades do Ceará, e não sei que mais expedientes”.⁴⁵ Nesta, como em outras cartas, Pe. Joaquim expressa desconforto e até mesmo revolta frente ao que ele chama de “politicar”, ou seja, uma exploração das calamidades da população não assistida pelo estado. Assim, ele frisa que o dinheiro que poderia ser utilizado para solucionar os problemas da população é desperdiçado com propaganda política, pois, não se trata de uma crítica ao investimento em comunicação do estado, mas sim, sua finalidade pessoal e partidária.

Durante um período de dezesseis meses, não há cartas de Pe. Joaquim ao Arcebispo de Fortaleza. Nas cartas a outros correspondentes, no mesmo período,

⁴⁴ Justiniano Serpa, no período era candidato ao governo do estado do Ceará. Eleito, tomou parte das comemorações da Sagração Episcopal de Dom Joaquim em 18 de setembro de 1921. (MENDES, 2006, p.65)

⁴⁵ Carta de 14 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim

Pe. Joaquim menciona a presença do Arcebispo na Cúria, bem como transmite suas decisões e projetos. Apenas na segunda metade de 1921, é que são registradas novas cartas ao Arcebispo de Fortaleza, as quais assumem características parcialmente diferenciadas das anteriores, mesmo porque sua função e regularidade também diferem das demais.

Um total de dezenove cartas escritas entre vinte e sete de junho de 1921 e cinco de setembro do mesmo ano compõem um longo diálogo que aborda dentre outros temas, uma narrativa minuciosa das questões da Arquidiocese relacionadas ao clero, isto é, a formação e atuação do clero nas diferentes regiões do Ceará. Assim como as cartas anteriores, estas também se assemelham a relatórios, nos quais Pe. Joaquim presta contas das suas atividades como Vigário Geral durante o período de ausência do Arcebispo. Escritas e enviadas com muita frequência, por vezes mais de uma no mesmo dia, essas cartas eram destinadas às diferentes cidades por onde Dom Manuel passava. As cartas, que eram enviadas por portador ou pelo correio, as cartas demarcavam os caminhos do Arcebispo, bem como expunham o tempo de circulação das correspondências nos mais distantes recantos do Ceará. Enviar as cartas escritas ao destino certo em tempo hábil, nem sempre era uma tarefa fácil, pois por vezes as cartas chegavam antes do correspondente ou não chegavam a tempo de encontrá-lo na localidade prevista, como explica Pe. Joaquim em uma de suas cartas a Dom Manuel: “Não era possível enviar a correspondência para Maria Pereira, porque o correio para aquela villa não encontraria allí a VEx^{cia}. Terá encontrado em Pedra Branca a correspondencia esperada. Hoje ainda envio para aí a que houver.”⁴⁶ Situação semelhante pode ser observada na carta de sete de agosto, na qual Pe. Joaquim justifica a ausência de cartas dizendo: “Tenho deixado de escrever a V.Ex^{cia} porque só pelo trem de dez, digo, só no dia dez, de volta da Telha poderá V.Ex^{cia} receber as minhas cartas”.⁴⁷ Havia, contudo, um conhecimento das vias e tempos de envio, de maneira que as cartas chegavam ao seu destino em tempo hábil, como é possível perceber nas referências feitas por Pe. Joaquim às cartas recebidas.

Além de informar o Arcebispo das questões da Arquidiocese, as cartas tinham a função de levar consigo a correspondência que chegava à Cúria destinada Dom Manuel, bem como os jornais e informativos que eram recebidos regularmente.

⁴⁶ Carta de 20 de julho de 1921, Acervo Dom Joaquim.

⁴⁷ Carta de 7 de agosto de 1921, Acervo Dom Joaquim.

Estava entre as responsabilidades do Vigário Geral organizar as questões burocráticas e administrativas da Arquidiocese na ausência do Arcebispo, assim, as correspondências de cunho oficial, por vezes eram lidas e respondidas por Pe. Joaquim, que logo em seguida informava ao Arcebispo o seu procedimento, como pode ser observado em muitas de suas cartas. No entanto o limite de privacidade para correspondência de alguém que vive entre uma vida pública e uma vida privada nem sempre é evidente, por vezes alguns enganos aconteciam, tal como o que foi narrado por Pe. Joaquim em um de suas cartas:

Com esta receberá V.Ex^{cia} uma carta que abri por engano, ou por pensar que seria da Diretoria de Estatística. Logo que vi pelo tratamento com que começa que não era daquela repartição deixei de lê-la. Penso que será das meninas do Dr. Arão. [...] Dei ordem ao Sr. Sebastião para ir mandando a correspondencia sem tiral-a do correio, excepto os jornaes; os da Bahia irei mandando, porque devem interessar mais a V. Ex^{cia}. Os demais vou guardando (Carta de 2 de julho de 1921, Acervo Dom Joaquim).

As cartas enviadas a Dom Manuel – frequentes e extensas, por vezes contendo cerca de oito páginas – eram um misto de trabalho e conversa. Nelas, Pe. Joaquim demonstrava sua preocupação com a nova vida que lhe aguardava em Pelotas, bem como mencionava os preparativos para a sagração que viria a ocorrer em 18 de setembro daquele ano. Assim como nas cartas escritas a Dom Quintino, ele expunha as dificuldades em aceitar os novos desafios impostos pelo episcopado e descrevia suas primeiras impressões acerca da Diocese de Pelotas, as quais obtinha por meio das cartas que recebia dos administradores da diocese e de Dom Francisco de Campos Barreto, primeiro Bispo de Pelotas.

Após a sua posse e nos anos que seguiram à sua mudança para Pelotas, Dom Joaquim manteve o vínculo com alguns de seus correspondentes, entre eles, Dom Manuel e Dom Quintino. No entanto, esta correspondência passou a fazer parte de um novo contexto de escrita, no qual as condições de enunciação do correspondente foram transformadas, seja pela incorporação de novos correspondentes, ou pelas novas responsabilidades resultantes do episcopado.

2.2. AS CARTAS DO BISPO

Aos quinze dias do mês de março de 1921, Monsenhor Joaquim Ferreira de Mello, Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza, foi nomeado Bispo para a Diocese de Pelotas pelo Papa Bento XV. A nomeação marcou um novo momento na

escrita epistolar de Joaquim que estabeleceu um diferente fluxo em suas correspondências, as quais tinham como objetivo reunir informações sobre sua nova condição. Ainda assim, ele manteve suas atividades como Vigário Geral até as vésperas de sua mudança para Pelotas, que veio a acontecer em outubro do mesmo ano. Durante este período, compreendido entre a nomeação e a sagração episcopal de Joaquim na Catedral de Fortaleza, passaram-se seis meses, os quais configuram um período de intersecção em sua escrita.

As cartas decorrentes de suas atividades como Vigário Geral continuaram sem grandes transformações. Em algumas delas, o assunto da nomeação era mencionado de forma discreta ou apenas como um agradecimento às felicitações recebidas. Nas cartas aos seus correspondentes mais frequentes, Dom Manuel e Dom Quintino, o assunto da nomeação e da nova diocese aparecia como adendo ao texto principal, mas com certa frequência. Embora ciente de sua nova condição, Joaquim continuou a assinar as cartas que escrevia no exercício de suas atividades na Arquidiocese de Fortaleza como “Mons. J. F. de Mello”, enquanto que nas cartas enviadas aos seus novos correspondentes a assinatura trazia a seguinte inscrição “Mons. J. F. de Mello, B. E. de Pelotas”, ou seja, Monsenhor Joaquim Ferreira de Mello, Bispo Eleito de Pelotas.

Uma vez nomeado, ele precisava cumprir os prazos e as determinações da Santa Sé representada pela figura do Núncio Apostólico no Brasil, bem como tinha que se informar acerca das condições em que se encontrava a Diocese de Pelotas, assim, passou a escrever ao seu antecessor Dom Francisco de Campos Barreto e ao clero de Pelotas. A primeira carta remetida à cidade de Pelotas é destinada ao administrador da Diocese de Pelotas, Cônego Costabile Hipolito, nela Joaquim responde a uma carta que teria recebido cerca de um mês antes, na qual o Cônego havia exposto as dificuldades pelas quais passava a diocese e pedia informações sobre a sua vida sacerdotal para que fosse possível divulgar algo sobre a sua nomeação na imprensa pelotense. A carta em questão é um exemplo das transformações evidentes na escrita epistolar de Joaquim, que assume um texto formal e repleto de termos de cunho religioso, os quais não eram frequentes em suas cartas como Vigário Geral. Na mesma carta, ele agradece a preocupação e o trabalho despendido pelo Cônego ao lhe informar acerca das questões primordiais daquela diocese, e conclui dizendo:

Depois do grande sacrifício a que tive de submeter-me, o de aceitar a cruz do episcopado, o maior de minha vida (Deus o sabe) nenhuma outra idéia trabalha mais o meu espírito do que a de que devo ser útil ao rebanho que Deus me manda pastorear; só um lucro ambicioso d'ora avante na minha vida – Jesus Cristo, para mim e para a Diocese de Pelotas (Carta de 7 de abril de 1921, Acervo Dom Joaquim).

As cartas ao Cônego Costabile e a outros padres e religiosos de Pelotas representam uma transição na escrita de Joaquim, que passa a conviver com a sua condição de Bispo Eleito e com as demandas da diocese em seu momento de *Sedis Vacantis*, ou seja, mesmo antes de tomar posse como Bispo ele precisou responder por meio de cartas às questões diocesanas. Uma vez que, na ausência do Bispo, poucas decisões podem ser tomadas pelos padres administradores. No mesmo período, Joaquim se dedicou à escrita de uma Carta Pastoral, assinada na data de sua sagração episcopal, e enviada à Diocese de Pelotas como uma saudação, mas também, como uma primeira palavra oficial aos seus diocesanos, na qual mencionou a “[...] nova missão recebida, sobre a necessidade de se anunciar Jesus Cristo, levando o evangelho a todos os povos pela palavra e pelo exemplo”. (MENDES, 2006, p.69)

Nos poucos meses que Joaquim teve para organizar a sua partida para Pelotas, as cartas assumiram diversas funções e circularam tanto como documentos oficiais de um pastor para o seu rebanho, como desabaços de um homem que esperaria doze anos para voltar a ver os seus. A distância, que no universo epistolar da Arquidiocese de Fortaleza já representava um obstáculo para a comunicação, passou a representar, ao mesmo tempo, um motivo e uma dificuldade para as cartas de Joaquim.

No dia 20 de outubro de 1921, o Bispo Eleito de Pelotas embarcou no Vapor Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul, onde tomaria posse como Bispo da Diocese de Pelotas.⁴⁸ Não há registro de cartas escritas durante a viagem, a primeira carta escrita após o embarque, data de 22 de novembro do mesmo ano e é destinada ao Núncio Apostólico do Brasil, onde Dom Joaquim comunica a sua posse ocorrida em 14 de novembro. A carta ao Núncio é a primeira carta escrita por Dom Joaquim como Bispo de Pelotas e, talvez, por esta razão, seja a primeira a receber a numeração de controle que viria a caracterizar a organização dos seus copiadores

⁴⁸ Conforme Mendes (2006, p.65 - 67), Dom Joaquim Ferreira de Mello partiu para Pelotas no dia 20 de outubro de 1921 e chegou ao Porto de Rio Grande no dia 13 de novembro de 1921.

de cartas. A partir desta carta, a assinatura “+ Joaquim, Bispo de Pelotas” viria a ser usada regularmente em toda a sua correspondência.

Nos primeiros quarenta e cinco dias em Pelotas, os últimos de 1921, Dom Joaquim escreveu cinquenta e oito cartas, em sua maioria, destinadas a organizar o trabalho na diocese e a tomar conhecimento das coisas e das pessoas com as quais viria a trabalhar, bem como a responder às cartas de felicitações que recebeu por ocasião de sua posse. O grande fluxo de correspondências continuou ao longo do ano de 1922, o primeiro de seu bispado, e consolidou novas práticas em sua escrita epistolar. O copiador de cartas, que compreende as cartas escritas neste período, apresenta a evidência de uma nova preocupação por parte do escrevente, a preocupação com a forma e com o sigilo de sua correspondência. Estes são os primeiros a receber anotações marginais assinalando o envio ou a não expedição das cartas. Por meio dessas anotações, é possível perceber que para cada carta escrita ao Núncio Apostólico, há ao menos, uma carta rascunho, ou seja, escrita e não enviada. A responsabilidade imposta pela dignidade episcopal exigia de Dom Joaquim o conhecimento acerca da maneira correta de se reportar aos diferentes correspondentes, fossem eles clérigos ou não. Assim, como nem sempre era possível escrever a carta adequada na primeira tentativa, seu copiador de cartas ficou repleto de missivas não enviadas ou reescritas.

No dia 24 de novembro de 1921, Dom Joaquim escreveu duas cartas a Dom Francisco de Campos Barreto, mas apenas uma delas foi enviada. Embora as trocas epistolares entre eles fossem frequentes desde junho do mesmo ano, a relação estabelecida entre eles não ultrapassava os limites demarcados pela necessidade de trocar informações sobre a Diocese de Pelotas. As cartas, neste contexto, foram utilizadas como um instrumento de transição do governo da diocese, uma vez que antes mesmo da sagração e da posse de Dom Joaquim, Dom Francisco já havia deixado a Diocese de Pelotas e assumido a Diocese de Campinas. A carta reescrita é um indício de que havia entre eles certa formalidade e preocupação com a forma do escrito. Ainda que as duas cartas contivessem o mesmo assunto, a carta que não foi enviada demonstrava um Dom Joaquim confuso diante das demandas da diocese. A aludida carta continha as seguintes palavras iniciais:

Tenho presentes as preciosas cartas de V.Ex^{cia}, datadas de 14 de outubro e 11 de novembro corrente. Antes de tudo devo agradecer à V.Ex^{cia} o favor de me esclarecer tão sollicitamente sobre as cousas desta diocese e sobre as pessoas que interessam ao meu governo. Tenho lido e relido a primeira das

alludidas cartas de V. Ex^{cia}. Com esta carta, no mesmo envoltório, encontrei a cópia de uma exposição feita por alguns cathólicos de Pelotas ao Sr. Arcebispo sobre a acção do governador do Bispado. Por ora só me é possível ver e ouvir, o que faço com muita vontade para poder adquirir conhecimentos necessários ao meu governo (Carta de 24 de novembro de 1921, Acervo Dom Joaquim).

Ao decidir não enviar a carta, Dom Joaquim a reescreve utilizando trechos da primeira versão. A nova carta substitui a imagem de um Bispo inexperiente por outra, onde ele demonstra gratidão pela ajuda recebida, e segurança no trabalho que pretende desenvolver. Embora sutil, a mudança no texto evidencia o espaço ocupado pela escrita epistolar na imagem que ele constrói de si mesmo e que pretende transmitir para outro. Assim, a carta enviada a Dom Francisco ganha novos contornos e inicia da seguinte forma:

Antes de tudo agradecer a V.Ex^{cia} o favor de esclarecer-me tão solícitamente sobre as cousas e pessoas que interessam ao meu governo nesta Diocese. V.Ex^{cia} presta-me, na realidade um serviço inestimável. Tenho presentes as duas estimadas cartas de V. Ex^{cia}, de 14 de outubro e 11 de novembro corrente. Não me é possível agora referir-me a cada um dos itens das mesmas, pela razão obvia de que ainda não estou familiarizado com os negócios de que tratam; guardo-as, porém, com o maior cuidado, para a minha direcção (Carta de 24 de novembro de 1921, Acervo Dom Joaquim).

Além de indicar as cartas não enviadas e evidenciar as cartas reescritas, as marcações e anotações feitas nas margens do livro copiador de cartas demonstram uma preocupação de Dom Joaquim em registrar as particularidades de cada comércio epistolar que empreendia. Da mesma forma, o próprio texto epistolar apresenta dados que contribuem para a leitura dos processos de produção e circulação das cartas em diferentes tempos e lugares. Nas cartas de Dom Joaquim, destinadas ao Núncio Apostólico, além do cuidado com a forma e com o conteúdo do texto epistolar, observável nas cartas reescritas, há também uma preocupação com o sigilo das cartas. Em uma delas, Dom Joaquim adverte ao Núncio:

Sobre a exposição que faço do estado da Diocese, peço a V.Ex^{cia} a tenha como cousa reservada, porque posso ter-me enganado na apreciação das cousas, e um juízo inverídico causará naturalmente desgostos em quem delle tenha sido victima, e o povo aqui facilmente se melindra (Carta sem data, Acervo Dom Joaquim).

A mesma situação pode ser observada nas cartas escritas por Dom Joaquim ao Arcebispo de Fortaleza, nas quais as decepções e frustrações resultantes dos primeiros meses de governo são exaustivamente narradas. Em uma dessas cartas,

Dom Joaquim conclui dizendo: “Peço encarecidamente a V.Ex^{cia} guarde em seu bom coração tudo isto que tenho dito e não deixe voltar aqui, porque eu não devo levar a público muito do que disse, outras cousas podem desanimar o povo e outras me humilham.”⁴⁹ As medidas de segurança relativas ao sigilo das cartas estavam também no processo de cópia, uma vez que, nas cartas consideradas sigilosas, Dom Joaquim escrevia logo acima da saudação a palavra “Reservada”, indicando a natureza da carta. A questão do sigilo suscita, ainda, outro questionamento referente à cópia e ao arquivamento das cartas: Afinal, por que as cartas consideradas sigilosas eram copiadas e arquivadas? Ainda que só em hipótese, este é um indício de que o copiadador de cartas era um documento pessoal do escrevente e que copiar as cartas escritas era, antes de tudo, um gesto de confiança. De outro modo, o gesto de copiar as cartas era uma garantia de tê-las escrito, ou seja, em caso de extravio da carta original, o envio da cópia daria legitimidade à carta perdida.⁵⁰

O texto epistolar reúne, ainda, indícios sobre a circulação das cartas, isto é, os lugares para onde foram enviadas, o tempo e as dificuldades de envio, revelando os caminhos percorridos por elas, os quais são parte integrante do fenômeno da correspondência e estão diretamente relacionados às rupturas e continuidades do texto epistolar. As novas condições de enunciação resultantes da mudança para Pelotas e das responsabilidades do episcopado configuraram, para Dom Joaquim, novas condições de circulação para as suas cartas, as quais podem ser analisadas em três eixos de circulação durante o primeiro ano de seu bispado, a saber: cartas destinadas ao clero e às Ordens Religiosas no Rio Grande do Sul, cartas destinadas ao clero e às Ordens Religiosas em outros estados brasileiros e no exterior, e cartas destinadas aos amigos deixados no Ceará.

O primeiro eixo de circulação das cartas de Dom Joaquim – como Bispo de Pelotas – reúne cerca de 180 cartas destinadas às mais diversas regiões do Rio Grande do Sul, mas principalmente às cidades e localidades que faziam parte da Diocese de Pelotas em 1922. Dentro da diocese, as cartas tinham uma função institucional, ou seja, eram destinadas a transmitir orientações e a resolver questões de ordem jurídica e doutrinal apresentadas por párocos, vigários paroquiais e

⁴⁹ Carta de 29 de janeiro de 1922, Acervo Dom Joaquim.

⁵⁰ Em muitas de suas cartas Dom Joaquim menciona a necessidade de enviar a cópia de alguma carta perdida, como por exemplo, na carta escrita ao Arcebispo de Porto Alegre: “Pensando que não tenham chegado às mãos de V.Ex^{cia}. as minhas cartas de 15 e 18 de janeiro, envio com a presente as cópias dessas cartas”.(Carta de 18 de fevereiro de 1922, Acervo Dom Joaquim)

religiosos que mantinham obras e instituições na diocese. Assim como as cartas trocadas entre Dom Joaquim e o clero do Ceará, quando ele ainda atuava como Vigário Geral, a correspondência estabelecida entre ele o clero diocesano também era limitada pela necessidade e pelas demandas das paróquias e congregações. Isto é, não havia continuidade dos assuntos tratados para além da resolução dos problemas. A frequência dessas cartas não pode ser mensurada, uma vez que dependia menos da vontade dos correspondentes, do que das necessidades e urgências enfrentadas por eles. Ainda assim, cabe destacar a distribuição e a frequência com que cada região do Rio Grande do Sul aparece como destino nas cartas de Dom Joaquim, revelando a abrangência de sua rede de correspondentes, como pode ser observado na figura 7.

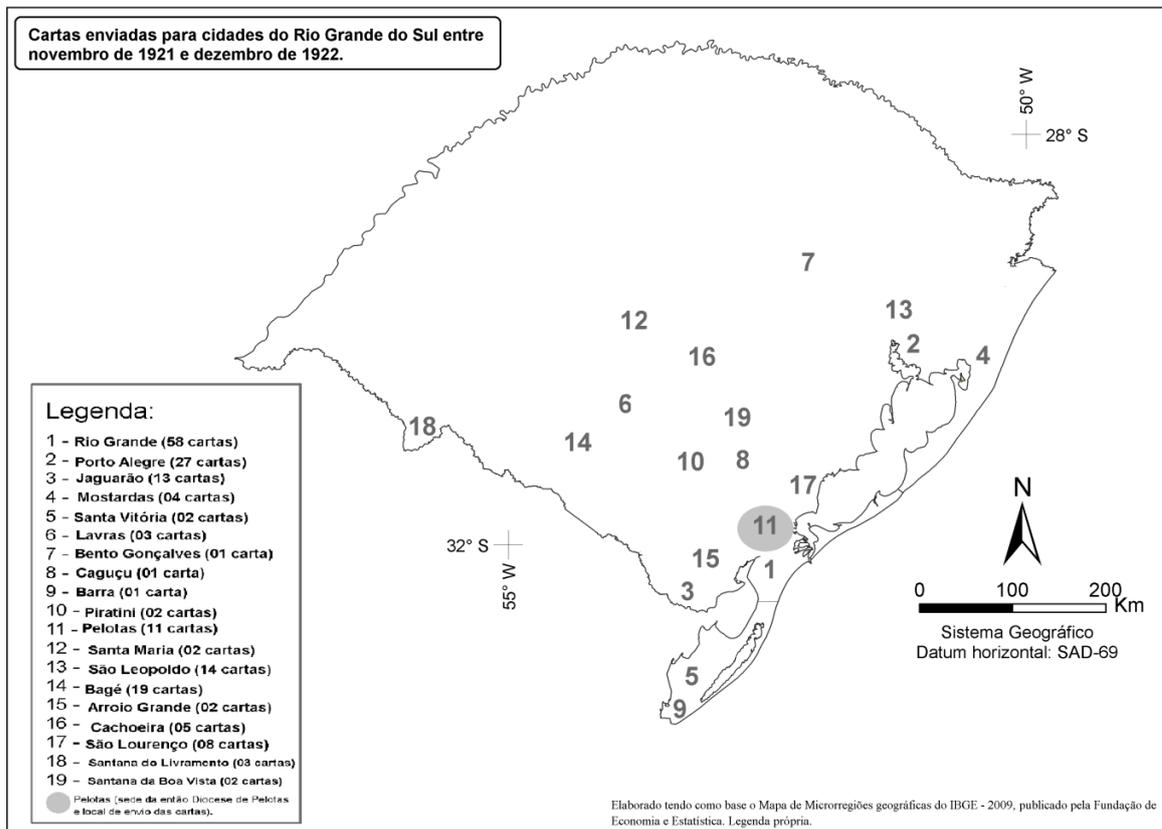


Figura 7: Mapa do Rio Grande do Sul demonstrando a distribuição geografia das cartas enviadas por Dom Joaquim ao estado entre novembro de 1921 e dezembro de 1922.

Fonte: Dados organizados pela autora

No conjunto de cartas escritas ao clero e as Ordens Religiosas que atuavam no estado, cabe destacar alguns intercâmbios epistolares⁵¹ que ilustram as diferentes relações estabelecidas e mantidas por meio da escrita epistolar no ambiente clerical. Um dos intercâmbios epistolares mais duradouros neste conjunto de cartas é estabelecido entre Dom Joaquim e Dom João Becker, Arcebispo de Porto Alegre. Repletas de formalidades e com um texto objetivo, as cartas escritas ao Arcebispo de Porto Alegre são relativas à administração da diocese e à colaboração da arquidiocese para suprir algumas demandas, como por exemplo, as obras da Matriz de São Pedro em Rio Grande. Dom Joaquim escreve ao Arcebispo, como a quem conhece a realidade da diocese e por isso, é direto ao expor os problemas com o clero e ao solicitar intenções de missas em benefício dos padres e dos seminaristas pobres. Num total de quinze cartas enviadas ao Arcebispo, Dom Joaquim presa por poucas intimidades, o que pode ser observado na comparação entre as cartas escritas e não enviadas e as cartas enviadas. Pois, se na primeira ele inicia falando de si e de seus sentimentos quanto à missão recebida, na segunda e definitiva ele inicia diretamente no assunto motivador da missiva, faz referência às cartas já enviadas, e poucas vezes deixa, ao menos em um primeiro momento, transparecer dúvidas quanto à sua função. Embora numerosas, as cartas escritas ao Arcebispo não apresentam indícios de um diálogo epistolar, pois assim como as cartas escritas aos párocos e vigários paroquiais, elas são resultado da necessidade de comunicação resultante da função que cada um dos correspondentes desenvolve na estrutura institucional da Igreja Católica.

Outro intercâmbio epistolar relevante é estabelecido entre Dom Joaquim e a Priora do Convento Carmelita São José em Rio Grande. O Carmelo, diferentemente das demais ordens e congregações religiosas presentes na diocese, é autônomo, ou seja, embora haja orientações gerais a serem seguidas, cada casa constitui suas regras e de tempos em tempos elege sua Priora que, para o Carmelo, é a maior autoridade religiosa, com exceção do Bispo Diocesano que possui jurisdição sobre ele em questões de doutrina e fé.

A Priora das Carmelitas é uma das poucas mulheres presentes entre os correspondentes de Dom Joaquim e, estabelece inicialmente uma correspondência

⁵¹ Neste caso não há evidência de diálogo epistolar, uma vez que as cartas escritas ao Arcebispo de Porto Alegre configuram uma relação estritamente profissional e regada pela necessidade. Embora frequentes, um total de quinze cartas enviadas em 1922, não há continuidade nos assuntos tratados, bem como não há indícios de uma relação de confiança e amizade.

conturbada com o Bispo, visto que ele critica vários aspectos de sua primeira carta, principalmente por ela se referir a uma das religiosas, como a “irmã do véu branco”⁵², ao invés de nomeá-la. As demais cartas respondidas à Priora apresentam orientações e respostas às questões referentes à admissão de irmãs, à conferência de votos, à guarda e à restituição dos dotes, dentre outras demandas. Em suas cartas, Dom Joaquim não apresenta alternativas às suas decisões quanto ao que deve ser feito pela Priora, e o faz com base nos aspectos jurídicos e da tradição, com insistentes referências aos cânones do Código de Direito Canônico. Com o passar do tempo, as cartas escritas à Priora vão adquirindo um texto mais brando e menos exigente, onde Dom Joaquim procura explicar a ela em pormenores o que lhe é solicitado, como por exemplo, na carta em que ele conclui dizendo: “se tiver dificuldade em responder a estas perguntas, me dirá, para que eu comissione um sacerdote que a ouse, caso que não tenha eu de ir ao Rio nestes poucos dias”.⁵³ As cartas escritas à Priora, demonstram, ainda, a intervenção de Dom Joaquim em assuntos cotidianos do Carmelo, como por exemplo, na carta em que o Bispo não permite que as irmãs sejam fotografadas. Na aludida carta, Dom Joaquim afirma que “não convém consentir que alguma irmã tire retrato: será abrir um precedente com o qual poderão entrar no convento outras mundanices”.⁵⁴

Com o mesmo propósito de orientação, Dom Joaquim estabelece um intercâmbio epistolar com o Reitor do Seminário Maior de São Leopoldo e com os seminaristas da Diocese de Pelotas que são internos na instituição. O Seminário de São Leopoldo era a alternativa viável para os jovens vocacionados de Pelotas e região, uma vez que, contrariando as determinações do Concílio de Trento, não havia um Seminário na Diocese de Pelotas. A comunicação entre Dom Joaquim e seus seminaristas, julgada pelo número de cartas enviadas, parece muito pequena se comparada ao fluxo total de correspondências.⁵⁵ No entanto, em uma carta escrita por Dom Joaquim a dois seminaristas diocesanos há indícios de que esta comunicação fosse maior e majoritariamente unilateral, como pode ser observado no seguinte excerto:

⁵² Carta de 11 de janeiro de 1922, Acervo Dom Joaquim.

⁵³ Carta de 11 de janeiro de 1922, Acervo Dom Joaquim.

⁵⁴ Carta de 11 de março de 1922, Acervo Dom Joaquim.

⁵⁵ Em um total de 476 cartas escritas entre março de 1921, data da nomeação, e dezembro de 1922, término do primeiro ano de bispado, as cartas aos seminaristas somam 8.

Já sabeis que é com particular agrado que recebo as notícias dos meus caros seminaristas, que desejo contentes e dedicados aos seus trabalhos. Por isso mesmo quero que me escrevaes mensalmente e me exponhaes com sinceridade as vossas necessidades e dificuldades, para que eu trabalhe por alivial-as ou sentil-as convosco (Carta de 11 de março de 1922, Acervo Dom Joaquim).

Na mesma carta, é possível perceber que não há por parte de Dom Joaquim a intenção de responder a todas as cartas enviadas por seus seminaristas, isto é, serão respondidas apenas as que forem de “[...] natureza a exigir especial resposta”. Embora haja registro de cartas escritas a um ou a outro seminarista de forma individual, é característica das cartas aos seminaristas serem destinadas a mais de um correspondente, e conterem orientações para todos os seminaristas da diocese. Nas poucas cartas respondidas, é possível perceber que os problemas enfrentados pelos seminaristas eram em sua maioria relativos ao cotidiano no seminário e à falta de recursos. Em uma dessas cartas, Dom Joaquim menciona o fato de ser obrigado pela falta de recursos, a recusar novos seminaristas e até mesmo indicar a saída de já matriculados.

As cartas também tinham a função de manter o Bispo a par do processo de formação de seus seminaristas. No entanto, essas informações não eram requisitadas aos seminaristas e sim, ao Reitor do Seminário, para quem Dom Joaquim escrevia regularmente pedindo detalhes sobre o aproveitamento dos alunos em diferentes etapas de formação. Em uma de suas cartas ao Reitor do Seminário, Dom Joaquim questiona o aproveitamento de um desses alunos:

Que pensa V.Rv^{ma}. da diferença que se encontra no boletim do aluno Sr. Chierichetti, comparando-o com o do anno passado? O último boletim traz notas de 10 a 7, e no deste anno, as notas são de 8 a 6, sendo que as notas 6 são 3, e a nota 8 uma só. E o procedimento e a aplicação são os mesmos (Carta de 27 de julho de 1922, Acervo Dom Joaquim).

Tanto nas cartas ao Reitor do Seminário, como nas cartas ao Arcebispo de Porto Alegre, Dom Joaquim insiste no fato de que a ausência de padres brasileiros e conhecedores dos costumes locais é um dos maiores problemas da diocese. Da mesma forma, as cartas escritas ao clero local e as ordens religiosas instaladas na região demonstram que, embora houvesse um fluxo constante de comunicação entre o Bispo e seus diocesanos, havia também lugares na diocese sem a presença de padres ou religiosos. Assim, os vazios epistolares, ou seja, as cidades e localidades da diocese para onde não há cartas, podem representar mais do que a

falta de comunicação entre o Bispo e seu clero, podem representar, ainda, a ausência de clero.

Outro eixo de circulação das cartas de Dom Joaquim compreende as cartas escritas ao clero e as ordens religiosas com sede em outros estados brasileiros e do exterior. Ainda que esta correspondência tenha uma abrangência espacial maior que as citadas anteriormente, elas representam uma parte muito pequena do total de cartas em 1922⁵⁶ e, salvo exceções, majoritariamente relacionadas à Diocese de Pelotas e às dificuldades geradas pela falta de clero. As responsabilidades ampliadas pela condição de Bispo de Pelotas impuseram a Dom Joaquim a necessidade de manter uma rede de comunicação ampla e funcional com a Nunciatura Apostólica, no Rio de Janeiro, e com o Bispo que o antecedeu, Dom Francisco de Campos Barreto. Como representante da Santa Sé no Brasil, o Núncio Apostólico era a quem Dom Joaquim se reportava em casos relacionados à jurisprudência de sua função, bem como nos casos de indicação de padres para a obtenção de títulos, tais como os de Cônego e Monsenhor. O total de onze cartas escritas em 1922 aponta para um intercâmbio epistolar frequente e regular, mas também necessário, já que assuntos relacionados à gestão do patrimônio da diocese e ao envio de recursos para a Europa, mais precisamente para a “campanha das creanças famintas dos Leste europeu”⁵⁷ eram intermediados pela Nunciatura Apostólica. A leitura do conjunto de cartas destinadas ao Núncio Apostólico em 1922 aponta para uma disparidade no que diz respeito ao volume de cartas respondidas pelo Núncio, uma vez que são comuns as menções feitas por Dom Joaquim às cartas, sobre as quais não obteve resposta. Em uma de suas missivas ao Núncio, Dom Joaquim questiona o possível extravio de cartas, mas também cogita a possibilidade do Núncio não as ter respondido por outro motivo. Na mesma missiva, após acusar o não recebimento de várias cartas, Dom Joaquim conclui dizendo:

[...] como também não me falou V.Ex^{cia}. da minha carta de 11 de maio último, posso pensar que não a terá recebido, e por isso envio dela uma cópia. Si, entretanto, o silêncio de V.Ex^{cia}. significa a inoportunidade do

⁵⁶ Num total 332 cartas escritas em 1922, 57 delas eram destinadas ao clero e a ordens religiosas sediadas em outros estados brasileiros e no exterior, bem como há 10 cartas escritas a leigos de outros estados, dentre eles tenentes, generais, comendadores, alguns simplesmente referenciados como Sr. ou Sr.^a, e proprietários de estabelecimentos comerciais tais como a Casa Lucena no Rio de Janeiro.

⁵⁷ Das onze cartas escritas ao Núncio Apostólico em 1922, seis mencionam o envio de dinheiro para a Europa via Nunciatura Apostólica.

negócio, estou de pleno acordo no que a V.Ex^{cia}. parecer acertado. (Carta de 6 de junho de 1922, Acervo Dom Joaquim)

Diferentemente das cartas entre Dom Joaquim e o Núncio Apostólico, na correspondência com Dom Francisco de Campos Barreto, há evidências de reciprocidade no que concerne à resposta das cartas enviadas. As cartas escritas a Dom Francisco de Campos Barreto apresentam narrativas detalhadas das primeiras impressões de Dom Joaquim relativas à Diocese de Pelotas, não apenas no que concerne às questões burocráticas e administrativas, mas também relativas ao povo católico de Pelotas e à conduta do clero diocesano. No entanto, este conjunto de apenas sete cartas escritas em 1922 demonstra uma diminuição do volume de cartas ao longo do ano, de modo que seis das sete cartas são enviadas na primeira metade do ano. Ainda que a correspondência com Dom Francisco se justifique pela necessidade de dar continuidade ao trabalho na diocese, aos poucos Dom Joaquim encontra outros correspondentes, menos significativos em número de cartas individuais, mas que, em conjunto, formam um referencial alternativo para seu episcopado. Assim, em cerca de 40 cartas, Dom Joaquim se corresponde com clérigos e religiosos dos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Bahia e Pernambuco, além das cartas escritas a outros países como o Uruguai, Argentina, Estados Unidos e Roma. A redução no número de cartas escritas a Dom Francisco pode se justificar não só pelo surgimento de novos correspondentes com os quais Dom Joaquim procura solucionar questões diocesanas, como também porque muitas de suas decisões se tornam divergentes das adotadas pelo seu antecessor; questões, estas, que ele recorrentemente submetia ao julgo do Núncio Apostólico, ou então, ao Arcebispo de Porto Alegre.

O terceiro e último eixo de circulação das cartas de Dom Joaquim refere-se à correspondência que ele manteve com os amigos e conhecidos deixados no Ceará. Esta correspondência apresenta dois grupos distintos: o primeiro é composto por cartas que deram continuidade a diálogos epistolares já existentes, tais como a correspondência com Dom Manuel, Arcebispo de Fortaleza, e com Dom Quintino, Bispo do Crato; e o segundo é composto por cartas que inauguraram novos diálogos epistolares construídos sobre as injunções resultantes da distância.

As distâncias e as responsabilidades assumidas por Dom Joaquim ao aceitar o episcopado, interferiram, direta ou indiretamente, na manutenção dos seus diálogos epistolares mais frequentes, isto é, os diálogos construídos em tempos,

lugares e condições de enunciação diferentes das encontradas por Dom Joaquim na condição de Bispo de Pelotas. Nas cartas escritas no primeiro ano de seu episcopado, é possível perceber que o teor desses diálogos é modificado, fazendo com que, por exemplo, sua correspondência com o Arcebispo de Fortaleza se torne menos formal e repleta de confissões, partilhas e demonstrações de amizade. Em uma de suas cartas, Dom Joaquim confessa: “[...] só digo o meu estado de alma a V.Ex^{cia}., porque creio na sua boa amizade de que me honro e espero lembrar-me sempre.” Na mesma carta, ele evidencia esta relação dizendo: “V.Ex^{cia} me pede uma desculpa que eu não posso dar. Desculpas porque me escreve como si me quisesse dirigir? Mas é o que espero de V.Ex^{cia}. quando o azoio com as minhas cartas de légua e meia”⁵⁸. As cartas ao Arcebispo de Fortaleza, um total de quatorze ao longo de 1922, configuram-se em um espaço de confissões e pedidos de conselhos, os quais indiciam uma relação de respeito e confiança mútua, também expressa no apoio dado por Dom Manuel no processo de mudança e adaptação de Dom Joaquim à nova diocese.

No mesmo contexto, o diálogo epistolar, antes numeroso e frequente, entre Dom Joaquim e Dom Quintino reduziu-se a duas cartas escritas ao longo do ano de 1922. No entanto, Dom Quintino é assunto de muitas outras cartas neste ano, nas quais Dom Joaquim relata as dificuldades enfrentadas para obter de Dom Quintino a liberação de um dos padres que o acompanhou na mudança para Pelotas. Os problemas resultantes da transferência do mencionado padre da Diocese do Crato para a Diocese de Pelotas acabaram por afastar os correspondentes, assim, houve uma redução drástica no número de cartas, que somavam nove em 1920, dez em 1921 e apenas duas em 1922. Além disso, as cartas adquiriram um estilo formal e marcado por pedidos de informações e notícias, o que indica a ausência ou a redução do número de cartas escritas por Dom Quintino a Dom Joaquim.

De acordo com seus biógrafos, Dom Joaquim esperaria doze anos para fazer a primeira visita ao Ceará depois de sua sacração e posse como Bispo de Pelotas. Durante este período, as cartas exerceram a função de diminuir a distância entre o Sul e o Nordeste do país, bem como de sustentar relações de amizade e companheirismo construídas por Dom Joaquim no lugar onde nasceu. As cartas, por definição, são instrumentos capazes de fazer presente a pessoa ausente, assim a

⁵⁸ Carta de 2 de fevereiro de 1922, Acervo Dom Joaquim.

distância, ainda que temporária, entre os correspondentes, é fundamental para o estabelecimento de um diálogo epistolar. Alguns dos correspondentes mais frequentes de Dom Joaquim durante o seu primeiro ano de bispado aparecem pela primeira vez nos copiadores de cartas, em dezembro de 1921, ou seja, apenas quando a distância impôs seus limites.

Ao chegar a Pelotas, Dom Joaquim estabeleceu novos diálogos epistolares, possivelmente com pessoas antes muito próximas. Dentre os novos correspondentes, destaca-se Pe. Octávio, para quem Dom Joaquim escreveu vinte e uma cartas entre novembro de 1921 e dezembro de 1922. As cartas a Pe. Octávio não tinham apenas a saudade como pretexto, uma vez que através delas Dom Joaquim o instruía quanto à administração e organização dos seus negócios no Ceará. Atuando como um procurador, Pe. Octávio movimentava as contas bancárias de Dom Joaquim, fazia pagamentos, enviava jornais, fazia assinaturas de periódicos, dentre outras atividades de ordem financeira. No entanto, era por meio das cartas que recebia de Pe. Octávio que Dom Joaquim sabia notícias dos amigos e familiares deixados no Ceará, para os quais pedia orações e mandava lembranças. Uma das preocupações de Dom Joaquim ao escrever ao Padre Octávio era a situação de outro padre, cujo nome é Plácido e que estando doente não podia mais prover por si mesmo o seu sustento. Assim, Dom Joaquim não só enviava dinheiro para ajudar este padre, como solicitava informações sobre sua saúde (Cf. anexo B). Posteriormente, Dom Joaquim passou a escrever ao próprio Pe. Plácido, com o objetivo de lhe enviar palavras de conforto e amizade, dispensando-o de responder as cartas por causa de sua saúde. Ao dispensar Pe. Plácido de responder suas cartas, Dom Joaquim reconhece o esforço necessário para tanto, bem como a impossibilidade que ele tinha em fazê-lo.

Do total de trezentos e noventa e uma cartas escritas entre novembro de 1921, data da posse, e dezembro de 1922, término do primeiro ano de episcopado, oitenta e nove cartas são destinadas a cidades do Nordeste brasileiro. Seja para a manutenção de diálogos epistolares anteriormente estabelecidos ou para a instauração de novos diálogos resultantes da distância, as cartas para o Nordeste configuram um fragmento relevante do conjunto de cartas de Dom Joaquim, pois é por meio delas que é possível vislumbrar um Joaquim Ferreira de Mello para além dos seus deveres como Bispo.

Ainda que constitua uma pequena parte do acervo de Dom Joaquim, o conjunto de cartas analisadas apresenta uma série de elementos por meio dos quais é possível pensar a relevância e o uso da escrita epistolar no contexto clerical. Instrumentos fundamentais para a gestão das demandas geradas pelo exercício do sacerdócio e pela relação estabelecida entre a Igreja Católica e a comunidade católica leiga, as cartas expõem, ainda, as diferentes relações estabelecidas neste contexto, relações de submissão, confiança, amizade, dever, dentre outras. Como narrativas fragmentárias e construídas por meio da percepção e escolha do correspondente, as cartas traçam caminhos e constroem redes de comunicação capazes de preservar da ação do tempo, pequenos quadros sociais de memória, no sentido atribuído por Halbwachs (1976). Assim, tanto as cartas do Bispo, como as cartas do Vigário Geral, firmam limites de compreensão para a função e relevância da escrita epistolar no contexto clerical, um contexto que é, também, transformado e construído pela produção e circulação da escrita de cartas.

3. ENTRE O ESCREVER E O LEMBRAR

O que não significa, como se diz exageradamente, que a verdade histórica seja sempre e em tudo inacessível. Acontece com essa verdade o mesmo que com todas as outras: enganamo-nos *mais ou menos*.
Marguerite Yourcenar, *Memórias de Adriano*

No estudo das cartas, assim como no estudo de outros documentos indiciários, é comum a busca por classificações e nomenclaturas capazes de atribuir sentido e organizar cada informação no seu “devido lugar”. Assim, as “cartas do Vigário Geral” e as “cartas do Bispo”, por exemplo, acabam por estabelecer fronteiras, ainda que frágeis, onde antes só havia fragmentos de diálogos interrompidos pelo tempo, mas preservados por uma intenção de memória. Ainda que essas fronteiras fictícias contribuam para uma leitura qualificada do acervo, elas também acabam por inserir a escrita epistolar em uma nova narrativa organizada pelo pesquisador, que precisa estar ciente de que esses documentos, ainda que produzidos na esfera privada, são produções discursivas e podem dar, e muitas vezes dão, suporte para evocações memoriais.

Cabe ressaltar, também, que o acesso que se tem à compreensão da carta como objeto do comércio epistolar é limitada pelo ato de ler, e que a “leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, espaços e hábitos” (CHARTIER, 1991, p. 178), construídos socialmente e balizados por injunções sociais e culturais que incluem a “busca por reconhecimento” e o “dever de memória”⁵⁹. Busca e dever que apoiados em discursos e suportes de memória acabam por compor um repertório de representações do passado e manifestações memoriais coletivas, isto é, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” (CANDAU, 2012, p.24). Da mesma forma, a guarda e a preservação desses documentos, por seus autores e destinatários, configura, também, uma forma de filiação com o próprio passado, ou seja, uma forma de “arquivamento de si” (ARTIÈRES, 1998).

Pensadas e produzidas para um leitor específico, as cartas que sobrevivem ao desgaste do tempo e às intenções de descarte, passam a compor um conjunto de documentos cuja leitura suscita o que Angela de Castro Gomes denominou “ilusão de verdade”, ou seja, certa noção de realidade resultante do fato desses

⁵⁹ De acordo com Ledoux (2009), a noção de “dever de memória” apresenta-se como um movimento do não esquecimento e se manifesta, principalmente, no plano discursivo, como uma política de reconhecimento do sofrimento e de ascensão da vítima e do seu direito à memória.

documentos serem provenientes do cotidiano, do espaço do lar e das pessoas comuns. Para a autora, essa ilusão de verdade é perigosa, pois está relacionada a uma das principais especificidades dos documentos pessoais, isto é, “[...] uma espécie de contato próximo com os sujeitos da história”. (GOMES, 1998, p.126)

Nesse sentido, pensar a carta como uma produção discursiva historicamente situada, isto é, como uma narrativa resultante da relação de sociabilidade estabelecida entre os correspondentes por meio de um diálogo por escrito, ou ainda, como resultado da relação desses correspondentes com o ambiente em que viviam, possibilita pensá-la como um testemunho. De outro modo, pensar a carta como um legado, como um instrumento de comunicação elaborado de acordo com as prescrições do gênero epistolar, ou ainda, como um texto organizado de acordo com as demandas presentes, possibilita, também, compreendê-la como um documento. Esta dupla condição que acompanha a escrita epistolar – testemunho e documento – faz com que a carta seja pensada ora como um objeto de estudo para a história, ora como manifestação da memória. Na obra *A memória, a história e o esquecimento*, ao analisar a relação entre a história e a memória diante da noção de verdade, Ricoeur (2007) aponta que, no exercício da memória, a experiência-chave é o reconhecimento. É justamente no ato de reconhecer uma lembrança que está a noção de verdade e de testemunho. De acordo com essa premissa, a escrita epistolar não pode ser compreendida como uma evocação da memória, ao menos em um primeiro momento, pois seu texto é sempre dirigido para o futuro, isto é:

Escrever uma carta é mandar uma mensagem para o futuro; falar a partir do presente com um destinatário que não se encontra ali, que não se sabe como estará (em que estado de espírito, com quem) enquanto lhe escrevemos e, principalmente, depois, ao ler-nos. A correspondência é a forma utópica da conversa, porque anula o presente e faz do futuro o único lugar possível do diálogo. (PIGLIA, R. *apud*. MIRANDA, 1995, p.111)

De outro modo, a carta também é um espaço de confissões e, portanto, de narrativas provenientes do ato de rememorar. Ela pode, assim, documentar o reconhecimento de uma lembrança. Da mesma forma, a leitura de uma carta pode inspirar o reconhecimento do passado e a rememoração. Não há dúvidas, porém, de que ela constitui um objeto de estudo para a história, pois contém não apenas uma narrativa dos acontecimentos, como também carrega em sua materialidade os vestígios da prática e das funções desempenhadas pela escrita epistolar.

Nesse sentido, cabe pensar as cartas de Dom Joaquim em três dimensões relacionadas ao discurso e à memória: a primeira delas refere-se à dimensão discursiva da carta, ou seja, as especificidades da carta como um discurso fixado pela escrita, mas também como um espaço de narrativa e diálogo; a segunda dimensão refere-se ao processo de guarda e preservação do conjunto de cartas, como um movimento de reconhecimento e busca por uma memória de si; a terceira dimensão configura um espaço de confluência das duas anteriores, isto é, a carta como um discurso fixado pela escrita integrando narrativas memoriais que abordam tanto a figura de Dom Joaquim como Bispo de Pelotas, como sua relevância para uma memória institucional.

3.1. A DIMENSÃO DISCURSIVA DA CARTA

Objeto indiciário e ao mesmo tempo lacunar, a carta, enquanto documento, permite um olhar sobre a forma como o autor/remetente se coloca por escrito, como organiza a narrativa e como se comporta em relação ao destinatário implícito. Da mesma forma, ela permite um olhar sobre o destinatário, tal como o remetente o vê, o que espera como resposta, ou mesmo a relação de sociabilidade estabelecida entre eles. Segundo Maria Rosa Camargo (2000, p. 203), “nos motivos, nas necessidades e interesses dos correspondentes, nos assuntos que trazem e principalmente nos procedimentos a que recorrem, a escrita vai ocupando o seu espaço como prática social”. Assim, o texto epistolar permite que por meio de uma série de indícios, que vão desde o uso da linguagem até os assuntos tratados, a relação de sociabilidade existente entre remetente e destinatário possa ser observada, mesmo que de forma fragmentária e lacunar. A escrita epistolar constitui-se, portanto, em um espaço de complementaridade entre a ausência e a presença, entre o discurso do narrador/remetente e a expectativa de um interlocutor ausente. De acordo com Castillo Gómez (2002, p.22),

A carta conforma o lugar onde confluem as estratégias do autor/narrador e o receptor/leitor, que nem sempre devem entender-se como casais coincidentes, pois o gênero epistolar comporta tanto a distância entre a mão que escreve e a voz que narra como entre o leitor implícito e o destinatário ou destinatários reais.

A distância entre a mão que escreve e a voz que narra constitui-se, também, na distância entre o que se diz e o como se diz. Nessa perspectiva, a compreensão

da epístola como um texto, e, portanto, como um “discurso fixado pela escrita” (RICOEUR, 1989, p.141), permite que esta seja pensada como uma produção discursiva na qual a relação entre autor e leitor se dá de forma diferente da relação estabelecida entre locutor e ouvinte. Da mesma forma, esta relação é diferente daquela estabelecida entre o autor de um texto literário e/ou ficcional e o seus leitores, pois ao contrário do texto literário, o texto epistolar mantém a situação de diálogo, a troca de perguntas e respostas, por meio das quais o autor se faz leitor ao receber a resposta da carta enviada e o leitor se faz autor ao responder a carta recebida. Assim, o texto epistolar circula entre o universo do diálogo – uma vez que não pode prescindir de um leitor específico e de suas possíveis respostas – e o universo da construção narrativa, já que precisa organizar os acontecimentos e narrá-los de acordo com as prescrições do gênero.

Como característica fundamental da escrita epistolar, a função presentificadora do diálogo entre os correspondentes, faz com que o texto epistolar reúna muitos indícios de oralidade. Porém, é necessário, também, pensá-lo como texto no âmbito do discurso. De acordo com Ricoeur (1989, p. 186), o discurso enquanto um “acontecimento da linguagem” precisa ser pensado dentro de quatro características fundamentais: a primeira refere-se à temporalidade do discurso, segundo a qual “o discurso realiza-se sempre temporalmente no presente”; a segunda característica refere-se ao discurso com um ato autorreferencial, uma vez que ele remete sempre para seu locutor; a terceira característica diz respeito ao fato de que o discurso é sempre acerca de alguma coisa e “refere um mundo que pretende descrever, exprimir, representar”; a quarta e última característica refere-se ao fato de que o discurso possui sempre um interlocutor a quem se dirige.

No que concerne à primeira característica do discurso, a escrita epistolar precisa ser analisada com ressalvas, visto que a relação com o tempo no discurso oral é diferente daquela desenvolvida no diálogo epistolar, onde o período de espera entre as cartas enviadas e a distância que separa os correspondentes também compõe a temática das cartas. O texto epistolar fala do tempo, da memória e da saudade, estabelecendo entre os correspondentes uma relação de presença e ausência que transforma sua relação com o tempo. A escrita epistolar possui seus tempos: o tempo de que falam as cartas, o tempo de envio e de espera da correspondência, o tempo em que elas permanecem guardadas, o tempo da leitura e o tempo da produção como texto escrito. Nesse sentido, mesmo que o texto

epistolar crie, entre os correspondentes, uma sensação de diálogo e de presença, ele continua a ser produzido em tempos e contextos diferentes para cada uma das partes do diálogo epistolar.

A segunda característica coloca-se no cerne das discussões acerca do texto epistolar como um texto autorreferencial, aproximando-o das autobiografias e dos diários. Se, como afirma Ricoeur, o discurso é sempre referente ao seu autor, a escrita epistolar, enquanto discurso, também o é, contudo, enquanto texto causa certa impressão de permanência e de conservação da narrativa diante do tempo que passa. Neste contexto, cabe questionar se, no que concerne à escrita epistolar, há de fato uma total autonomia do texto em relação ao autor? Não se trata de buscar as intenções do autor no texto produzido e sim de perceber que a construção narrativa traz em si as subjetividades de quem narra e assim “se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do barro.” (BENJAMIN, 1996, p.205). No mesmo sentido, Michel Foucault (1992, p. 150) afirma que:

Escrever é pois mostrar-se, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve entender-se por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volve para o destinatário (por meio da missiva que recebe ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz.

A escrita epistolar, enquanto um texto autorreferencial, apresenta-se como uma narrativa de si resultante de um processo de ordenamento empreendido por aquele que escreve. Esse ordenamento é, ao mesmo tempo, uma forma de filiação com o passado, já que as narrativas construídas falam sempre de acontecimentos passados e de expectativas futuras, cuja existência só é possível graças ao conhecimento que se tem do que passou e do momento presente.

A terceira característica refere-se ao caráter descritivo do discurso, o qual encontra na escrita epistolar um amplo espaço de manifestação, visto que a carta tem como principal objetivo comunicar algo a alguém, falar de um tempo e lugar específicos, narrar acontecimentos e descrever pessoas, lugares e situações. Da mesma forma, o texto epistolar mostra-se como um espaço de representação⁶⁰ do mundo que descreve.

⁶⁰ Neste estudo entende-se representação na perspectiva apontada por Roger Chartier: “[...] esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças as quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.” (CHARTIER, 1990, p.17).

A quarta e última característica do discurso traz um dos princípios básicos da escrita epistolar: a necessidade de um interlocutor. A presença de um interlocutor é para Ricoeur (1989) a principal diferença entre o discurso oral e o discurso escrito, visto que no texto literário não há uma definição clara de um interlocutor. O texto fala para muitos e tem como único limite a barreira do acesso à leitura. Neste contexto, a escrita epistolar demonstra um diferencial em relação ao discurso escrito apresentado por Ricoeur, visto que o texto epistolar só é possível diante da existência de um interlocutor definido. O texto epistolar é um instrumento que possibilita um diálogo a distância e, portanto, estabelece uma relação de complementaridade entre remetente e destinatário. Além da indispensabilidade de um interlocutor, Ricoeur (1989, p. 168) aponta a autonomia semântica do discurso, em especial do escrito, como um dos principais pontos de distinção entre as narrativas orais e as narrativas escritas. Uma vez que, na situação de diálogo, o jogo de perguntas e respostas, permite que os processos de explicar e compreender se complementem quase que instantaneamente como momentos da interpretação, enquanto que na narrativa escrita, a qual rompe seu laço inicial com a intenção do autor, a relação entre o explicar e o compreender se dá em tempos e contextos diferentes.

Na escrita epistolar, a condição dialogal do discurso é parcialmente mantida, uma vez que o intercâmbio epistolar entre os mesmos correspondentes e sobre um mesmo assunto pode se manter por muito tempo, sustentando um jogo de perguntas, respostas e narrativas detalhadas. Embora o texto epistolar tenha por característica fundamental a existência de um leitor implícito, não há como garantir que este seja o único leitor, ou mesmo que ele atribua à mensagem recebida o mesmo significado pretendido pelo remetente. Por meio das cartas escritas e trocadas, é possível manter uma relação dialogal. Porém, as partes do diálogo – autor/remetente e leitor/destinatário – mantêm uma relação diferenciada com o texto que é escrito e lido em tempos e contextos diferentes. Ao contrário do texto ficcional produzido para um grande público, ou de um texto confessional, como o diário íntimo, em que o autor fala para si, o texto epistolar só é possível mediante a existência de um destinatário real, para quem se anuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta. O texto epistolar passa, portanto, por dois momentos de interpretação: o primeiro por parte de seu autor que organiza uma narrativa em determinado contexto; e o segundo por parte do destinatário, que, no processo de

ler e interpretar, recontextualiza o texto. Em outras palavras, “o texto deve poder, tanto do ponto de vista sociológico como psicológico, descontextualizar-se de maneira a deixar-se recontextualizar numa situação nova: é o que faz precisamente o ato de ler.” (RICOEUR, 1989, p.119)

Por outro lado, o intercâmbio epistolar pressupõe outra relação entre remetente e destinatário e de ambos com o texto epistolar. A esta relação, Castillo Gómez (2002, 23) denominou “duplo pacto epistolar” que envolve não apenas as obrigações de ler e responder as cartas recebidas, mas também uma relação de confiança entre o “eu textual” e o “tu textual”. Em outras palavras, na escrita, epistolar “o autor não pode prescindir da aceitação por parte do leitor empírico e que, por isso mesmo, este há de aceitar a proposta de verossimilhança daquele.” Assim, a distância entre o leitor implícito no texto epistolar e o leitor real, aquele que lê a carta recebida, diminui no processo de confiança e expectativa gerado pelo duplo pacto epistolar, o qual também traduz uma relação com o tempo, específica da correspondência.

Pensar a escrita epistolar como uma produção discursiva implica pensá-la como um “duplo ato de representação: por um lado, o da pessoa ausente que se mostra através do signo escrito e do suplemento que acarreta, e, por outro, por sua função como espaço de conhecimento pessoal”. (CASTILLO GÓMEZ, 2002, p. 25) Este duplo espaço de representação se faz ver nas linhas do texto e não nas intenções de quem escreve ou no que se espera do autor. O texto epistolar é surpreendente e revelador, mas também é regular, cotidiano e tedioso para aqueles, que abrigados pela distancia temporal se atrevem a invadir o diálogo alheio e buscar nele uma janela para o passado. Se o espaço do discurso oral é a fala e, dela não se pode prescindir para entendê-lo, o espaço do discurso epistolar é a escrita e, é sobre o traçado de suas linhas que a leitura é possível.

Compreendida como um discurso fixado pela escrita e partícipe de um diálogo possível, a carta configura um espaço narrativo que com o passar do tempo alimenta evocações e narrativas memoriais, por meio das quais é possível vislumbrar a “leitura-escritura” que os correspondentes fazem de si próprios, “[...] constituindo-se em uma memória que pode ser decodificada através da leitura e interpretação de seus documentos, cuja análise o historiador re-atualiza, ressignificando-o e tornando-o suporte de memória” (CUNHA, 2008, p.126). Neste contexto, concorrem, também, outros dois aspectos que contribuem para que a escrita epistolar seja pensada como

um suporte de memória, ou até mesmo, como um lugar de memória, são eles: a guarda e a organização das cartas como um “arquivamento do eu”, e a guarda institucional do acervo, como parte de uma memória institucional.

3.2. GUARDAR PARA LEMBRAR

No quarto ano de seu bispado, Dom Joaquim escreveu a um de seus correspondentes desculpando-se por ter enviado uma carta datilografada. Como motivo para tal descortesia, ele mencionou o fato de que por falta do livro copiador, precisou utilizar a máquina de escrever para obter mais facilmente a cópia desejada, e ainda concluiu dizendo: “como sabes, eu tenho, além da necessidade, a mania de copiar as minhas [cartas] e documentos que não ficam registrados na Cúria.”⁶¹

Os motivos para que um clérigo arquive a sua correspondência expedida são muitos, no entanto esta “mania de guardar” contribuiu para que Dom Joaquim copiasse e organizasse a sua correspondência por mais de vinte anos, compondo um conjunto de milhares de cartas, que, embora limitadas pelas exigências da vida religiosa, constituem um esforço de ordenamento e guarda dos seus feitos e lembranças, uma vez que ao arquivar o que a instituição – Igreja Católica – entendia que não devia ser arquivado, Dom Joaquim desafiou as normas estabelecidas e construiu um acervo epistolar pessoal, confirmando, assim, a ideia de que “arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo”. (ARTIÈRES 1998, p.29)

Composto por livros, cartas, rascunhos, fotografias, dentre outros papéis resultantes de uma vida cercada por letras, o acervo Dom Joaquim, preservado no Seminário São Francisco de Paula, em Pelotas, apresenta indícios de que assim como os chamados “homens de letras”, ou seja, homens voltados para o estudo, para a leitura e para a vida em gabinetes (CHARTIER, 1996, p. 160), Dom Joaquim constituiu uma “memória de papel” (CUNHA, 2008, p. 118). Nos seus copiadores de cartas, minuciosamente organizados, ele deixou os rastros do processo de guarda, isto é, marcas de seleção, descarte, reescrita, ordenamento e atribuição de valores. Da mesma forma, seu texto epistolar revela aspectos cotidianos dessa prática de copiar e guardar, como por exemplo, um poema copiado em um de seus

⁶¹ Carta de 16 de maio de 1924, Acervo D. Joaquim.

livros, sobre o qual está escrito “para experimentar a prensa”, conforme a figura 8. A referência à prensa faz pensar que em determinado momento do processo de organização Dom Joaquim cogitou a possibilidade de mudar o método de copiar suas cartas, uma vez que a prensa era utilizada para fazer cópia das cartas datilografadas ou das cartas manuscritas com tinta copiadora.

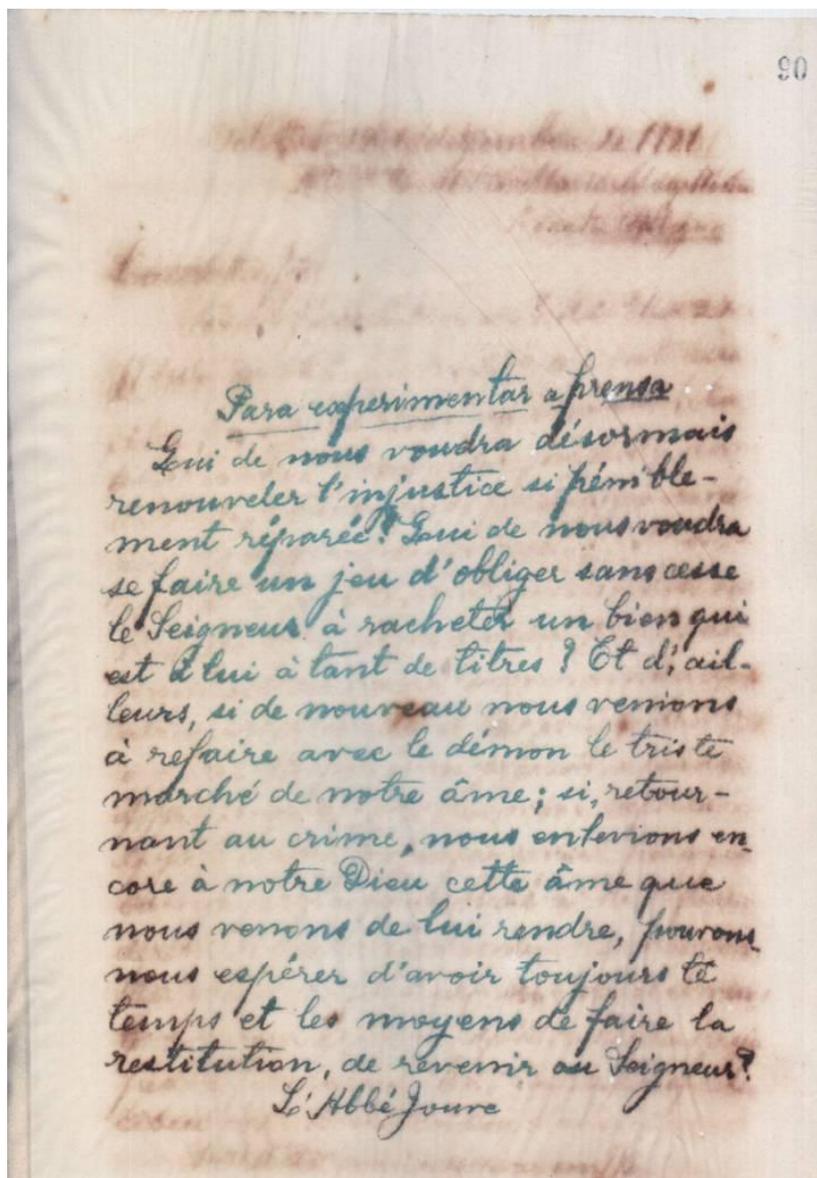


Figura 8: Folha do livro copiador de cartas utilizada para testar a prensa copiadora.
Fonte: Acervo Dom Joaquim

No entanto, cabe questionar se os livros copiadores de cartas constituem um acervo pessoal ou apenas vestígios de uma atividade resultante das responsabilidades assumidas por Dom Joaquim como clérigo. De acordo com Cunha (2008, p.113), há dois tipos de acervos: “aqueles reunidos em função da

vontade exclusiva de quem os reúne”, e aqueles “[...] reunidos em função das diversas atividades realizadas por quem os reúne”. Os copiadores de cartas de Dom Joaquim estão no limite entre uma e outra forma de acervo, visto que a maioria das cartas arquivadas foi escrita no contexto das atividades resultantes do sacerdócio. No entanto, há também aquelas escritas para sanar a distância ou para resolver questões pessoais, e ambas estão arquivadas sem qualquer distinção ou hierarquia. Da mesma forma, a organização dos livros copiadores de cartas, dispensando as formalidades referentes às atas de abertura e encerramento, bem como a guarda das cartas rasuradas, as cartas reescritas ou simplesmente não enviadas, indiciam a constituição de um documento privado.

Embora concebida com o propósito de estabelecer comunicação entre distantes, a carta é, essencialmente, um espaço narrativo e confessional e, “tal como outras práticas da escrita de si, [...] constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto”(GOMES, 2004, p.19). Assim, escrever cartas é, também, uma forma de mostrar-se ao outro e de preservar por escrito a relação estabelecida entre remetente e destinatário. Nesse sentido, se a escrita epistolar caracteriza-se como uma escrita de si, no sentido de incorporar o discurso e a imagem que o remetente concebe de si e tenciona transmitir para outro, o processo de guarda e sistematização do conjunto textos produzidos também o faz, como um “arquivamento de si”.

Nas palavras de Artières (1998. p. 11), “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor a imagem social a imagem íntima de si próprio”, como consequência de uma série de injunções sociais que condicionam indivíduos ou grupos a registrar sua vida, seja por meio de documentos, escrituras, contratos, ou ainda por meio de escritos autobiográficos ou autorreferenciais. Assim, os atos de guardar, selecionar, ordenar e classificar, que a princípio parecem um procedimento objetivo, mostram-se como movimentos subjetivos, uma vez que atribuem sentidos e hierarquizam significados. Da mesma forma, arquivar a própria vida requer um esforço de seleção relativo ao que se pretende lembrar e esquecer, visto que os objetos não selecionados para compor o acervo pessoal, tem o descarte como destino. Assim, a constituição deste acervo estabelece, ao mesmo tempo, uma busca pela memória e um ato em prol do esquecimento.

Segundo Ferreira (2011, p.102), “a noção de memória remete tanto aos mecanismos de acumulação, vinculando-se às formas de conservação, atualização

e reconhecimento de uma lembrança, quanto aos processos de compartilhamento de representações sociais”. Esses processos de compartilhamento constituem, simultaneamente, a relação que o sujeito estabelece com o mundo por meio dos significados que atribui às diferentes experiências vividas, e as formas de interação pelas quais expõe as representações sociais resultantes dessa relação. Assim, a constituição de um acervo pessoal seria um fenômeno relativo ao indivíduo que o produz, mas também relativo à filiação desse indivíduo com o seu passado e com o grupo social ao qual pertence.

De acordo com Joel Candau (2012, p.107), no exercício de lembrar e esquecer o homem desenvolveu, ao longo do tempo, extensões da memória, tais como monumentos, narrativas escritas, traços e marcas compartilhadas por um grupo com o propósito de permitir a transmissão⁶² da memória, ou mesmo de preservar do tempo aquele que lembra. Os atos de escrever e lembrar passaram a ocupar um espaço de suma relevância para a construção de arcabouços individuais de memória e para o desejo de permanência e de afirmações identitárias. Da mesma forma, os atos de reunir e guardar objetos passaram a representar, também, uma manifestação proveniente de um dever de memória, no sentido de reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo ou a uma determinada época.

No que concerne à preservação de textos epistolares há uma dupla possibilidade de efetivação de um dever de memória. Por ser concebida como um instrumento de comunicação, a carta circula entre os correspondentes e carrega consigo confissões, lembranças, devaneios, enfim, indícios de relações de sociabilidade e confiança. Todavia, ao ser enviada pelo remetente, a carta passa a pertencer ao destinatário, sobre o qual recai a responsabilidade pela sua guarda e preservação. De outro modo, o remetente tem a possibilidade de guardar cópias das cartas enviadas, constituindo-se, também, em guardião e organizador dessa memória.

Da mesma forma, a leitura de textos epistolares preservados e organizados de acordo com as escolhas do seu arquivista constitui uma dupla estrutura narrativa: a primeira estrutura é referente ao conteúdo da carta, os acontecimentos narrados,

⁶² Nas palavras de Joel Candau (2012,p.106), “[...] essa transmissão jamais será pura ou uma autêntica transfusão memorial, ela não é assimilada como um legado de significados nem como a conservação de uma herança, pois para ser útil as estratégias identitárias, ela deve atuar no complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento.

as questões abordadas, enfim, os fragmentos do diálogo estabelecido entre remetente e destinatário; a segunda estrutura narrativa diz respeito à organização das cartas como parte de um acervo pessoal, isto é, os critérios de seleção, as prioridades e hierarquizações, as informações adicionais, enfim, a lógica empreendida pelo arquivista para dar sentido ao acervo. Em ambas, as questões contextuais são fundamentais, pois tanto para ler uma carta escrita para outra pessoa em outro tempo, como para compreender os sentidos atribuídos ao acervo por seu organizador é necessário considerar as circunstâncias de escritura e organização, como parte da “[...] multiplicidade das experiências e das representações sociais, em parte contraditórias, em todo caso ambíguas, por meio das quais os homens constroem o mundo e suas ações” (REVEL, 1998, p.27).

A análise das cartas escritas e copiadas por Dom Joaquim ao longo de três anos – 1920, 1921 e 1922 – apresenta indícios de que tanto a escrita epistolar como o seu arquivamento sofreram transformações de acordo com o contexto em que foram produzidos. Da mesma forma, as trocas epistolares e suas variações passaram a integrar e a transformar esses contextos. Os copiadores de cartas elaborados durante o ano de 1920, por exemplo, apresentam características de organização diferentes dos copiadores de cartas elaborados após a nomeação episcopal. As cartas copiadas entre janeiro de 1920 e março de 1921 não apresentam numeração manuscrita, também não há registro de cartas reescritas ou não enviadas, de modo que o registro nos copiadores de cartas estava resumido à cópia da carta enviada e ao índice organizado em ordem alfabética pelo nome do correspondente. Após a nomeação episcopal, surgiram mudanças significativas na forma como as cartas foram organizadas. Os copiadores de cartas deste período passaram a conter registros de cartas não enviadas, cartas reescritas e anotações nas margens com o propósito de indicar as cartas não respondidas e as cartas reservadas.

As variações relativas aos cuidados com a escrita e a forma de arquivamento acompanharam as mudanças na vida do missivista, as responsabilidades assumidas, o trabalho desenvolvido, as dificuldades de ordem econômica e sociocultural, dentre outros fatores que interferiram diretamente no modo como ele se expressou por escrito e na forma como preservou seus papéis. No entanto, durante esse período, houve continuidades nos processos de escrever e arquivar, tais como: as formas de tratamento, a indicação da cidade do destinatário, as

expressões em latim, a assinatura acompanhada do cargo ou título do remetente, o índice contendo o nome dos destinatários e os livros utilizados para as cópias. Durante os vinte e cinco anos em que Joaquim Ferreira de Mello empreendeu a cópia e o arquivamento de sua correspondência expedida, não houve mudanças na estrutura da carta referente ao gênero epistolar, ou seja, no que se refere às normas para a escrita de cartas. Da mesma forma, continuou não havendo registro de cartas familiares, mesmo depois da mudança para Pelotas.

Parte das intenções de quem arquiva, assim como a lógica utilizada para o arquivamento ficam impressas nas características do próprio acervo. De acordo com Priscila Fraiz (1998, p.60), o conjunto de indícios ou ferramentas (índices, tabelas, textos autobiográficos, listas) pelos quais é possível compreender a constituição e a organização de um acervo pessoal é denominado “meta-arquivo”. O “meta-arquivo” constituído por Dom Joaquim está tanto nos instrumentos de organização do acervo (índice, numeração, anotações marginais), como no texto de suas cartas, pois tanto a necessidade de copiar as cartas quanto o método utilizado para o arquivamento são mencionados no texto epistolar. Além desses indícios, cabe também observar a constituição do acervo como parte da biografia do missivista, uma vez que as razões pelas quais um indivíduo arquiva a própria vida são tão diversas quanto às experiências vividas por esse indivíduo ao longo de sua vida. Nesse sentido, Schellenberg (1973, p. 244) chama a atenção para o fato de que o conjunto de escritos e objetos produzidos por um indivíduo deve ser observado de acordo com as múltiplas atividades e funções desenvolvidas por ele, pois “[...] essas atividades, provavelmente, são a base pela qual seus papéis são agrupados e organizados durante a sua vida”.

De acordo com essas premissas, as cartas de Dom Joaquim são pensadas como parte de um contexto clerical, o qual inclui não apenas a vida consagrada, mas também a relação do clero com a comunidade católica leiga e com a comunidade não católica. Ao copiar e guardar as suas cartas, fossem elas de ordem pessoal ou institucional, Dom Joaquim criou a possibilidade de constituição de uma memória para a posteridade. Ao criar mecanismos de organização, tais como o índice e a numeração das cartas enviadas, ele estabeleceu caminhos nos quais outros leitores, além de seus correspondentes, podem percorrer, empreendendo um processo de interpretação e atualização desses registros para enfim torná-los suportes de memória.

3.3. CARTAS: SUPORTES PARA UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Ao analisar a amplitude das possibilidades narrativas diante dos documentos históricos, Carlo Ginzburg (2007, p.8) no prefácio da obra *O fio e os Rastros*, menciona estar convencido de que “[...] entre os testemunhos, seja os narrativos, seja os não narrativos, e a realidade testemunhada existe uma relação que deve ser repetidamente analisada”. Partindo do pressuposto de que os documentos produzidos em determinada época com o propósito de narrar os acontecimentos vividos ou rememorados constituem testemunhos desses acontecimentos, cabe observar que existe não apenas uma relação entre o testemunho e a realidade testemunhada, como também uma distância semântica entre eles, uma vez que o olhar de quem narra é sempre seletivo e subjetivo. Da mesma forma, existe uma relação entre as características e a funcionalidade do documento e o contexto em que ele é produzido. As cartas, por exemplo, constituem uma estrutura narrativa direcionada para um leitor específico, para o qual os acontecimentos são narrados, explicados, questionados, mas também constitui um documento de comunicação com normas e critérios de elaboração. Assim, a leitura de um documento de ordem epistolar pode ser direcionada tanto para o estudo dos fatos narrados na carta, como para a carta como parte de uma prática social complexa.

As cartas escritas por Dom Joaquim nas primeiras décadas do século XX podem constituir as bases para uma série de possibilidades narrativas referentes ao ambiente clerical, à estrutura administrativa da Igreja Católica e à relação estabelecida entre a Igreja e os diferentes setores da sociedade pelotense, bem como integrar estudos sobre a prática da escrita de cartas. Da mesma forma, as cartas compreendidas como testemunhos de uma época podem integrar discursos e buscas memoriais, com o propósito de legitimar a ideia de uma memória coletiva, ou, no caso das cartas de Dom Joaquim, de uma memória institucional⁶³.

Instituição – como o próprio termo define – é a ação ou efeito de instituir, de organizar a partir de regras e de princípios e, neste sentido, a sociedade é formada por diversas instituições, dentre elas o próprio Estado. Como a instituição não é um estado natural e sim um ordenamento, uma hierarquização social de funções,

⁶³ Neste estudo entende-se Memória Institucional como uma forma de capital simbólico da instituição, baseado em um discurso institucional de preservação da trajetória de seus membros. De acordo com Costa (1997, p.146) “[...] a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como *mimesis*, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas”.

direitos e deveres, ela é dependente de um discurso formativo. Nesse sentido, há necessidade para a instituição, bem como para a sociedade como um todo, de uma identidade comum que também é referência pessoal para cada indivíduo envolvido, ou seja, assim como há um discurso que forma a instituição, há também um discurso que define a identidade de seus membros. A consolidação de uma memória institucional depende da eliminação dos discursos dissonantes, em outros termos, das memórias contraditórias que passam à margem de uma memória oficial. Assim, faz-se uma leitura apologética do passado procurando linhas específicas para justificar princípios moralizantes com o propósito de buscar um contexto fixo que justifique o estado presente, não como uma “falsa memória”, mas como um discurso uniformizador.

A ideia de uma memória institucional está para a instituição, como a ideia de uma memória coletiva está para a sociedade, isto é, ambas configuram estratégias identitárias consolidadas no discurso de uma memória transmitida e compartilhada. Sendo assim, não é possível pensar a memória institucional como uma faculdade, pois dessa forma seria necessário que todos os membros da instituição lembrassem os mesmos acontecimentos da mesma forma, ou seja, seria necessário aceitar a eficácia de uma transmissão de memórias, a qual, de acordo com Joel Candau (2012, p.106),

[...] jamais será pura ou ‘autêntica’ transfusão memorial, ela não é assimilada como um legado de significados nem como a conservação de uma herança, pois para ser útil as estratégias identitárias, ela deve atuar no complexo jogo da reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento.

A memória institucional seria, em última instância, uma representação, uma forma de “metamemória”⁶⁴, isto é, um discurso proferido por alguns membros da instituição a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desta instituição. A organização desses discursos sobre uma memória comum a toda a instituição é, ao mesmo tempo, parte de uma política de gestão⁶⁵ do seu patrimônio histórico e, parte de uma afirmação identitária. Se ao arquivar a própria

⁶⁴ De acordo com Joel Candau (2012, p. 23 – 25) “A metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, [...] enquanto no que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças.”

⁶⁵ No primeiro capítulo desta dissertação foram abordadas, em uma perspectiva histórica, algumas das políticas de gestão e preservação do patrimônio documental da Igreja Católica. Algumas dessas políticas como a *Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja* podem ser observados como uma política direcionada para a formação de uma memória institucional.

vida o sujeito constrói uma narrativa memorial com o propósito de firmar a imagem pela qual será lembrado, ao organizar os fragmentos de sua história, as instituições também o fazem, organizando seus acervos, proferindo discursos e evidenciando alguns sujeitos e acontecimentos em detrimento de outros.

As cartas, assim como outros documentos escritos, se inserem neste contexto, em um primeiro momento, como “extensões da memória”⁶⁶, ou seja, como instrumentos utilizados pelo homem para aumentar a sua capacidade de lembrar e de transmitir as suas lembranças. Ao contrário das autobiografias e dos diários, que são textos produzidos com a evidente intenção de preservar memórias, as cartas adquirem este atributo, quando, por vontade dos correspondentes ou de terceiros, passam a ser guardadas e organizadas. Nesse sentido, é a possibilidade de transmissão da memória e não apenas a sua manifestação que está em questão. De acordo com Joel Candau (2012, p. 106) a transmissão de memórias ocupa o centro das análises antropológicas dedicadas ao tema da memória, pois a possibilidade transmissão das memórias constitui a base de discursos dedicados a afirmar a existência de uma memória verdadeiramente compartilhada.

Na constituição de uma memória institucional, os documentos produzidos no exercício das atividades promovidas pela instituição e/ou em função dessas atividades, passam a dar suporte para a elaboração de discursos evocadores da memória, os quais atribuem *status* de testemunho a esses documentos. O problema está no fato de que, por vezes, os documentos escritos deixam de ser apenas instrumentos e passam a ser álibis para a memória, pois

[...] mesmo quando o texto fica como referência visual, com frequência citado em várias versões, mas nunca de fato consultado, ele orienta as memórias individuais em uma mesma direção, focaliza-as em direção a significações particulares que terão, por conseguinte, grandes possibilidades de serem compartilhadas (CANDAU, 2012, P.108).

Em outras palavras, os documentos incorporados a um discurso formador de uma memória institucional nem sempre são consultados, por vezes a sua existência é o que basta para orientar um sentimento de unidade e reconhecimento de uma lembrança. Os copiadore de cartas de Dom Joaquim podem ser pensados neste

⁶⁶ De acordo com Joel Candau (2012, p.107), a necessidade de criar formas de exteriorizar a memória acompanha a humanidade desde as suas origens, traduzida pela vontade que o homem manifestou de “[...] produzir traços com o objetivo de compartilhar sinais transmitidos”, tais como as gravuras pré-históricas e a invenção da escrita.

sentido, pois mais do que uma fonte de leitura e análise, suas cartas são uma referência visual no acervo do qual fazem parte.

Depois da morte de Dom Joaquim, em 1940, todos os seus pertences permaneceram sob a custódia do Seminário São Francisco de Paula, que foi planejado e erigido durante seu bispado. O acervo ocupou diversos espaços na instituição até que em 1989, por ocasião da comemoração dos 50 anos de fundação do Seminário, foi criado um pequeno museu onde foram expostos alguns dos seus pertences que sobreviveram ao tempo e às diversas mudanças na administração do Seminário, dentre esses pertences estava a sua correspondência. De acordo com a ata de visitas, o museu foi criado com a intenção de constituir-se em um espaço de homenagem e memória ao fundador da instituição, conforme a figura 9:

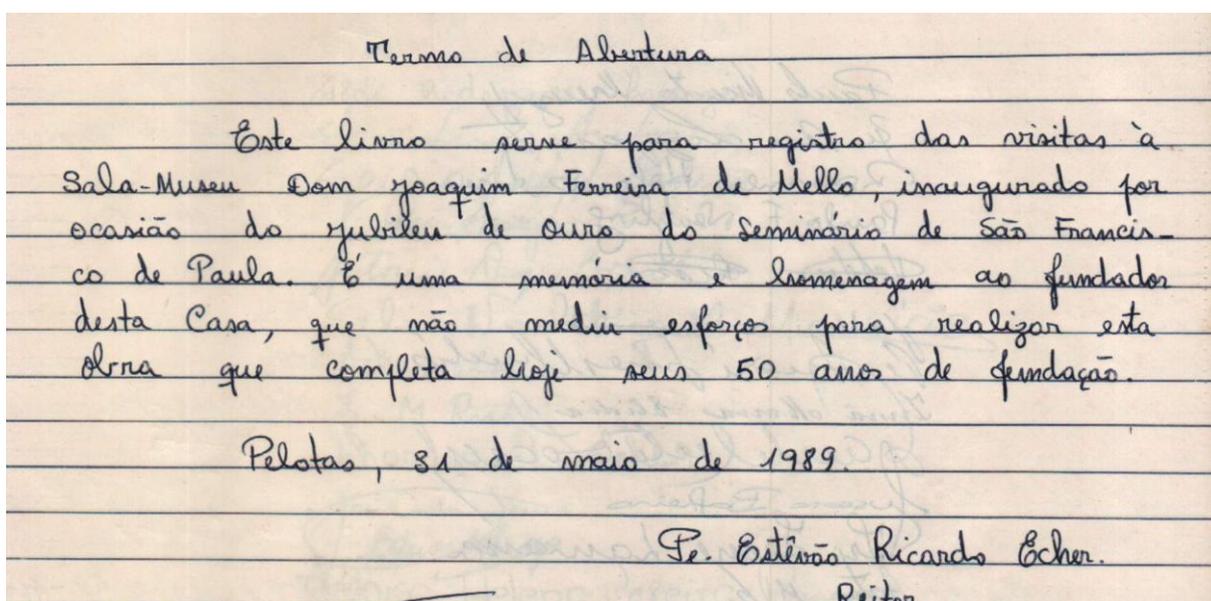


Figura 9: Termo de abertura do Museu Dom Joaquim, Seminário Diocesano São Francisco de Paula, Pelotas.

Fonte: Acervo Dom Joaquim

Junto aos copiadores de cartas foram expostos documentos pessoais, paramentos litúrgicos, fotografias, dentre outros objetos relacionados à memória de Dom Joaquim⁶⁷, que, organizados em mesas e armários passaram a compor um lugar de memória no Seminário São Francisco de Paula. De acordo com o livro de atas utilizado para o registro de visitas, os visitantes do museu eram em sua maioria convidados do Seminário, ou seja, novos internos e suas famílias, grupos escolares e clérigos.

⁶⁷ Conforme anexo A.

No entanto, antes mesmo da inauguração do museu as cartas de Dom Joaquim já haviam dado suporte a outros discursos acerca da memória da instituição e da imagem de Dom Joaquim como Bispo Diocesano. Em 1963, foi publicada nos Cadernos do Cariri, Série Biografias, a obra *Dom Melo*, de autoria do Monsenhor Francisco Silvano de Souza⁶⁸. Publicada no Rio Grande do Sul apenas em 1964, por iniciativa da Diocese de Caxias do Sul, sob o título *Dom Joaquim Ferreira de Melo: 2º Bispo de Pelotas*, a obra configura um exemplar de narrativa memorial na qual as transcrições dos discursos e das cartas de Dom Joaquim são utilizadas como suportes de memória. Composta por 151 páginas a obra é dividida entre os seguintes tópicos: *Antecedentes Históricos, Sua educação e seus mestres, Ministério Paroquial, Educador e Jornalista, Vida apostólica e social: seu coleguismo, Bispo de Pelotas, Tomada de posse da diocese, Situação da diocese e do clero, A sua ação episcopal: escolas, seminário, catequese, Seu patriotismo e espírito cívico, Outras atividades, Ampliação da catequese, Dom Joaquim e seus padres, Religiosos e Religiosas, Facetas da alma de Dom Joaquim, Sua caridade, Visita ao Ceará, Congresso Católico Diocesano, Seus últimos anos, Seus últimos dias, O que pensava de Dom Joaquim a Hierarquia do R. G. do Sul, O que pensavam de D. Joaquim os sacerdotes, O que pensavam de D. Joaquim os leigos, Pensamentos sobre Dom Joaquim e Sobrevivência.*

Ao longo dos vinte e cinco tópicos supracitados, Monsenhor Souza desenvolveu uma narrativa baseada em suas próprias memórias e nas cartas e discursos de Dom Joaquim. Tanto as cartas como os discursos foram mencionados e, por vezes, transcritos como forma de exemplificar ou testemunhar a narrativa em curso, isto é, as transcrições acompanham afirmações sobre a conduta, o pensamento e o caráter de Dom Joaquim. No tópico *Seu patriotismo e espírito cívico*, Monsenhor Souza transcreve na íntegra uma carta escrita por Dom Joaquim ao Dr. Osvaldo Aranha, que na época ocupava o cargo de Secretário dos Negócios do Interior e Justiça do Estado. A carta escrita em 7 de abril de 1930, após uma viagem que Dom Joaquim teria feito a Santa Vitória do Palmar, apresenta uma longa argumentação acerca da precariedade da vida e do patrimônio na região de fronteira

⁶⁸ Padre da Diocese do Crato, Monsenhor Francisco Silvano de Souza trabalhou como professor no Seminário Arquiepiscopal de Fortaleza durante o período em que Joaquim Ferreira de Mello atuou como Vigário Geral na mesma Arquidiocese. Em outubro de 1921 acompanhou Dom Joaquim na mudança para Pelotas e permaneceu nesta diocese por 39 anos. (MENDES, 2004, p.66)

entre o Brasil e o Uruguai. A transcrição da carta é precedida pela seguinte observação:

O Sr. Dom Joaquim ficou tristemente impressionado com o que estava vendo. De volta a Pelotas, achou que era dever de Pastor e brasileiro, comunicar o fato a quem de direito. Era um desabafo do bom patriotismo com o espetáculo que acabava de presenciar. Escreveu ao Dr. Osvaldo Aranha nestes termos, que muito honram o seu espírito cívico (SOUZA, 1964, p.44).

No mesmo tópico, Monsenhor Souza descreve um Dom Joaquim com fortes sentimentos patrióticos e, preocupado com o modo de vida das pessoas da fronteira, afirma, ainda, que na carta “[...] está fotografado o patriotismo realístico de Dom Joaquim Ferreira de Melo que não se contenta com palavras, mas desce ao fundo das coisas para lhes aplicar o remédio oportuno” (SOUZA, 1964, p.48). Acerca da carta, ele conclui dizendo “Documento de alta revelação tem valor perene”.

Nas palavras de Monsenhor Souza, a carta “fotografa” e “revela”, ela testemunha as muitas características atribuídas a Dom Joaquim. A carta é, ao mesmo tempo, relato e testemunho da vida que se pretende preservar do tempo. Em outros tópicos, Monsenhor Souza volta a mencionar as cartas e os discursos proferidos por Dom Joaquim, e reafirma a sua visão acerca do valor memorial desses documentos:

Tivemos notícias de onze mil cartas que teria escrito em 42 anos de atividade sacerdotal, e que equivale a 261 cartas por ano, todas copiadas e selecionadas na ordem do tempo. Seria um acontecimento literário e histórico a publicação desta correspondência embora unilateral. O sr. Dom Joaquim tinha grande cultura e bom estilo na exposição de suas idéias. Era claro, correto e algumas vezes espirituoso na arte de expressar o seu pensamento. Resulta dessas qualidades intelectuais o interesse de suas cartas, publicadas poderiam dizer o valor de quem as escreve e falar com autoridade do meio religioso e social de sua diocese (SOUZA, 1964, p.79).

Neste excerto é possível perceber que na obra de Monsenhor Souza as cartas escritas, copiadas e organizadas por Dom Joaquim são compreendidas como um “acontecimento literário e histórico” e que podem testemunhar acerca do seu autor e do lugar no qual ele viveu. As cartas, para Monsenhor Souza, são parte de uma memória passível e merecedora de resgate e reconhecimento, pois podem “falar com autoridade”. No entanto, ainda que o conteúdo da carta reúna elementos que confirmam a narrativa de Monsenhor Souza, cabe ressaltar que ela é extraída de seu contexto de escritura – relação remetente/destinatário, condições de enunciação, objetivos e intencionalidades – e, é integrada a outra construção narrativa. Não se trata de questionar a relevância da carta para a confirmação dos

argumentos do autor, mas de observar a trajetória desse documento, de instrumento de comunicação a suporte de memória.

Nas últimas páginas de seu livro, Monsenhor Souza volta a evidenciar a importância da preservação e da transmissão da memória ao mencionar a construção da estátua em homenagem a Dom Joaquim, obra de Antônio Caringi. Ao referir-se ao significado desta obra no tópico intitulado *Sobrevivência*, Monsenhor Souza compreende que em torno do erigir de uma estátua há tanto a manutenção da lembrança, como também o despertar da curiosidade daqueles que não compartilham tal trajetória. Entre uma e outra, situa-se a memória institucional, ora evocação do passado, ora suporte de memória, e para além de ambos um discurso construído institucionalmente para dar sentido às lacunas, significado à narrativa, importância ao sujeito, bem como, possíveis lições para os que recordam ou que têm curiosidade nos termos de “edificação e exemplo de vida cristã”. Nas palavras de Monsenhor Souza (1964, p.151),

Assim, a lembrança do 2º bispo de Pelotas aviva-se no espírito dos amigos e conhecidos e, nos estranhos desperta-se a curiosidade de saber quem foi este bispo que mereceu a glória de uma estátua. O mais importante, porém, é que seu nome vivo nos corações dos seus diocesanos, se vai transmitindo às gerações futuras para edificação e exemplo de vida cristã (SOUZA, 1964, p.151).

Monsenhor Souza, entretanto, ao se referir à importância histórica e literária que teria uma possível publicação das cartas de Dom Joaquim não registra a tensão existente entre a lembrança e curiosidade, apontado que as cartas seriam um retrato fiel do escrevente e de seu contexto. De outro modo, a estátua é percebida como algo que estimula a curiosidade daqueles que não conheceram o Bispo e a memória dos que, de alguma forma, o conheceram, sem, contudo, dizer algo a respeito de sua vida.

Exemplares da obra de Monsenhor Souza fazem parte do acervo do Museu Dom Joaquim e estão disponíveis para consulta na biblioteca do Seminário São Francisco de Paula, contribuindo para a concepção de uma memória institucional, pois a memória do Seminário está, em muitos aspectos, vinculada à vida e à obra de seu fundador. Em 2004, a obra *Dom Joaquim Ferreira de Melo. 2º Bispo de Pelotas e a Fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução*, sob a autoria de Fábio Raniere da Silva Mendes, retomou a relação existente entre a memória do Seminário e a figura de Dom Joaquim. Mais uma vez, as cartas construíram a base

para um discurso memorial, agora também influenciado pela obra de Monsenhor Souza. Dividida em três capítulos, a saber: Visão sobre a realidade histórica da Igreja de Pelotas, Dom Joaquim Ferreira de Melo “Segundo Bispo de Pelotas” e Fundação do primeiro Seminário da Diocese de Pelotas, a obra retoma a relevância das cartas para a compreensão do que pensava e de como agia Dom Joaquim. No segundo capítulo, dedicado a uma breve biografia de Dom Joaquim, o autor retoma muitas das questões abordadas por Monsenhor Souza, citando-o em muitas passagens. Mas, busca referenciar sua narrativa por meio de certidões, livros de atas, cartas pastorais e outros documentos. As cartas pessoais de Dom Joaquim passam a compor a narrativa nos dois últimos capítulos, seja como exemplo da conduta do bispo diante do clero e da sociedade pelotense, seja referente aos esforços de Dom Joaquim para garantir a construção do Seminário.

Ao retomar a análise de Cunha (2008, p.126) referente à atualização e à ressignificação da escrita epistolar durante os processos de leitura e análise que resultam em narrativas históricas e literárias baseadas nestes documentos, cabe lembrar que, segundo a autora, o que se pode ler na carta é resultado de uma “leitura-escritura” que os correspondentes fazem de si e das experiências que vivem. Assim, ao citar uma carta como exemplo de conduta ou modo de proceder, se está citando uma construção narrativa, uma leitura-escritura que alguém fez de determinada situação e, portanto, a carta configura, ao mesmo tempo, o fio do relato, pela narrativa que contém, e os rastros deixados por quem a escreveu, afirmando, assim, seu potencial como documento e como suporte de memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, as cartas foram as protagonistas de todas as análises. Suas características e limitações construíram as bases para uma leitura do conjunto de copiadores de cartas de Dom Joaquim Ferreira de Mello, tanto na sua constituição como um acervo autorreferencial situado no limite entre a esfera pública e a esfera privada, como na compreensão do texto epistolar como partícipe de um contexto clerical na primeira metade do século XX. Da mesma forma, a compreensão da carta como um objeto discursivo, narrativo e confessional, associada ao seu processo de arquivamento e preservação permitiu uma leitura deste acervo como parte de um discurso memorial, ora relativo ao indivíduo como uma busca por reconhecimento, ora relativo à instituição que o preservou, como um dever de memória. Assim, a leitura deste conjunto epistolar partiu do pressuposto de que a compreensão da carta como um objeto de estudo implica a análise da epistolografia em sua dinâmica e pluralidade. Nesse sentido, o presente estudo buscou compreender o lugar que a escrita epistolar ocupou no ambiente clerical brasileiro na primeira metade do século XX, (função, circulação e arquivamento), e sua relação com a apropriação desses textos como suportes para discursos memoriais em função de um dever de memória.

Para isso, o acervo epistolar de Dom Joaquim foi analisado em três momentos descritivos e argumentativos. O primeiro momento buscou compreender a carta como uma prática socialmente estabelecida e historicamente observável, apontando para as muitas formas e funções que essa prática de escrita assumiu numa sociedade da cultura escrita. Pensar a carta historicamente possibilitou perceber que, como as demais formas de escrita autorreferencial, ela ocupou diversos espaços no processo de constituição de uma sociedade organizada em torno da escrita e que contribuiu para a afirmação de práticas e para a difusão de doutrinas sociais e religiosas. Da mesma forma, a noção de perenidade atribuída à carta como um documento escrito contribuiu para que ela fosse objeto de zelo e de preservação, no sentido de exercer a um só tempo a função de documento e de testemunho de um passado vivido. Entretanto, foi a sua função presentificadora, resultante da necessidade de comunicação à distância que inseriu a carta nos diversos setores da sociedade, desde a organização de instituições até os recantos da vida privada.

No universo regido pela doutrina cristã, mais precisamente, no contexto da Igreja Católica, a escrita epistolar firmou-se como instrumento fundamental para a

divulgação da doutrina e para a articulação administrativa dessa instituição mundialmente difundida. Compreender a carta como um documento no ambiente clerical, inserido em uma política institucional de gestão de arquivos com critérios definidos e regidos pelo *Código de Direito Canônico*, contribuiu para pensar o gesto de guarda e preservação empreendido por Dom Joaquim como uma iniciativa individual e pioneira, visto que seus copiadores de cartas antecedem a sua nomeação para o episcopado e reúnem documentos considerados de pouca importância para a instituição. No mesmo sentido, a mudança na política de gestão patrimonial da Igreja resultante da *Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja*, possibilitou pensar a salvaguarda de acervos autorreferenciais e a construção de discursos e “lugares de memória” nos diversos setores da Igreja, confirmando, porém, que a mudança no cotidiano dos arquivos paroquiais, diocesanos e demais lugares de guarda geridos pela Igreja, acontece de forma lenta e dependente da iniciativa pessoal de indivíduos comprometidos com a preservação da memória da instituição, ou motivados por discursos memoriais e políticas locais de preservação da memória.

A escrita epistolar, contudo, seguiu traçando seus caminhos no limite entre a vida pública e a vida privada, entre a funcionalidade da comunicação a distância e a subjetividade da narrativa confessional. De maneira que os livros copiadores de cartas evidenciam uma adaptação a essa dubiedade da carta que não se sabe pessoal ou institucional. Durante a análise dos copiadores de cartas de Dom Joaquim – em comparação a outros dois documentos similares – foi possível perceber que, no ambiente clerical, os copiadores de cartas estão no limite entre o que é considerado documento oficial e documento privado, uma vez que sua função original era a de registrar cartas oficiais e documentos resultantes do trabalho pastoral. No entanto, mesmo aqueles considerados de cunho estritamente oficial demonstram reunir mais do que escritos oficiais, há neles a marca indubitável do narrador e de suas subjetividades.

Neste estudo os copiadores de cartas de Dom Joaquim não foram analisados apenas como um suporte para o registro da correspondência enviada, pois em sua materialidade estão alguns dos indícios capazes de expor os diferentes processos de seleção e organização empreendidos para a sua construção. A análise desses copiadores de cartas, todavia, permitiu um olhar sobre o missivista e sobre o acervo que ele construiu. Os dados resultantes dessa análise provêm da identificação das características recorrentes nas cartas e dos dados de organização do acervo, tais

como: cidade do remetente, cidade do destinatário, data de envio e condição do destinatário, método utilizado para a cópia, índice em ordem alfabética indicando os destinatários, numeração das cartas enviadas a partir de março de 1921 e a identificação das cartas reservadas e das cartas não expedidas. Da análise desses dados foi possível concluir que, embora não haja uma distinção evidente entre as cartas pessoais e as cartas institucionais escritas por Dom Joaquim, seus copiadores de cartas são de ordem privada e resultado de uma iniciativa individual e anterior ao bispado, pois além de arquivar cópias de cartas a partir de 1915, também reúne cartas que não estão relacionadas às atividades clericais. Da mesma forma, sua organização dispensando as formalidades referentes às atas de abertura e de encerramento, bem como a guarda das cartas rasuradas, reescritas e não enviadas, evidencia a constituição de um documento privado.

Os dados de arquivamento indiciam que havia por parte de Dom Joaquim, certa preocupação em salvaguardar de forma eficiente determinadas informações, como o número de cartas escritas por ano a contar da data de sua nomeação episcopal, o número de cartas enviadas para cada correspondente e a existência das cartas não enviadas. O fluxo de correspondências e os caminhos percorridos por elas, também são dados observáveis no processo de arquivamento, pois ao serem arquivadas em ordem cronológica, as cartas passam a compor um mapa da movimentação epistolar e do tempo existente entre uma carta recebida e a sua resposta enviada. Da mesma forma, foi possível observar que as mudanças na vida do missivista influenciaram não apenas a sua escrita, como também a forma de arquivamento de suas cartas, por meio da inserção de dados e de marcações.

O segundo momento de análise do acervo tratou das continuidades e descontinuidades da escrita epistolar ao longo do processo de mudança das condições de enunciação do missivista. Assim, a leitura das *Cartas do Vigário Geral* (1920 e 1921) e das *Cartas do Bispo* (1921 e 1922), apontou para uma sequência de acontecimentos – nomeação episcopal, governo à distância e mudança para Pelotas – que inferiram diretamente na sua escrita e na preocupação com o registro de suas cartas.

A análise das cartas do Vigário Geral evidenciaram ao menos três fluxos de correspondências: as cartas escritas aos bispos, párocos e vigários paroquiais com o intuito de responder a questionamentos sobre a doutrina ou sobre administração paroquial, as cartas destinadas à compra de artigos de ordem pessoal ou institucional e as cartas relatórios escritas ao Arcebispo de Fortaleza. Em um

contexto de tragédias resultantes de secas subsequentes (1915-1919), as cartas desse período mostram-se como um instrumento fundamental, não apenas para a transmissão de informações e determinações da Cúria, mas também como um elemento de integração do clero. Para o Vigário Geral, no entanto, as cartas também eram um espaço de desabafo, nas quais, entre a descrição de um dever e outro, havia algumas poucas linhas de indignação, revolta, confiança e amizade.

Ainda que em sua maioria as cartas desse período não tenham configurado diálogos epistolares duradouros, os poucos existentes agregaram dados relevantes ao desenvolvimento deste estudo, no sentido de revelar um Dom Joaquim despreocupado com a estrutura da carta, prolixo e audacioso na exposição de suas ideias. Essas características, embora pessoais, contribuíram para que fosse possível identificar certa hierarquia no texto epistolar concernente ao destinatário, à condição do remetente e à relação estabelecida entre eles, ou seja, categorização institucional e socialmente constituída no ambiente clerical está presente na forma e no conteúdo das cartas, mas assim como em outros ambientes, há transgressões baseadas em relações de confiança e amizade.

A nomeação episcopal nos primeiros dias de março de 1921 marcou um período de continuidades e descontinuidades na escrita epistolar de Dom Joaquim, pois as cartas desse período inauguraram um novo fluxo de correspondências, destinadas a estabelecer os primeiros contatos entre o Bispo e os membros da nova diocese. Nesse contexto de escritura, a assinatura das cartas e as cartas reescritas foram compreendidas como indícios de mudança nas condições de enunciação do escrevente. Os quatro fluxos de correspondências foram mantidos, sem que houvesse mudanças significativas nos três primeiros, no entanto as cartas escritas em função da nomeação apresentaram mudanças no uso da linguagem e nos aspectos visuais. A análise dessas cartas identificou o surgimento de uma maior preocupação por parte do escrevente com a imagem de si produzida em suas cartas, isto é, passou a ser necessário escrever cartas adequadas à sua nova função e aos seus novos correspondentes.

As *Cartas do Bispo* escritas após os ritos de sagração e posse, também apresentam continuidades e descontinuidades, resultantes do bispado, mas também das distâncias impostas pela mudança para Pelotas. Dom Joaquim continuou a copiar a sua correspondência usando o mesmo método e os mesmos critérios de organização, exceto pelo acréscimo de anotações e de um sistema de numeração. Porém, as cartas desse período constituem uma gama maior de destinatários e

funções. O conjunto de cartas que até então tinha sua área de circulação majoritariamente circunscrita ao nordeste brasileiro, passou a circular em diversas regiões do país e do exterior, evidenciando ainda mais as adaptações de forma e linguagem empreendidas pelo escrevente de acordo com a finalidade da carta e com a condição do destinatário. Assim, por meio das cartas desse período foi possível vislumbrar a dinâmica relação de hierarquias, responsabilidades e redes de comunicação que faziam parte da vida e da administração de uma diocese no extremo sul do Brasil.

O terceiro momento de análise compreende as formas de apropriação do conjunto de cartas de Dom Joaquim como suportes para discursos memoriais, ora relacionados ao próprio Dom Joaquim como um arquivamento de si, ora relacionados à instituição que preservou o conjunto de copiadore de cartas após a morte do escrevente, como uma memória institucional. Para que fosse possível pensar a escrita epistolar no âmbito da memória, foi necessário evidenciar na carta, suas características como documento e como testemunho, no sentido de perceber que o texto epistolar é a um só tempo, discursivo, narrativo e confessional. Ao pensar a carta como um discurso fixado pela escrita, foi possível perceber que assim como o discurso proferido oralmente, a carta é sempre relativa ao indivíduo que a escreve e acontece sempre no presente, portanto, a carta é um objeto biográfico, mas precisa ser pensada como uma produção situada no tempo e no espaço. Nesse sentido, tanto as evidências observadas no processo de arquivamento, como o conteúdo do texto epistolar de Dom Joaquim, contribuíram para pensar os gestos de guarda e organização de sua correspondência expedida como uma forma de arquivar a própria vida.

Embora as cartas não sejam textos produzidos com a finalidade de conter dados biográficos ou memoriais, o gesto de guardá-las inaugura a possibilidade de pensá-las como suporte de memória e instrumentos de evocação memorial, tanto para o indivíduo que as produziu como para pessoas ou instituições que se sintam representadas por elas. A inserção das cartas de Dom Joaquim em um discurso memorial que fundamentou a criação de um museu no Seminário São Francisco de Paula, bem como a sua utilização como testemunho do caráter e das ações de Dom Joaquim, como parte de textos biográficos, evidenciam que a leitura de uma carta pode facilmente gerar uma “ilusão de verdade”, bem como pode dar legitimidade a discursos promotores de uma memória institucional.

Objetos biográficos, informativos, narrativos, discursivos, confessionais e relacionais, as cartas de Dom Joaquim escritas no exercício de suas atividades como clérigo, ou como um gesto pessoal e intimista, são indícios do uso e do lugar ocupado pela escrita epistolar no ambiente clerical. Lugar, este, que extrapolou os limites da comunicação a distância e passou a representar, também, um instrumento administrativo e um espaço de divulgação e afirmação da doutrina cristã. De outro modo, as cartas, também, representavam um espaço de confissões e de sentimentos postos no papel. Com o passar do tempo e, por sua natureza dúbia - documento e testemunho - a carta passou a ocupar, também um lugar de preservação e evocação da memória.

A abordagem do acervo epistolar de Dom Joaquim como objeto de estudo evidenciou temáticas e perspectivas que ultrapassam os limites e o objetivo desta investigação. Essas temáticas, que permanecem em aberto, ressaltam a importância desse acervo para o desenvolvimento de estudos que extrapolam os limites da História. São muitos os assuntos que o abrangem, tanto no que concerne às formas de sua guarda e conservação, como nas temáticas prementes, dentre elas: a questão da seca, as relações de fronteira, a relação entre Igreja e Estado, a organização de escolas e institutos, cemitérios, hospitais, orfanatos e irmandades.

O recorte temporal que metodologicamente fundamentou o delineamento do lugar que a escrita epistolar ocupou no ambiente clerical brasileiro vivenciado por Dom Joaquim e a apropriação desse documento como suporte de memória, representou cerca de 8% (573 cartas) perante o universo de mais de sete mil cartas escritas e arquivadas, muitas delas ilegíveis pelas consequências da ação do tempo.

O presente estudo possibilitou delinear aspectos importantes da escrita epistolar como uma prática social, entretanto, este é apenas um exercício de sua compreensão, pois o estudo de correspondências e de sua função em um determinado momento da história é um processo no qual o pesquisador adentra em um percurso desconhecido, para vê-lo com seus próprios olhos, sem o direito de generalizações frente ao que é particular, nem mesmo determinações conceituais sobre o que é plural e dinâmico. Assim, é preciso estar aberto à multiplicidade de olhares possíveis sobre a epistolografia, sendo apenas um curioso, um invasor da correspondência alheia, e principalmente um cúmplice das letras num empenho em que o distanciamento se torna uma tarefa quase intransponível.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Las origens del totalitarismo**. Traducción de Guillermo Solana. Madrid: Taurus, 1974.
- _____. **Rahel Varnhagen**: A vida de uma judia alemã na época do Romantismo. Tradução de Antônio Transito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Forense, 2007.
- _____. **Homens em tempos sombrios**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, vol.11, n. 21, p.9-34, 1998.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica**: Ensaio sobre literatura e história da cultura (obras escolhidas v.1). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAMARGO, Martin. *Ars dictaminis, ars dictandi*. Turnhout: Brepols, 1991.
- CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. "Cartas Adolescentes: uma leitura e modos de ser..." In. BASTOS, Maria Helena C., CUNHA, Maria Teresa S., MGNOT, Ana Chrystina V. (orgs). **Destino das Letras**: História, Educação e Escrita Epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARRARA, Angelo Alves. Apresentação. In. LEONI, Aldo Luiz (org). **Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.
- CASTILLO GOMES, Antonio. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos epistolares na Espanha moderna. In. BASTOS, Maria Helena C., CUNHA, Maria Teresa S., MGNOT, Ana Chrystina V. (orgs). **Destino das Letras**: História, Educação e Escrita Epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CHAGAS, V. **Didática Especial de Línguas Modernas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre Práticas e Representações. Lisboa. Difel/ Bertrand Brasil, 1990.
- _____. O mundo como representação. **Estudos avançados**, n. 11(5), p.173-191, 1991.
- _____. L'Homme de Lettres. In. VOVELLE, M.(org.). **L'Homme de Lumières**. Paris: Éditions du Seuil, 1996.
- CHOPIN, Frédéric. **Correspondência de Frédéric Chopin**. Sydow, Bronislas E.(org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- CODIGO DE DIREITO CANÔNICO. **Codex Iuris Canonici**. 2.^a edição revista e ampliada com a legislação complementar da CNBB. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- COSTA, I. T. M. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese de Doutorado apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em:

- http://tede-dep.ibict.br/tde_arquivos/1/TDE-2008-02-15T15:39:41Z24/Publico/icleiacosta1997.pdf . Último acesso em 20 de janeiro de 2013.
- CUNHA, Maria Teresa S. Diários íntimos de professoras: letras que duram. In. MIGNOT, Ana Chrystina V. et al (org). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- _____. A Escrita Epistolar e a História da Educação. 25º ANPED, 2002. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/mariateresasantoscunhap02.rtf> último acesso em 20 junho de 2013.
- _____. Essa coisa de guardar... homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação (ASPHE)**, v. 12, n. 25, p. 109-130, 2008.
- DAUPHIN, Céline; LEBRUN-PEZERAT, Pierrette; POUBLAN, Danièle. Une correspondance familiale au XIXe siècle. In. BOSSIS, Mireille(Dir.). **La lettre à La croisée l'individuel et Du sicial**. Paris: Kimé, 1994.
- FARIA, Maria Isabel, PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro**. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
- FERREIRA, Maria Letícia M. Políticas da Memória, Políticas do Esquecimento. **Revista Aurora**, n.10, 2011. Disponível em www.pucsp.br/revistaaurora último acesso em 10 de julho de 2013.
- FONTES, Paulo F. O, ROSA, M^a. de Lurdes. **Arquivística e arquivos religiosos: Contributos para uma reflexão**. (anexos) Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: 2000.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992.
- FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, nº 21, p. 59-87, 1998.
- GASTAUD, Carla Rodrigues. **De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.
- GINZBURG, Carlos. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In. GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, vol. 11, n. 21, p. 121- 127, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, Escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Mouton, 1976.
- LEONI, Aldo Luiz (org). **Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In. REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LEDOUX, Sebastien. **Pour une genealogie du devoir de mémoire**. Paris, Centre Alberto Benveniste, février 2009.
- MARTÍN, Maria Nieves Muños. **Estructura de la carta em Cícero**. Madri: Ediciones Clásicas, 1994.
- MENDES, Fábio Ranieri da Silva. **Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução**. Pelotas: EDUCAT, 2006.
- MESTERS, Carlos. **Paulo Apóstolo: um trabalhador que anuncia o Evangelho**. São Paulo: PAULUS, 2008.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia Portuguesa no século XVIII. In. GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (orgs.). **Prezado Senhor, Prezada Senhora: Estudo sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MIRANDA, Wander Mello (org). **A trama do Arquivo**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- MONTOVANI, Dirceu. **Gestão da educação dos presbíteros: a experiência de formação num seminário diocesano**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente: 2007.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história. A problemática dos lugares**. PROJETO HISTÓRIA. PUC/SP, nº10, dez.1993.
- POMPEU SOBRINHO, Thomáz. **História das secas (século XX)**. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. (s/d). Disponível em www.colecaomossoroense.org.br último acesso em 10 outubro de 2013.
- RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. Tradução de Almiro Pisetta; Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In. REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICOEUR, Paul. **Do texto a ação**. Porto: Réis Editora, 1989.
- _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François[et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SCABIN, Rafael Cesar. **As cartas jesuíticas do século XVI e a Ars dictaminis medieval: uma proposta de leitura documental**. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais/UEL. 2010. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/ixjeam/pdf/30.pdf> Último acesso em 20/01/2013.
- SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.
- SILVA, Jane Quintiliano G. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- graduação em Letras – Estudos Linguísticos – da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2002.

- SOUZA, Francisco Silvano de. **Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas. Caxias:** Imprimi potest, 1964.
- TIN, Emerson (org). **A arte de escrever cartas:** Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio. Campinas:Ed. da UNICAMP, 2005.
- VIEIRA, Alberto; SANTOS, Felipe. **João Higinio Ferraz:** copiadore de cartas (1898-1937). Região Autônoma da Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2005.
- VINCENT-BUFFAULT, Anne. **Da amizade:** uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- YOURCENAR, Marguerite. Memórias de Adriano: seguido do caderno de notas das “Memórias de Adriano” e da Nota/ Marguerite Yourcenar. Tradução de Marta Calderaro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Sites consultados:

Biblioteca Nacional de Maestro/Argentina <http://www.bnm.me.gov.ar/>
 Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Portugal antt.dgarq.gov.pt/
 Site oficial da Arquidiocese de Fortaleza <http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/>

Cartas citadas:

Carta de 3 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 18 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 8 de março de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 12 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 25 de abril de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 13 de junho de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 31 de janeiro de 1921, acervo Dom Joaquim
 Carta de 18 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 14 de janeiro de 1920, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 20 de julho de 1921, Acervo Dom Joaquim.
 Carta de 7 de agosto de 1921, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 2 de julho de 1921, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 7 de abril de 1921, Acervo Dom Joaquim
 Carta sem data(1921), Acervo Dom Joaquim
 Carta de 24 de novembro de 1921, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 29 de janeiro de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 11 de janeiro de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 11 de janeiro de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 11 de março de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 11 de março de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 27 de julho de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 6 de junho de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 16 de maio de 1924, Acervo Dom Joaquim.
 Carta de 18 de fevereiro de 1922, Acervo Dom Joaquim
 Carta de 2 de fevereiro de 1922, Acervo Dom Joaquim

ANEXO A
EXEMPLARES PERTENCENTES AO MUSEU DOM JOAQUIM



Fotografia de Dom Joaquim com a comunidade diocesana em comemoração aos atos da Semana Santa – 1925.

Fonte: Acervo Dom Joaquim



Fotografia de Dom Joaquim com a Mesa Administrativa da Irmandade Nossa Senhora do Bom Fim, 03 de maio de 1926.

Fonte: Acervo Dom Joaquim




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DELEGACIA DE POLICIA
 PELOTAS

SALVO-CONDUTO

Concedo Salvo-Conduto em virtude de não constar, nesta Delegacia de Policia, impedimento algum contra o portador.

Nome *Dom Joaquim Ferreira de Mello*
 Nacionalidade *Brasileira* cor *branca*
 Idade *63 anos*
 Estado civil *solteiro* profissão *Religioso*
 Residencia *rua Praca Frei Bonifacio - Pelotas*

Assinatura do portador
Dom Joaquim Ferreira de Mello
 Bispo de Pelotas

Observações
Festivas - São Paulo - Rio de Janeiro e Mesmas Granas

Pelotas, *21* de *Jan* de 193*4*
Caetano de Mello



Salvo-Conduto de Dom Joaquim emitido pela Delegacia de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, 1934.

Fonte: Acervo Dom Joaquim

ANEXO B
EXEMPLARES PERTENCENTES AO MUSEU DOM JOAQUIM

1
 Junho. Com: Fozbra tambem conseguiu
 uma melhora pouco duradoura. Tem
 5 de mais, quando Ebiquimbrs me es-
 creveu, ella continuava a piorar.

Temos bem de saude, graças a Deus.
 Sr. Louca, freem, tem soffrido desde mais
 de uma semana, fortissimos de fluoco.
 Sr. Esmeraldo está muito gordo e mu-
 to corado; mas quanto mais saude
 tem tanto mais saudades soffre: é
 mesmo de fazer pena. É muito estima-
 do das pessoas de suas relações e elle es-
 creve isto, mas não suporta o ge-
 nio dos felotenses em geral. Tambem
 as que não são bons catholicos tratam
 o padre como um serrical qualquer
 e isto o darma. Souca religião e pa-
 dres que a tudo se sujeitam para tra-
 ver dinheiro ou passar mais com-
 modamente deiscam no espirito
 do povo esse pouco caso de que mu-
 to soffre o padre que se presa e está ac-
 costumado a tratar com um povo ca-
 tholico por herança de seculos. Lembra-
 mos a todos. De seu m. de oração J. D. de Palotas

ANEXO C

LISTAGEM COMPLETA DAS CARTAS PESQUISADAS

Listagem completa das cartas pesquisadas	
1920	
Dom Quintino, Bispo do Crato – (Crato)	Fortaleza, 9 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 15 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 11 de fevereiro de 1920
	Fortaleza, 8 de março de 1920
	Fortaleza, 4 de abril de 1920
	Fortaleza, 25 de abril de 1920
	Fortaleza, 7 de maio de 1920
	Fortaleza, 17 de maio de 1920
	Fortaleza, 13 de junho de 1920
Dom José Tupynambá, Bispo de Sobral (Sobral)	Fortaleza, 6 de fevereiro de 1920
	Fortaleza, 18 de fevereiro de 1920
	Fortaleza, 23 de fevereiro de 1920
	Fortaleza, 6 de abril de 1920
	Fortaleza, 27 de abril de 1920
	Fortaleza, 13 de maio de 1920
	Fortaleza, 24 de maio de 1920
	Fortaleza, 1 de junho de 1920
	Fortaleza, 31 de julho de 1920
Arcebispo de Fortaleza (Diversas)	Fortaleza, 1 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 14 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 18 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 26 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 29 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 7 de fevereiro de 1920
	Fortaleza, 27 de fevereiro de 1920
	Fortaleza, 28 de fevereiro de 1920
Monsenhor Manuel Candido (Baturité)	Fortaleza, 3 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 1 de março de 1920
	Fortaleza, 12 de maio de 1920
Pe. Playam (Rio de Janeiro)	Fortaleza, 12 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 16 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 17 de setembro de 1920
D. Moysés (Cajazeiras)	Fortaleza, 12 de janeiro de 1920
	Fortaleza, 11 de abril de 1920
	Fortaleza, 13 de agosto de 1920
Dr. Baptista de Queoroz (Quixadá)	Fortaleza, 24 de janeiro de 1920
Dom Santino (Belém do	Fortaleza, 6 de fevereiro de 1920

Pará)	
Pe. F. Valdivino Nogueira (Cascavel)	Fortaleza, 12 de fevereiro de 1920
Monsenhor Vigário Geral (Terezina)	Fortaleza, 13 de fevereiro de 1920
Pe. Barbosa de Magalhães (Pendência)	Fortaleza, 14 de fevereiro de 1920 Fortaleza, 27 de fevereiro de 1920
Sr. Saveiro Vita (Recife)	Fortaleza 16 de janeiro de 1920 Fortaleza, 16 de abril de 1920
Pe. Isaias A. Soares (Trahiry)	Fortaleza, 23 de fevereiro de 1920
Pe. Rosa (Maramguape)	Fortaleza, 23 de fevereiro de 1920
Monsenhor Maximiano Leite (Rio de Janeiro)	Fortaleza, 26 de Fevereiro de 1920
Sr. Deão Pereira Alves (Olinda)	Fortaleza, 27 de fevereiro de 1920
Pe. Alfredo (Poços de Caldas)	Fortaleza, 28 de fevereiro 1920
Sr. Fr. Silverio (Canindé)	Fortaleza, 10 de março de 1920
Conego Magaldi (Sorocaba)	Fortaleza, 28 de fevereiro de 1920
Pe. José de Lima (Pendencia)	Fortaleza, 12 de março de 1920
D. Joaquim Mamede (Campinas SP)	Fortaleza, 12 de março de 1920
Pe. Manuel Soares Neto (Senador Pompeu)	Fortaleza, 13 de março de 1920 Fortaleza, 21 de julho de 1920
Sr. Olavo Freire (Bananeiras – Paraíba)	Fortaleza, 30 de março de 1920
Pe. Manuel de Alcantara (Milagres)	Fortaleza, 7 de abril de 1920
Frei Luis de Gonzaga	Fortaleza, 12 de abril de 1920(anotações nas

(Convento do Carmo Recife)	margens)
Pe. Maximiano (Coité)	Fortaleza, 30 de abril de 1920
Monsenhor Bruno (Aracaty)	Fortaleza, 3 de maio de 1920
Pe. José Augusto (Camocim)	Fortaleza, 13 de maio de 1920 Fortaleza, 12 de agosto de 1920
Pe. Acelino Arraes (Limoeiro)	Fortaleza, 18 de maio de 1920 Fortaleza, 24 de setembro de 1920
Sr. E. Subirama (Barceleona)	Fortaleza, 27 de maio de 1920
Arcebispo Primaz (Bahia)	Fortaleza, 3 de julho de 1920 Fortaleza, 17 de agosto de 1920
Pe. Luiz Rocha (Redempção)	Fortaleza, 21 de julho de 1920
Dr. Tavosa (Bom Sucesso – Quixadá)	Fortaleza, 1 de agosto de 1920
D. Manuel Lopes (Maceió)	Fortaleza, 8 de agosto de 1920
Pe. José de Lima (Pacoty)	Fortaleza, 17 de agosto de 1920
Arcebispo da Paraíba (Paraíba)	Fortaleza, 24 de agosto de 1920
Monsenhor Flaviano (Bahia)	Fortaleza, 9 de setembro de 1920
Pe. João de Guimarães (Cajazeiras)	Fortaleza, 23 de setembro de 1920
Sr. Dr. Virgílio de Moraes (Fortaleza)	Fortaleza, 23 de setembro de 1920
Sr. A. Campos (São Paulo)	Fortaleza, 24 de setembro de 1920
Monsenhor Liberato (Fortaleza)	Fortaleza, 29 de setembro de 1920
Pe. Catão (São Francisco)	Fortaleza, 12 de outubro de 1920

	Fortaleza, 2 de outubro de 1920
Pe. J. da Rocha (Hitapipoca)	Fortaleza, 2 de outubro de 1920 Fortaleza, 30 de outubro de 1920
Pe. Isaac (L.B.d'Amontada)	Fortaleza, 2 de outubro de 1920
Libreirio Gabriel (Paris)	Fortaleza, 22 de outubro de 1920
S/D (Barcelona)	Fortaleza, 22 de outubro de 1920
Padre Marcondes (Trahiry)	Fortaleza, 26 de outubro de 1920 Fortaleza, 7 de dezembro de 1920
Pe. João Augusto (Garamiranga)	Fortaleza, 6 de novembro de 1920
1921	
Dom Quintino, Bispo do Crato – (Crato)	Fortaleza, 31 de janeiro de 1921
	Fortaleza, 17 de fevereiro de 1921
	Fortaleza, 12 de março de 1921
	Fortaleza, 6 de junho de 1921
	Fortaleza, 13 de junho de 1921
	Fortaleza, 13 de junho de 1921
	Fortaleza, 18 de junho de 1921
	Fortaleza, 4 de julho de 1921
	Fortaleza, 16 de agosto de 1921
	Fortaleza, 7 de outubro de 1921
Dom José Tupynambá, Bispo de Sobral (Sobral)	Fortaleza, 20 de março de 1921
	Fortaleza, 7 de junho de 1921
	Fortaleza, 13 de junho de 1921
	Fortaleza, 14 de junho de 1921
	Sem data – bilhete
	Fortaleza, 26 de julho de 1921 Fortaleza, 22 de agosto de 1921
Arcebispo de Fortaleza(Diversas) – 22 cartas	
	Fortaleza, 27 de junho de 1921
	Fortaleza, 28 de junho de 1921
	Fortaleza, 1 de julho de 1921
	Fortaleza, 2 de julho de 1921
	Fortaleza, 5 de julho de 1921
	Fortaleza, 5 de julho de 1921
	Fortaleza, 5 de julho de 1921
	Fortaleza, 11 de julho de 1921
	Fortaleza, 20 de julho de 1921
Fortaleza, 25 de julho de 1921	

	Fortaleza, 29 de julho de 1921
	Fortaleza, 7 de agosto de 1921
	Fortaleza, 15 de agosto de 1921
	Fortaleza, 16 de agosto de 1921
	Fortaleza, 19 de agosto de 1921
	Fortaleza, 22 de agosto de 1921
	Fortaleza, 24 de agosto de 1921
	Fortaleza, 1 de setembro de 1921
	Fortaleza, 5 de setembro de 1921
	Pelotas, 4 de dezembro de 1921
	Pelotas, 9 de dezembro de 1921
	Pelotas, 28 de dezembro de 1921
Monsenhor João Dantas F. Lima (Fortaleza)	Fortaleza, 5 de fevereiro de 1921
	Fortaleza, 18 de agosto de 1921
Pe. Aureliano de Mattos (Arraial)	Fortaleza, 10 de fevereiro de 1921
Monsenhor Floriano (Bahia)	Fortaleza, 12 de fevereiro de 1921
Dom Moysés Coelho (Cajazeiras)	Fortaleza, 8 de março 1921
	Fortaleza, 7 de junho de 1921
Pe. Miguel Chavier (Pereiro)	Fortaleza, 21 de março de 1921
Conego Costabile Hipolito (Pelotas)	Fortaleza, 7 de abril de 1921
	Fortaleza, 16 de junho de 1921
	Fortaleza, 22 de junho de 1921
	Fortaleza, 7 de agosto de 1921
	Fortaleza, 8 de outubro de 1921
Arcebispo de Maceió (Maceió)	Fortaleza, 13 de abril de 1921
Reitor do Seminário de São Leopoldo (São Leopoldo)	Fortaleza, 3 de junho de 1921
	Pelotas, 19 de dezembro de 1921
Seminarista José Hormino (seminário de São Leopoldo)	Fortaleza, 3 de junho de 1921
Conego Ambrosiny (Pelotas)	Fortaleza, 3 de junho de 1921
	Fortaleza, 3 de agosto de 1921
	Fortaleza, 8 de outubro de 1921

Monsenhor Mariano da Rocha (Porto Alegre)	Fortaleza, 4 de junho de 1921
	Pelotas, 22 de dezembro de 1921
	Pelotas, 22 de dezembro de 1921
	Pelotas, 24 de dezembro de 1921
	Pelotas, 29 de dezembro de 1921
D. Helvencio (Maranhão)	Fortaleza, 12 de junho de 1921
	Fortaleza, 9 de julho de 1921
Pe. Rodolpho (Porangaba)	Fortaleza, 29 de junho de 1921
Dom Francisco de Campos Barreto (Campinas)	Fortaleza, 18 de junho de 1921
	Fortaleza, 29 de agosto de 1921
	Fortaleza, 29 de setembro de 1921
	Pelotas, 24 de novembro de 1921
	Pelotas, 24 de novembro de 1921
Dom Henrique Gasparri - Nuncio Apostólico (Rio de Janeiro)	Fortaleza, 21 de junho de 1921
	Fortaleza, 18 de julho de 1921
	Fortaleza, 29 de agosto de 1921
	Pelotas, 22 de novembro 1921
	Pelotas, 12 de dezembro de 1921 (não enviada)
	Pelotas, 12 de dezembro de 1921 (não enviada)
	Pelotas, 12 de dezembro de 1921 (não enviada)
	Pelotas, 13 de dezembro de 1921 (não enviada)
	Sem data e cidade(46-47) (não enviada)
Benjamin Guerreiro (Pelotas)	Fortaleza, 22 de junho de 1921
Frei Eduardo Heberhold (Bahia)	Fortaleza, 23 de junho de 1921
Dom João Becker (Porto Alegre)	Fortaleza 23 de junho de 1921
Pe. Saraiva (Beberibe)	Fortaleza, 28 de junho de 1921
	Fortaleza, 7 de julho de 1921
Pe. Francisco de Lima Freitas (Trahiry)	Fortaleza, 1 de julho de 1921
Pe. Marcondes (Jaguaribe Mirim)	Fortaleza, 1 de julho de 1921
Pe. Vital Guedes	Fortaleza, 4 de julho de 1921

(Pacatuba)	
Pe. Alfredo Soares (Rio de Janeiro)	Fortaleza, 5 de julho de 1921
Pe. Dr. Rosalvo Rego (Rio de Janeiro)	Fortaleza, 5 de julho de 1921
Pe. Playam (Rio de Janeiro)	Fortaleza, 5 de julho de 1921 Fortaleza, 3 de agosto de 1921
Frei Silverio (Canindé)	Fortaleza, 19 de julho de 1921
Irmã Superiora do Collegio da Imaculada Conceição (Fortaleza)	Fortaleza, 3 de agosto de 1921
Sr ^a Moraes e Cia (Bahia)	Fortaleza, 3 de agosto de 1921
Dr. André Rebouças (Fortaleza)	Fortaleza, 10 de agosto de 1921 Fortaleza, 17 de agosto de 1921
Arcebispo de Porto Alegre (Porto Alegre)	Fortaleza, 24 de agosto de 1921 Fortaleza, 6 de setembro de 1921 Fortaleza, 8 de outubro de 1921 Pelotas, 27 de novembro de 1921 Sem data e cidade Pelotas, 18 de dezembro de 1921 Pelotas, 22 de dezembro de 1921
Dom Manuel Lopes (Maceió)	Fortaleza, 22 de agosto de 1921
Arcebispo Primaz (Bahia)	Fortaleza, 24 de agosto de 1921
Pe. João Baptista - Superior dos Redentoristas (Aparecida)	Fortaleza, 29 de agosto de 1921 Fortaleza, 29 de setembro de 1921
Pe. Esmeraldo (Crato)	Fortaleza, 26 de setembro de 1921 Pelotas, 29 de dezembro de 1921
Monsenhor Alfredo Pegado (Natal)	Fortaleza, 26 de setembro de 1921
Sr ^s Frota & Gentil (Fortaleza) – 1 carta	Fortaleza 18 de outubro de 1921
Pe. Humberto Pagliani	Pelotas, 28 de novembro de 1921

(Jaguarão)	Pelotas, 17 de dezembro de 1921
	Pelotas, 27 de dezembro de 1921
Pe. André Dell'Oca (Rio Grande)	Pelotas, 1 de dezembro de 1921
	Pelotas, 18 de dezembro de 1921
Frei Paulino de São José (Rio Grande)	Pelotas, 1 de dezembro de 1921
	Pelotas, 3 de dezembro de 1921
	Pelotas, 15 de dezembro de 1921
Pe. Octávio (Fortaleza)	Pelotas, 2 de dezembro de 1921
	Pelotas, 5 de dezembro de 1921
Pe. Alfredo Soares (Rio de Janeiro)	Pelotas, 3 de dezembro de 1921
Monsenhor Furtado (Fortaleza)	Pelotas, 5 de dezembro de 1921
Sr. Dr. Justiniano de Serpa	Pelotas, 5 de dezembro de 1921
Pe. Albino Luchem (Venancio Aires)	Pelotas, 10 de dezembro de 1921
Pe. Superior da Missão da Companhia de Jesus em São Leopoldo	Pelotas, 10 de dezembro de 1921
Pe. Aureliano Flores (Rocha)	Pelotas, 18 de dezembro de 1921
Pe. Orestes Frombem (Quinta)	Pelotas, 13 de dezembro de 1921
	Pelotas, 27 de dezembro de 1921
	Pelotas, 30 de dezembro de 1921
Pe. João Casassai (mostardas)	Pelotas, 15 de dezembro de 1921
Madre superiora (Rio Grande)	Pelotas, 15 de dezembro de 1921
Pe. Placido (Senador Ponpeu)	Pelotas, 18 de dezembro de 1921
	Pelotas, 26 de dezembro de 1921
Pe. Antonimo Lopes (Buenos Aires)	Pelotas, 18 de dezembro de 1921
Pe. Antônio Américo	Pelotas, 18 de dezembro de 1921

Ferrari (Santa Vitória) – 1 carta	
Pe. João Lainz (Lavras)	Pelotas, 18 de dezembro de 1921
Superior dos padres Palotinos (Tristeza)	Pelotas, 20 de dezembro de 1921
Elisa Resende (Niteroi)	Pelotas, 22 de dezembro de 1921 (não foi enviada) Pelotas, 24 de dezembro de 1921
Thomé Lume (Bento Gonçalves)	Pelotas, 23 de dezembro de 1921
Pe. Henrique Rubillon (Friburgo)	Pelotas, 24 de dezembro de 1921
Pe. Tertuliano Limon (Laguna)	Pelotas, 27 de dezembro de 1921
Pe. Soares (Senador Pompeu)	Pelotas, 29 de dezembro de 1921
Braulio de Mesquita (poços de caldas)	Pelotas, 30 de dezembro de 1921
1922	
Arcebispo de Porto Alegre (Porto Alegre)	Pelotas, 3 de janeiro de 1922
	Pelotas, 15 de janeiro de 1922
	Pelotas, 15 de janeiro de 1922
	Pelotas, 18 de janeiro de 1922
	Pelotas, 18 de janeiro de 1922
	Pelotas, 18 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 26 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 27 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 27 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 27 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 27 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 27 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 16 de março de 1922
	Pelotas, 16 de março de 1922
	Pelotas, 15 de março de 1922
	Pelotas, 16 de março de 1922
	Pelotas, 16 de março de 1922
Pelotas, 11 de julho de 1922	
Pelotas, 19 de agosto de 1922	
Pelotas, 22 de agosto de 1922	
Bispo de Campinas – Dom Francisco de Campos	Pelotas, 4 de janeiro de 1922 Pelotas, 23 de fevereiro de 1922

Barreto (Campinas)	Pelotas, 16 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 15 de abril de 1922
	Pelotas, 6 de maio de 1922
	Pelotas, 8 de maio de 1922
	Pelotas, 27 de agosto de 1922
Dom Quintino (Crato)	Pelotas, 6 de janeiro de 1922
	Pelotas, 25 de julho de 1922
Pe. André Dell'Oca (Rio Grande)	Pelotas, 3 de janeiro de 1922
	Pelotas, 31 de janeiro de 1922
	Pelotas, 9 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 28 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 15 de maio de 1922
	Pelotas, 16 de setembro de 1922
Pe. Octávio (Fortaleza)	Pelotas, 5 de janeiro de 1922
	Pelotas, 16 de janeiro de 1922
	Pelotas, 30 de janeiro de 1922
	Pelotas, 15 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 28 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 5 de março de 1922
	Pelotas, 19 de março de 1922
	Pelotas, 27 de março de 1922
	Pelotas, 10 de abril de 1922
	Pelotas, 15 de maio de 1922
	Pelotas, 14 de junho de 1922
	Pelotas, 15 de junho de 1922
	Pelotas, 25 de junho de 1922
	Pelotas, 12 de julho de 1922
	Pelotas, 7 de agosto de 1922
	Pelotas, 18 de outubro de 1922
	Pelotas, 15 de dezembro de 1922
	Pelotas, 24 de dezembro de 1922
	Pelotas, 30 de dezembro de 1922
Sr. Gerente da Casa Callete (Rio de Janeiro)	Pelotas, 6 de janeiro de 1922
Pe. Alberto. B. Valor (Canguçu)	Pelotas, 7 de janeiro de 1922
Dr. Manoel Belém de Figueiredo (Crato)	Pelotas, 7 de janeiro de 1922
Sr. Com ^{or} João Pedro Caminha (Rio de Janeiro)	Pelotas, 7 de janeiro de 1922
Pe. Fr. Celso Gozalez	Pelotas, 9 de janeiro de 1922

(Buenos Aires)	
Madre Priora do Convento de São José (Rio Grande)	Pelotas, 10 de janeiro de 1922
	Pelotas, 11 de janeiro de 1922
	Pelotas, 13 de janeiro de 1922
	Pelotas, 17 de janeiro de 1922
	Pelotas, 14 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 3 de março de 1922
	Pelotas, 11 de março de 1922
	Pelotas, 10 de abril de 1922
	Pelotas, 1º de maio de 1922
Pe. João Lains (Lavras)	Pelotas, 11 de janeiro de 1922
Pe. Antônio da Costa Dias (Piratini)	Pelotas, 11 de janeiro de 1922
	Pelotas, 28 de fevereiro de 1922
Major Benjamim Guerreiro (Pelotas)	Pelotas, 12 de janeiro de 1922
Pe. Humberto Pagliani (Jaguarão)	Pelotas, 14 de Janeiro de 1922
	Pelotas, 8 de abril de 1922
	Pelotas, 23 de abril de 1922
	Pelotas, 2 de maio de 1922
	Pelotas, 27 de julho de 1922
	Pelotas, 3 de setembro de 1922
	Pelotas, 27 de novembro de 1922
	Pelotas, 28 de novembro de 1922
	Pelotas 14 de dezembro de 1922
Dom José Tupynambá (Sobral)	Pelotas, 14 de janeiro de 1922
	Pelotas, 16 de julho de 1922
Pe. João Baptista (Aparecida)	Pelotas, 15 de janeiro de 1922
Arcebispo Coadjutor (Rio de Janeiro)	Pelotas, 15 de janeiro de 1922
	Pelotas, 10 de julho de 1922
Pe. Plácido (Senador Pompeu e Independência)	Pelotas, 16 de janeiro de 1922
	Pelotas, 30 de janeiro de 1922
	Pelotas, 5 de março de 1922
	Pelotas, 1... de abril de 1922
	Pelotas, 3 de junho de 1922
	Pelotas, 15 de junho de 1922
	Pelotas, 16 de julho de 1922
	Pelotas, 16 de agosto de 1922
	Pelotas, 24 de agosto de 1922
	Pelotas, 19 de outubro de 1922

	Pelotas, 16 de dezembro de 1922
D. Manuel (Fortaleza)	Pelotas, 16 de janeiro de 1922
Frei Paulino (Rio Grande)	Pelotas, 24 de janeiro de 1922
	Pelotas, 3 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 16 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 2 de maio de 1922
	Pelotas, 1º de junho de 1922
	Pelotas, 20 de junho de 1922
	Pelotas, 20 de julho de 1922
	Pelotas, 4 de setembro de 1922
	Pelotas, 21 de setembro de 1922
	Pelotas, 16 de outubro de 1922
	Pelotas, 21 de outubro de 1922
Pelotas, 9 de dezembro de 1922	
Núncio Apostólico (Rio de Janeiro)	Pelotas, 26 de janeiro de 1922
	Pelotas, 26 de janeiro de 1922
	Pelotas, 26 de janeiro de 1922
	Pelotas, 23 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 17 de abril de 1922
	Pelotas, 11 de maio de 1922
	Pelotas, 16 de junho de 1922
	Pelotas, 6 de julho de 1922
	Pelotas, 1º de agosto de 1922
	Pelotas, 1º de agosto de 1922
	Pelotas, 1º de agosto de 1922
Secretário do bispado de (Ribeirão Preto)	Pelotas, 1º de fevereiro de 1922
Arcebispo de (Fortaleza)	Pelotas, 29 de janeiro de 1922
	Pelotas, 2 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 11 de março de 1922
	Pelotas, 20 de março de 1922
	Pelotas, 10 de abril de 1922
	Pelotas, 5 de junho de 1922
	Pelotas, 24 de junho de 1922
	Pelotas, 24 de junho de 1922
	Pelotas, 9 de julho de 1922
	Pelotas, 30 de julho de 1922
	Pelotas, 27 de agosto de 1922
	Pelotas, 20 de outubro de 1922
	Pelotas, 3 de dezembro de 1922
	Pelotas, 30 de dezembro de 1922
Pe. Rodolpho (Porangaba)	Pelotas, 30 de janeiro de 1922

	Pelotas, 27 de novembro de 1922
Sr. Bezerrinha (Senador Pompeu)	Pelotas, 30 de janeiro de 1922
Diretor Geral do Porto e Barra do Rio Grande Antônio t	Pelotas, 30 de janeiro de 1922
	Pelotas, 31 de janeiro de 1922
	Pelotas, 5 de março de 1922
D. Alberto Gonçalves (Ribeirão Preto)	Pelotas, 1º de fevereiro de 1922
Sr. Werneck Filho (Rio Grande)	Pelotas, 3 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 17 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 24 de março de 1922
Pe. Antonio Lopes (S. Antonio, Texas)	Pelotas, 9 de fevereiro de 1922
D. Augusto (Barra)	Pelotas 10 de fevereiro de 1922
D. Miguel Valverde (Santa Maria)	Pelotas, 13 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 11 de março de 1922
Dr. Jorge Ruffier (Rio Grande)	Pelotas, 14 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 13 de julho de 1922
Pe. Mathias J. Schoenauer (Porto Alegre)	Pelotas 15 de fevereiro de 1922
Pe. Manuel G. Bernat (Rio Grande)	Pelotas, 16 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 13 de março de 1922
	Pelotas, 1º de abril de 1922
	Pelotas, 16 de outubro de 1922
Pe. João Lutgem (São Leopoldo)	Pelotas, 19 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 28 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 23 de outubro de 1922
Pe. João Alboino (Jardim)	Pelotas, 19 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 8 de maio de 1922
Dr. Alcides Barreira (Senador Pompeu)	Pelotas, 20 de fevereiro de 1922
Madre Pinto (Fortaleza)	Pelotas, 20 de fevereiro de 1922
Sr. Alfredo Soares do	Pelotas, 20 de fevereiro de 1922

Nascimento – Intendente de (Rio Grande)	Pelotas, 12 de março de 1922
	Pelotas, 16 de março de 1922
Bispo de Zamora (Espanha)	Pelotas, 23 de fevereiro de 1922
Madre Superiora do Orphanato S. Benedito (Pelotas)	Data em outro formado 27/2 22
C. Mello Lulla (Caiaó)	Pelotas, 25 de fevereiro de 1922
Pe. Gayotto(Bagé)	Pelotas, 28 de fevereiro de 1922
	Pelotas, 23 de março de 1922
	Pelotas, 17 de abril de 1922
	Pelotas, 3 de maio de 1922
	Pelotas, 18 de maio de 1922
	Pelotas, 14 de junho de 1922
	Pelotas, 20 de junho de 1922
	Pelotas, 25 de junho de 1922
	Pelotas, 17 de setembro de 1922
Conego C. Cerqueira(Ribeirão Preto)	Pelotas, 28 de fevereiro de 1922
Pe. F. Hefel (Arroio Grande e Herval)	Pelotas, 1º de março de 1922
	Pelotas, 11 de março de 1922
	Pelotas, 27 de março de 1922
	Pelotas, 1º de junho de 1922
	Pelotas, 24 de novembro de 1922
Pe. Oreste J. Frombem(Quinta)	Pelotas, 1º de março de 1922
	Pelotas, 27 de julho de 1922
Mimosa Assumpção	Outro formato de data 5 /3/22
D. Joaquim G. de Luna (Rio de Janeiro)	Pelotas, 1º de março de 1922
Pe. Clemente Vjetto (Jaguarão)	Pelotas, 2 de março de 1922
Pe. Soares (Senador Pompeu)	Pelotas, 5 de março de 1922
	Pelotas, 11 de abril de 1922
Aos seminaristas Thomé Lunelli e Francisco Hillmam (São Leopoldo)	Pelotas, 11 de março de 1922

Sr. Thomé Lunelli(São Leopoldo)	Pelotas, 18 de junho de 1922
	Pelotas, 27 de novembro de 1922
Sr. Thomé Lunelli e outros	Pelotas, 27 de julho de 1922
Aos alunos Luis Carvalho, Francisco Pinto e Bento Zorzi (São Leopoldo)	Pelotas, 27 de julho de 1922
Reitor do Seminário de São Leopoldo(São Leopoldo)	Pelotas, 11 de março de 1922
	Pelotas, 17 de abril de 1922
	Pelotas, 19 de junho de 1922
	Pelotas, 11 de julho de 1922
	Pelotas, 27 de julho de 1922
	Pelotas, 16 de setembro de 1922
Mons. Francisco Fopp (Florianópolis)	Pelotas, 13 de março de 1922
Bispo de Florianópolis (Florianópolis)	Pelotas, 13 de março de 1922
Mons. Furtado (Fortaleza)	Pelotas, 13 de março de 1922
	Pelotas, 19 de março de 1922
	Pelotas, 19 de maio de 1922
	Pelotas, 26 de junho de 1922
	Pelotas, 9 de agosto de 1922
	Pelotas, 4 de setembro de 1922
	Pelotas, 19 de outubro de 1922
	Pelotas, 13 de dezembro de 1922
Pe. Luiz Priceli (São Paulo)	Pelotas, 17 de março de 1922
	Pelotas, 27 de março de 1922
Madre Júlia Cassina(Roma)	Pelotas, 17 de março de 1922
Mons. Francisco Casarini(Roma)	Pelotas, 22 de março de 1922
	Pelotas, 10 de dezembro de 1922
	Pelotas, 10 de dezembro de 1922
	Pelotas, 10 de dezembro de 1922
	Pelotas, 13 de dezembro de 1922
Pe. Girolamo Apollonio(Roma)	Pelotas, 23 de março de 1922
Pe. Martinho Forner (Cachoeira)	Pelotas, 25 de março de 1922
	Pelotas, 28 de março de 1922
	Pelotas, 10 de abril de 1922

	Pelotas, 25 de junho de 1922
	Pelotas, 29 de novembro de 1922
	Pelotas, 13 de dezembro de 1922
Sra. Elisa de Rezende(Campinas)	Pelotas, 5 de abril de 1922
Madre Superiora (Fortaleza)	Pelotas, 5 de abril de 1922
Inspetor da Alfândega de Pelotas – Otaviano de Menezes Bastos(Pelotas)	8 de abril de 1922 (sem cidade)
Pe. Antonio M. de Oliveira (Campinas)	Pelotas, 10 de abril de 1922
Mons. P. Hermes (Fortaleza)	Pelotas, 10 de abril de 1922
Pe. Loholl (Porto Alegre)	14 de abril de 1922
Madre Benvenuta (Florianópolis Friedrischibourg)	Pelotas, 17 de abril de 1922
	Pelotas, 6 de agosto de 1922
Sr. Joaquim Medeiros (Rio Grande)	Pelotas, 17 de abril de 1922
	Pelotas, 17 de junho de 1922
Cel. Possidonio Porto	Pelotas, 18 de abril de 1922
Monsenhor Costabile (Bagé)	Pelotas, 21 de abril de 1922
	Pelotas, 17 de maio de 1922
	Pelotas, 11 de julho de 1922
	Pelotas, 17 de setembro de 1922
	Pelotas, 14 de dezembro de 1922
Sr.Miguel Furtado(Pelotas)	Pelotas, 23 de abril de 1922
Madre Maria Euphrasia (Bagé)	Pelotas 23 de abril de 1922
Sr. Luiz Furtado (Senador Pompeu)	Pelotas, 2 de maio de 1922
Pe. Damaso Conde (Rio Grande)	Pelotas, 2 de maio de 1922
Sr. Antonino Queiroz (São	Pelotas, 2 de maio de 1922

Leopoldo)	Pelotas, 18 de junho de 1922
	Pelotas, 27 de julho de 1922
Pe. João B. Harriague (Amchieta)	Pelotas, 2 de maio de 1922
Pe. José Vera (Bagé)	Pelotas, 3 de maio de 1922
	Pelotas, 21 de dezembro de 1922
Pe. Augusto Gautsch (São Lourenço)	Pelotas, 3 de maio de 1922
	Pelotas 3 de junho de 1922
	Pelotas, 12 de julho de 1922
	Pelotas, 27 de agosto de 1922
	Pelotas, 27 de agosto de 1922
Sr. Mario Ramos (Maceió)	Pelotas, 3 de maio de 1922
Pe. Alberto Pequeno (São Paulo)	Pelotas, 5 de maio de 1922
	Pelotas, 16 de junho de 1922
	Pelotas, 29 de novembro de 1922
Sr. Luiz Caracas (Fortaleza)	Pelotas, 5 de maio de 1922
Pe. Maximo Feitoza(Cocory)	Pelotas, 8 de maio de 1922
Mons. Liberato (Fortaleza)	Pelotas, 9 de maio de 1922
Irmão Provincial dos Irmãos das Escolas Cristãs (Porto Alegre)	Pelotas, 15 de maio de 1922
Pe. Joviniano (Crato)	Pelotas, 19 de maio de 1922
Pe. Misael (Fortaleza)	Pelotas, 19 de maio de 1922
Sr. Bruno Chaves (Pelotas)	Pelotas, 20 de maio de 1922
Arcebispo de Olinda (Recife)	Pelotas, 2 de junho de 1922
Cônego Climerio (Fortaleza)	Pelotas, 3 de junho de 1922
Pe. Jacob Lorenzet(Sant'Anna)	Pelotas 3 de junho de 1922
	Pelotas, 12 julho de 1922

Sr. Alexandre Chatelaim(Bagé)	Pelotas, 14 de junho de 1922
Pe. Pablo Comella (Buenos Aires)	Pelotas, 19 de junho de 1922
Pe, José Vesheijem(Porto Alegre)	Pelotas, 16 de junho de 1922
Pe. Luiz Bidone (Buenos Aires)	Pelotas, 17 de junho de 1922
Pe. Claudio Viurle J. S. Pedro (Arroio Grande)	Pelotas, 23 de junho de 1922
	Pelotas, 22 de julho de 1922
Sr. Doutor (Rio Grande)	Pelotas, 23 de junho de 1922
Pe. Vic. Bezerra (Aurora)	Pelotas, 26 de junho de 1922
Prof. Egydio Zanotta (Pelotas)	Pelotas, 12 de julho de 1922
Sr. Vicente Paulo Huns (Rio Grande)	Pelotas, 13 de julho de 1922
Pe. Agostinho Filissola(Itoby São Paulo)	Pelotas, 20 de julho de 1922
D. Manuel Lopes (Maceió)	Pelotas, 17 de julho de 1922
Pe. José Hormung (São Lourenço)	Pelotas, 26 de julho de 1922
	Pelotas, 27 de agosto de 1922
	Pelotas, 27 de agosto de 1922
	Pelotas, 21 de setembro de 1922
	Pelotas, 23 de outubro de 1922
Pe. João Casassai(Mostardas)	Pelotas, 27 de julho de 1922
	Pelotas, 15 de dezembro de 1922
Sr. José Mariano da Silva(Tavares-Mostardas)	Pelotas, 27 de julho de 1922
Cap. José Antonio de Medeiros (Bagé)	Pelotas, 29 de julho de 1922
	Pelotas, 12 de setembro de 1922
Tenente Coronel Raphael B. da Fonseca(Recife)	Pelotas, 29 de julho de 1922
Madre Provincial (Olinda)	Pelotas, 14 de agosto de 1922

Madre Hildegardis (Bagé)	Pelotas, 17 de agosto de 1922
Alice Maciel (Pelotas)	Pelotas, 24 de agosto de 1922
Mons. Tabosa (Fortaleza)	Pelotas, 27 de agosto de 1922
Sra. Julieta Silva (Campinas)	Pelotas, 27 de agosto de 1922
Sra. Adelina Leal (Pelotas)	Pelotas, 30 de agosto de 1922
Mons. Mariano da Rocha(Porto Alegre)	Pelotas, 9 de setembro de 1922
Egydio Borges – Intendente de Santa Vitória (Santa Vitória)	Pelotas, 11 de setembro de 1922
Sra. Rosa Leal Gomes (Estação Cerrito)	Pelotas, 16 de setembro de 1922
Banco Pelotense (Pelotas)	Pelotas, 20 de setembro de 1922
Pe. Fernando Rodrigues (Livramento)	Pelotas, 17 de outubro de 1922
Sr. D. Thomaz G. Câmacho(Salto – Uruguai)	Pelotas, 17 de outubro de 1922
Pe. José Madureira(Rio de Janeiro)	Pelotas, 23 de outubro de 1922
Dr. Pedro Luiz Osório(Pelotas)	Pelotas, 23 de outubro de 1922
Irmão Livim (Porto Alegre)	Pelotas, 11 de novembro de 1922
Pe. Eugenio Pasquier (Rio de Janeiro)	Pelotas, 28 de novembro de 1922
Pe. Braulio Affonso de Mesquita (Poços de Caldas)	Pelotas, 25 de novembro de 1922
Pe. Alberto Montes Revilla(Santana do Livramento)	Pelotas 25 de novembro de 1922
	Pelotas, 16 de dezembro de 1922

Bispo de Melo (Uruguai)	Pelotas, 25 de novembro de 1922
	Pelotas, 17 de dezembro de 1922
Sra. Ambrosia Silvera(Jaguarão)	Pelotas, 27 de novembro de 1922
Pe. Antonio Pinto (Bahia)	Pelotas, 28 de novembro de 1922
Pe. Joviniano(Crato)	Pelotas, 28 de novembro de 1922
Sr. Hippolyto Souza (Lavras)	Pelotas, 30 de novembro de 1922
Madre Santa (São Leopoldo)	Pelotas, 2 de dezembro de 1922
Madre Superiora da Santa Casa (Bagé)	Pelotas 5 de dezembro de 1922
Pe. José Ho.....ang(Arroio Grande)	Pelotas, 9 de dezembro de 1922
Sr. Augustim Lebron(Rio de Janeiro)	Pelotas 13 de dezembro de 1922
Casa Lucena(Rio de Janeiro)	Pelotas, 16 de dezembro de 1922
Pe. Manuel Soares(Rio de Janeiro)	Pelotas, 17 de dezembro de 1922
Arcebispo de Buenos Aires(Buenos Aires)	Pelotas, 20 de dezembro de 1922
Monsenhor de Castro(Fortaleza)	Pelotas, 30 de dezembro de 1922
General Benjamin Barros(Rio de Janeiro)	Pelotas, 27 de dezembro de 1922